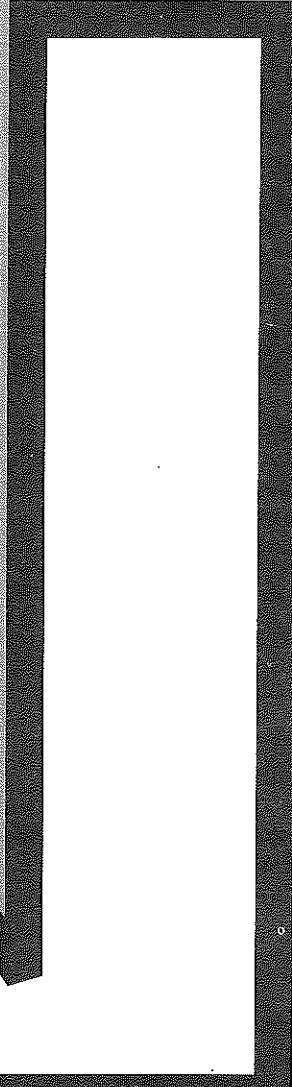
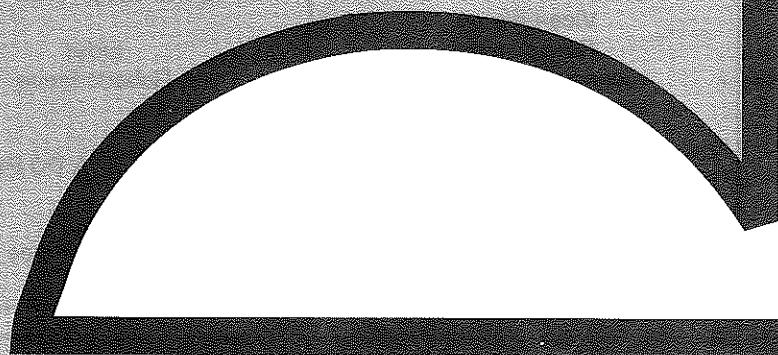


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO L - N° 028

SÁBADO, 11 DE NOVEMBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PSB – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB</p> <p>CORREGEDOR (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – – SP</p> <p>CORREGEDORES SUBSTITUTOS (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Álvares – PFL – ES</p>	<p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p>	<p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p>
---	---	---

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	--	--

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 137, de 1995, que aprova os textos dos Acordos, por Troca de Notas, de 1º e 2 de junho de 1994, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, que modificam e complementam o Acordo, celebrado entre os dois Governos, em 26 de setembro de 1992, para a construção de uma segunda ponte sobre o rio Paraná,	02763
Nº 138, de 1995, que aprova o texto do Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 1º de setembro de 1994.	02764

SENADO FEDERAL

2 – RESOLUÇÕES

Nº 56, de 1995, que autoriza o Estado da Paraíba a elevar, temporariamente, e em caráter excepcional, o limite previsto no art. 4º da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, e a contratar operação de crédito junto ao Banco BMC S.A., no valor de R\$46.188.735,76 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos).....	02767
Nº 57, de 1995, que autoriza a União a executar Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no valor equivalente a até US\$5,000,000,000.00 (cinco bilhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos à substituição da dívida mobiliária interna por dívida externa a menores custos e maiores prazos.	02767

3 – ATA DA 188ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1995

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Ofício

Nº 847/95, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.169, de 1995.....	02768
---	-------

3.2.2 – Discursos do Expediente

SENADORA BENEDITA DA SILVA –

Marcha organizada pelo movimento negro em todos os Estados, em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e pela resistência das populações negras. Proposta de criação de uma frente parlamentar afro-brasileira.....	02769
---	-------

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA – Apoio ao pronunciamento da Senadora Benedita	002786
---	--------

da Silva. Cobrando um posicionamento dos parlamentares na questão da reeleição.

02772

SENADOR BERNARDO CABRAL – Degradiação das universidades brasileiras.

02772

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Denunciando irregularidades na construção do terminal de contêineres no porto de Paranaguá – PR.....

02779

SENADOR CASILDO MALDANER – Inopportunitade do instituto da reeleição. Registrando reunião do PMDB, no dia de ontem.

02779

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Inviabilidade da reeleição do Presidente da República.....

02783

SENADOR ERNANDES AMORIM – Corrupção em vários segmentos do Governo do Estado de Rondônia. Críticas à concessão de recursos, via Caixa Econômica Federal, para refinanciamento das dívidas dos Estados. Registrando a visita do Embaixador do Chile, Sr. Heraldo Muñoz Valenzuela, ao Estado de Rondônia.

002786

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Análise da desindexação da economia, como instrumento viável à proteção do valor real dos salários.....

3.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva; que autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, delegacias especializadas em crimes raciais e dá outras providências. **Ao arquivo**.....

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências. **À Câmara dos Deputados**.....

Término de prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 121, de 1995, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que suspende a execução do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.866, de 9 de março de 1981, bem como do caput do art. 1º e seu § 2º, e do art. 2º do Decreto nº 85.952, de 29 de abril de 1981. **À promulgação**.....

Arquivamento definitivo, em virtude de não ter sido interposto recurso no prazo regimental, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1995 (nº 888/91, na Casa de origem), que dispõe sobre alocação de recursos provenientes de exploração de Loteria Esportiva Federal, Sena e Loto e dá outras providências....

Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1993 (nº 3.072/89, na Casa de origem), que proíbe a cobrança de taxas de inscrição de candidatos em concursos públicos e dá outras providências, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.....

3.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 67, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim e outros Srs. Senadores,

02788

que acrescenta parágrafos ao art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias.....

02791

3.2.5 – Requerimento

Nº 1.446, de 1995, de autoria do Senador José Roberto Arruda, solicitando ao Senado Federal esclarecimentos sobre empresas, prazos, número de pessoas contratadas, aditivos, valores e objetivos, dos contratos de prestação de serviços assinados pelo Senado Federal, que estejam em vigor na presente data. **Deferido**.....

02792

3.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 307, de 1995, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista e dá outras providências.....

02792

3.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPILCY, como Líder – Repúdio à violência policial no confronto com os sem-terra, na cidade de Santa Isabel do Ivai – PR.....

02794

02790

3.3 – ENCERRAMENTO

4 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Epitácio Cafeteira, proferido na sessão de 9-11-95.....

02795

02790

5 – ATAS DE COMISSÃO

7ª, 8ª e 9ª Reuniões da Comissão Especial criada através do Requerimento nº 470, de 1995-SF, destinada a analisar a programação de Rádio e TV, no Pafis., realizadas em 26 de setembro, 3 e 18 de outubro, de 1995, respectivamente.....

02800

02791

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 849 a 858, de 1995.....

02844

02791

7 – MESA DIRETORA

8 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 1995

Aprova os textos dos Acordos, por Troca de Notas, de 1º e 2 de junho de 1994, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, que modificam e complementam o Acordo, celebrado entre os dois Governos, em 26 de setembro de 1992, para a construção de uma segunda ponte sobre o rio Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos dos Acordos, por Troca de Notas, de 1º e 2 de junho de 1994, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, que modificam e complementam o Acordo, celebrado entre os dois Governos, em 26 de setembro de 1992, para a construção de uma segunda ponte sobre o rio Paraná.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Notas, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Senador José Sarney, Presidente.

Assunção, 2 de junho de 1994

Nº 209

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Luís María Ramírez Boettner
Ministro de Relações Exteriores

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para acusar recebimento de sua Nota nº 10/94, de 2 de junho de 1994, do seguinte teor:

"Senhor Embaixador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com referência ao Acordo assinado em 26 de setembro de 1992 entre o Paraguai e o Brasil, para a construção da

Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná.

2. A esse respeito, dando cumprimento ao disposto no ponto 10 da Ata da II Reunião da Comissão Mista Paraguai-Brasileira, para a Construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, realizada em Foz do Iguaçu nos dias 14 e 15 de dezembro de 1993, permito-me propor em nome da República do Paraguai sejam determinados pontos de chegada no lado paraguaio, a Avenida General Belhardino Caballero, e, no lado brasileiro, a Avenida General Meira, sendo, a partir desses pontos, a construção dos acessos de responsabilidade dos respectivos países.

3. Estando Vossa Excelência de acordo, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, do mesmo teor, constituirão um Acordo entre nossos dois Governos, que entrará em vigor uma vez que as Partes tenham comunicado o cumprimento dos requisitos legais vigentes em cada uma delas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração.

Doctor Luís María Ramírez Boettner
Ministro de Relações Exteriores."

2. Em resposta, tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência a conformidade do Governo brasileiro com o texto da referida Nota e, por conseguinte, a mesma e a presente Nota constituem Acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. – C. E. Alves de Souza, Embaixador do Brasil.

Assunção, em 1º de junho de 1994.

Nº 208

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Luís María Ramírez Boettner,
Ministro de Relações Exteriores.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com referência ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para a construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, assinado em Foz do Iguaçu em 26 de setembro de 1992.

2. A esse respeito, dando cumprimento ao parágrafo 6º da Ata Final da II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia para a construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, realizada em Foz do Iguaçu, nos dias 14 e 15 de dezembro de 1993, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro propõe modificar os Artigos I; III 1. a), c), d), e), g) e IV do Acordo acima mencionado, tendo em vista a necessidade de compatibilização da nova ponte com a Ponte da Amizade, os quais passariam a ter a seguinte redação:

Artigo I

As partes se comprometem a iniciar o exame das questões referentes à concessão do projeto, da construção, da manutenção, da operação e da exploração de uma Segunda Ponte Internacional e suas obras complementares entre o Brasil e o Paraguai, sobre o rio Paraná, conjuntamente com o projeto de recuperação/modernização, da manutenção, da operação e da exploração da Ponte da Amizade e de suas obras complementares.

Artigo III

1. A Comissão Mista terá as seguintes atribuições:

a) reunir os antecedentes necessários a fim de elaborar os termos de referência relativos aos aspectos técnicos, econômicos e financeiros da concessão, a ser objeto de licitação pública, sem aval dos Governos e sem trânsito mínimo obrigatório. A concessão será dada a um consórcio formado por empresas internacionais, entre as quais deverá haver obrigatoriamente participação de empresas brasileiras e paraguaias. A participação por país, Brasil e Paraguai, no capital do consórcio não poderá ser inferior a vinte e cinco por cento;

c) preparar a documentação necessária para levar a cabo a licitação pública e a posterior adjudicação das obras e serviços descritos no Artigo I deste Acordo;

d) proceder à adjudicação das obras e serviços;

e) supervisionar a execução e fiscalizar, durante a etapa de construção da se-

gunda ponte e recuperação/modernização da Ponte da Amizade, o desenvolvimento dos trabalhos e serviços concedidos;

g) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a manutenção, a operação e a exploração da concessão, durante o seu período de vigência.

Artigo IV

1. O custo dos estudos dos projetos e das obras de construção da segunda ponte, de recuperação/modernização da Ponte da Amizade, assim como das obras complementares que forem objeto de concessão, estará a cargo do consórcio vencedor.

2. A responsabilidade pelos custos das ligações rodoviárias desde redes viárias existentes em ambos os países até o ponto de acesso a segunda ponte será definida oportunamente por ambas as partes, por troca de Notas Reversais.

3. Estando Vossa Excelência de acordo, esta Nota é a resposta de Vossa Excelência de idêntico teor, incorporam-se ao instrumento acima mencionado e constituem Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — C. E. Alves de Souza, Embaixador do Brasil.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 138, DE 1995

Aprova o texto do Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 1º de setembro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Repú-

blica do Paraguai, em Brasília, em 1º de setembro de 1994.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995.
– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A CONSERVAÇÃO DA FAUNA AQUÁTICA NOS CURSOS DOS RIOS LIMÍTROFES

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República do Paraguai
(doravante denominada "Partes Contratantes"),

Conscientes da necessidade de preservar e conservar racionalmente os recursos pesqueiros em sua fronteira líquida, estabelecendo critérios adequados de pesca;

Desejosos de evitar por todos os meios possíveis a degradação ambiental e a poluição das águas dos rios limítrofes e dos ecossistemas a eles associados;

Inspirados no propósito de intensificar a cooperação técnico-científica destinada à proteção dos recursos pesqueiros, devido a sua importância ambiental, econômica, social e esportiva;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos e instrumentos comuns a ambos países,

Acordam o seguinte:

Artigo I

As partes Contratantes acordam em regularmentar a pesca nas águas dos rios limítrofes entre seus territórios em harmonia com as disposições deste Acordo.

Artigo II

O presente Acordo se aplicará às águas do rio Paraguai, no trecho compreendido entre a desembocadura do rio Apa e a confluência com o rio Negro ou Otuquis; no rio Apa, desde sua desembocadura no rio Paraguai até a sua nascente principal; ao longo do lago de Itaipu, desde a barragem até o antigo Salto das Sete Quedas ou Salto del Guairá; e no trecho do rio Paraná, desde a foz do rio Iguaçu até a barragem de Itaipu.

Artigo III

Cada Parte Contratante exercerá o direito de pesca nos trechos definidos no artigo II em suas águas territoriais, até o limite da respectiva soberania. No entanto, poderão ser realizados controles conjuntos, com a participação de funcionários dos organismos competentes em cada trecho, a fim de garantir o cumprimento das disposições do presente Acordo.

Artigo IV

A atividade pesqueira exercida nos trechos definidos no artigo II será objeto de regulamentos específicos, os quais serão, posteriormente, incorporados ao presente Acordo sob a forma de Protocolos Adicionais.

Artigo V

As Partes Contratantes acordam em realizar, nas águas às quais se refere o artigo II do presente Acordo, estudos conjuntos de avaliação do recurso ictílico que sirvam de base para o ordenamento da atividade pesqueira e para a execução de obras de melhoria e de trabalhos de piscicultura que favoreçam as condições naturais para a reprodução, o crescimento e o desenvolvimento dos peixes.

Artigo VI

1. A construção de obras hidráulicas, que podem alterar o regime hidrológico e hidrobiológico do rio, deverá ser precedida de elaboração, pelas Partes Contratantes, de um plano de ação para a conservação dos recursos pesqueiros, que contemple as medidas e as ações adequadas à avaliação de impactos ambientais e outras exigências legais pertinentes, em particular as medidas para salvaguardar o movimento migratório normal dos peixes.

2. As Partes Contratantes desenvolverão, ao mesmo tempo, trabalhos de aquicultura e outros, a fim de salvaguardar a reprodução e o crescimento normal das espécies nas novas condições ambientais, nos trechos dos rios localizados a montante e a jusante das obras referidas no parágrafo anterior deste artigo. Para tais fins, serão formalizados ajustes técnico-científicos complementares.

Artigo VII

As Partes Contratantes se obrigam a não introduzir nos rios limítrofes espécies aquáticas exóticas.

Artigo VIII

As Instituições competentes das Partes Contratantes elaborarão e aplicarão medidas para prevenir a poluição por efluentes não tratados e outros detritos de origem industrial ou agrícola, que afetem o equilíbrio ecológico e sejam prejudiciais à fauna aquática dos trechos definidos no artigo II do presente Acordo.

Artigo IX

Comprometem-se, as Partes Contratantes, a manter a sistemática troca de informações sobre a situação dos recursos pesqueiros, em especial quanto aos movimentos das espécies migratórias e sobre as atividades pesqueiras, comerciais e esportivas, no interesse de assegurar a pesca sustentável, a reprodução normal e a conservação da fauna aquática, em todas as águas, às quais se aplica o presente Acordo.

Artigo X

Serão estabelecidas pelas Partes Contratantes, sempre que julgarem necessário, limitações quanto à intensidade da pesca, ao tipo de petrechos, aos tamanhos de captura, às áreas de proteção, aos períodos de proibição da atividade pesqueira, ao número de autorizações de pesca e aos volumes máximos de captura por espécies e seus correspondentes ajustes periódicos.

Artigo XI

A fim de fortalecer a colaboração técnica e científica em matéria de recursos pesqueiros, pescarias e hidrobiologia nas bacias hidrográficas dos trechos definidos no artigo II do presente Acordo, as Partes Contratantes cooperarão mediante a for-

malização dos respectivos acordos científicos e técnicos.

Artigo XII

Será constituído Grupo de Trabalho, integrado por representantes das instituições competentes das Partes Contratantes, que se encarregará da coordenação e da gestão das ações necessárias à aplicação do presente Acordo, e do tratamento dos seguintes temas relativos à atividade pesqueira na região limítrofe:

- a) regulamentação de técnicas e métodos de pesca;
- b) regulamentação dos tamanhos mínimo do pescado;
- c) estabelecimento de épocas e locais de proibição da pesca;
- d) estabelecimento de áreas de reserva ou trechos protegidos e seus regulamentos de pesca;
- e) os volumes máximos de captura e seu ajuste periódico;
- f) a melhoria e o desenvolvimento dos recursos pesqueiros, incluindo a reprodução artificial de peixes e de outros organismos;
- g) controle da implementação das recomendações a que se obrigam as Partes Contratantes;
- h) qualquer outro tema relativo à conservação e ao uso da fauna aquática.

Artigo XIII

1. O presente Acordo entrará em vigor na data em que ambas as Partes Contratantes se notifiquem, pela via diplomática, do cumprimento dos requisitos exigidos por sua legislação nacional.

2. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciá-lo, em qualquer momento, mediante notificação escrita, dirigida à outra, pela via diplomática, com 6 (seis) meses de antecedência.

Feito em Brasília, 1º de setembro de 1994, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, Celso L. N. Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Pelo Governo da República do Paraguai, Luís María Ramírez Boettner, Ministro das Relações Exteriores.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 1995

Autoriza o Estado da Paraíba a elevar, temporariamente, e em caráter excepcional, o limite previsto no art. 4º da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, e a contratar operação de crédito junto ao Banco BMC S.A., no valor de R\$46.188.735,76 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Paraíba autorizado a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite previsto no art. 4º, II, da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal.

Art. 2º É o Estado da Paraíba autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco BMC S.A., no valor de R\$46.188.735,76 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), a preços de 31 de agosto de 1995.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao reescalonamento de dívidas do Governo do Estado da Paraíba, decorrentes de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária realizadas em 1991.

Art. 3º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

a) valor pretendido: R\$46.188.735,76 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), a preços de 31 de agosto de 1995;

b) juros: 6% à.a. (seis por cento ao ano);

c) atualização monetária: taxa ANBID;

d) garantia: quotas-partes do FPE;

e) destinação dos recursos: destinados ao reescalonamento das dívidas do Governo do Estado da Paraíba junto ao Banco BMC S.A., provenientes de operações de antecipação de receita orçamentária realizadas em 1991;

f) prazo: noventa e seis meses;

g) condições de pagamento:

– duas parcelas de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), mensais, em novembro e dezembro de 1995;

– a partir de janeiro de 1996, até o final do contrato, o saldo apurado, após o pagamento dos valores acima, será amortizado em noventa e quatro parcelas mensais.

Art. 4º A presente autorização deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995: –
Senador José Sarney, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 1995

Autoriza a União a executar Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no valor equivalente a até US\$5,000,000,000.00 (cinco bilhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos à substituição da dívida mobiliária interna por dívida externa a menores custos e maiores prazos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Autorizar a União, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a executar Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no valor equivalente a até U\$5,000,000,000.00 (cinco bilhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos à substituição da dívida mobiliária interna por dívida externa a menores custos e maiores prazos.

Art. 2º O Programa a que se refere o artigo anterior tem as seguintes características:

a) montante da emissão e colocação dos títulos: até US\$5,000,000,000.00 (cinco bilhões de dólares norte-americanos) ou seu equivalente em outras moedas, colocados de umas só vez ou, parceladamente, em tranches diversas;

b) modalidade dos títulos: os títulos serão emitidos na forma nominativa e/ou ao portador, podendo

ou não ser listados em bolsas de valores, conforme seja conveniente para sua comercialização;

c) forma de colocação: mediante oferta internacional, liderada por agente a ser contratado pelo Brasil, podendo os títulos ser colocados ao par, com ágio ou deságio, conforme as condições do mercado no momento da colocação;

d) prazo: a ser definido por ocasião das negociações a se realizarem com o agente líder da operação;

e) juros: a serem definidos, tanto em termos de taxas quanto de periodicidade de pagamento, por ocasião das negociações a se realizarém com o agente líder da operação, observando o disposto na alínea f, abaixo;

f) destinação dos recursos: substituição da dívida mobiliária interna por dívida externa a menores custos e maiores prazos.

Art. 3º O Ministro de Estado da Fazenda encaminhará ao Senado Federal, trimestralmente, a partir de 31 de agosto de 1995, relatório da execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, contendo:

I – demonstrativo estatístico dos valores efetivamente emitidos e colocados, discriminando, por denominação e números de série dos títulos, seus valores unitários e totais, quantidade e montantes de emissão e colocação ao par, com ágio ou deságio, taxas de juros, prazos e datas de vencimento;

II – demonstrativo contábil da substituição da dívida mobiliária interna por dívida externa compa-

rando o montante total dos recursos captados por intermédio da execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior com o montante resgatado da dívida mobiliária interna mediante a utilização exclusiva de recursos do Programa, e discriminando, por denominação e números de série dos títulos resgatados, seus valores unitários e totais, quantidades, taxas de juros, prazos e datas de vencimento.

Art. 4º Constitui crime de responsabilidade da autoridade competente o emprego dos recursos do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior em destinação diferente da prevista na alínea f do art. 2º desta Resolução, assim como a omissão ou o injustificado atraso do encaminhamento ao Senado Federal do relatório de que trata o artigo anterior.

Art. 5º A execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior terá início no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias contados da data da publicação desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se a Resolução do Senado Federal nº 87, de 19 de dezembro de 1994, e demais disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Senador José Sarney, Presidente.

Ata da 188ª Sessão Não-Deliberativa em 10 de novembro de 1995. 1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ernandes Amorim e Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Declaro aberta a sessão sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício Senador Ernandes Amorim procederá a leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO

OF/GAB/Nº 847 Brasília, 9 de novembro de 1995
Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelênci a indicação dos
Deputados João Almeida e Mauri Sérgio para inte-

grar, respectivamente na qualidade de Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.169, de 27 de outubro de 1995, em minha substituição e do Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelênci protestos de consideração e apreço. – Deputado Michel Temer, Líder do PMDB.

SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, por 20 minutos.

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o movimento negro organizado realiza hoje, em todos os Estados, marchas pelos 300 anos e resistência das populações negras. O objetivo é fortalecer a mobilização para a grande marcha a Brasília; no dia 20 de novembro, quando se celebra o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. No Rio de Janeiro, a caminhada sairá da Candelária até o busto de Zumbi, na Praça Onze, na Avenida Presidente Vargas, puxada por todas as entidades e lideranças do movimento negro, dentre as quais o IPCN, o MNU e o CEAP.

É importante destacar que o movimento negro organizado, no Estado do Rio de Janeiro, tem, na sua trajetória histórica de luta, contribuído com muita eficácia para a organização nacional dos negros.

O Estado do Rio de Janeiro é reconhecidamente africano, porque a maioria de sua população é de não-brancos. A miscigenação do Estado traz para nós o desafio e a necessidade de discutirmos políticas que possam absorver essa pluralidade que buscamos, quando tratamos da educação, quando falamos da saúde e do desemprego. Todas essas são questões que certamente envolvem a maioria da população, que são de pobres e de negros no referido Estado.

Por isso, o movimento negro organizado, ao realizar essa marcha de preparação para o dia 20 de novembro, quando teremos a grande marcha em Brasília - e todas as entidades negras do Brasil estarão presentes no Congresso Nacional para uma sessão solene, que vai realizar-se no dia 20, às 18h30min -, terá como objetivo uma grande reivindicação do povo negro brasileiro, no sentido de que se tomem medidas no sentido de se resgatar a cidadania, a dignidade, a compreensão, a solidariedade e a fraternidade em nossa sociedade.

Por isso, o Estado do Rio de Janeiro, o IPCN, o MNU, o CEAP e todas as outras entidades que estão hoje compondo a marcha nesse Estado estão de parabéns. Essa grande mobilização reflete também o crescimento da consciência negra dos seus direitos de cidadania e de sua discriminação real na sociedade brasileira. Nos diferentes campos, de forma individual e coletiva, os negros e negras vêm lutando para que "o Brasil assuma a sua cara" de País negro e mestiço. Negada oficialmente, escamoteada socialmente, mas muito presente na vida do negro, a discriminação racial é um fato com o qual o Brasil não pode continuar convivendo. A unidade da Na-

ção, manifestada em várias ocasiões, depende do respeito às diferenças e integração racial.

A República de Palmares, liderada por Zumbi, é formada por negros, brancos e índios livres, representou um exemplo da possibilidade da convivência, cooperação e respeito entre as diferentes raças e etnias. Foi uma experiência histórica que prenunciava o Brasil que queremos construir.

Lutar contra a discriminação racial é combater a injustiça social, pois a distribuição de renda no Brasil, a pior do mundo, tem no negro a sua maior vítima. A falta de moradia, de trabalho, da educação e de saúde também faz do negro a sua principal vítima. O negro resiste, luta e faz da cultura popular o seu grito por justiça e orgulho da Nação. Mas, socialmente, o negro continua na senzala e até hoje nenhum modelo econômico adotado no País se preocupou em integrá-lo na sociedade como cidadão. O que ocorre é o desumano processo de exclusão social, que, individualmente, começa com a perda do emprego, da terra, da escola e acaba na mendicância, na prostituição infantil e na morte pelos grupos de extermínio e tantas outras situações de que temos conhecimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vendo uma realidade tão injusta, a consciência negra, quando brota, é compreensivamente radical. Mas é um radicalismo sadio, porque decorre da indignação contra a injustiça e luta pela construção de uma sociedade democrática, onde ninguém seja discriminado por causa da cor da pele.

Expressando o fortalecimento nacional da consciência negra é que estamos hoje realizando, também nesta Casa, por iniciativa do Senado Federal, um encontro parlamentar pela democracia racial, que será presidido pelo Presidente do Senado, Senador José Sarney. Estamos convidando todos os Parlamentares para que lá compareçam, porque para nós é importante introduzirmos mecanismos, instrumentos que poderão ser manipulados pelo Congresso Nacional também em defesa dessa consciência negra, que clama, nesse momento, por justiça, que quer uma integração racial e quer também que, socialmente, possamos estar inseridos no mesmo nível.

O Sr. Epitácio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Benedita da Silva?

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Epitácio Cafeteira - Nobre Senadora Benedita da Silva, creio que temos, no Brasil, a democracia racial. O movimento do negro, a meu ver,

na realidade, não tem legitimidade, porque todos temos consciência de que este País nasceu de uma miscigenação. O negro contribuiu efetivamente para a formação dessa raça. A Bandeira do meu Estado tem três cores, e a ordem de suas cores obedece a uma hierarquia de quem fez este País: o vermelho simboliza o índio; o branco, que chegou depois, e o negro vem em terceiro lugar. Nos Estados Unidos, Los Angeles talvez seja a cidade onde impera a luta racial. Lá, eles sabem que os brasileiros que têm pele mais clara não se consideram brancos. Quando cheguei em Los Angeles, tive oportunidade de andar no meio dos negros - quando todos temiam passar no meio deles - e de constatar a sua alegria quando se deparavam com um brasileiro, como se o brasileiro fosse um negro comum à raça dos Estados Unidos. Portanto, não existe essa discriminação. Até se diz, com muita propriedade, que na árvore genealógica de cada grande família branca há um negro sentado sobre uma de suas raízes. Essa é a realidade brasileira. Congratulo-me com V. Exª pelo seu ufanismo em relação à sua raça. Peço, no entanto, que nos deixe participar dele, porque temos nas veias - talvez V. Exª tenha em teor mais alto - um pouco do sangue negro do africano que veio ao Brasil e colaborou com a miscigenação de nossa raça, fato do qual nos orgulhamos.

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V. Exª pelo aparte. Estamos buscando exatamente a integração das raças, e não a exclusão. Sabemos que o País precisa tratar da questão da exclusão social, que tem as suas raízes no racismo. É verdade que vivemos, no Brasil, o mito de democracia racial. Mito porque pressupõe-se que a democracia racial ocorre quando as diferentes etnias - não negamos a miscigenação brasileira - não sofrem discriminações, ou seja, são dadas a todas as mesmas oportunidades. Não apenas do ponto de vista social, mas também do ponto de vista econômico e político, é nitidamente conhecido e reconhecido o fato de que a democracia racial brasileira não cuidou ainda de recuperar, de resgatar, a cidadania da etnia que V. Exª acaba de citar, a qual contribuiu para o crescimento deste País.

É isso que estamos, neste momento, buscando fazer, porque não é possível, com a perda da identidade, que o cidadão cresça e que tenha condições de sentir-se integrado.

A maioria da população brasileira não se sente, por razões de origem social, integrada. Nós, como negros brasileiros, não nos sentimos totalmente integrados, não apenas por razões sociais. É preciso

que haja o reconhecimento da nossa contribuição, não só cultural, porque a construção dessa sociedade deu-se mediante a mistura dessas raças.

Estamos buscando, na verdade, não ter mais que tratar dessas desigualdades sociais e desses preconceitos raciais, para que possamos tratar apenas do povo brasileiro. Mas, por enquanto, ainda é preciso lutar.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senadora Benedita da Silva?

O Sr. Epitácio Cafeteira - V. Exª permite que eu diga mais uma palavra?

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Pois não, Senador Epitácio Cafeteira. Concedo o aparte logo em seguida ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Muito obrigado.

O Sr. Epitácio Cafeteira - De exame da situação, por exemplo, do racismo no Brasil e nos Estados Unidos, chega-se a uma conclusão simples: foi de tal ordem a integração - e aí ficam reservadas as exceções daqueles que são intolerantes -, que por força dessa integração as pessoas de pele escura - porque negros somos todos nós - não cuidaram talvez de conseguir uma democracia econômica, o desenvolvimento numa democracia onde a raça tivesse maior avanço. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde a intransigência era geral, os negros se organizaram de tal ordem que o restaurante de negro é de negro; o clube de negro é de negro. Eles então formaram um grupo social no qual muitos se transformaram em milionários e mesmo assim continuaram, e continuam, prestigiando a raça. Não houve, portanto, a integração do ponto de vista social, mas houve do ponto de vista econômico. A raça negra, no Brasil, excluindo-se as exceções dos intransigentes, é bem recebida e tratada como irmã. E por não ter permanecido isolada, na realidade, não conseguiu alcançar o sucesso econômico-financeiro que teve a raça nos Estados Unidos. Daí o prejuízo dessa etnia no Brasil: as oportunidades faltaram aqui quando lá sobraram. Houve o desenvolvimento econômico da raça nos Estados Unidos, mas não houve, até hoje, uma integração nesse país. Tanto é verdade que o movimento realizado, outro dia, nos Estados Unidos contou com a participação de milhões de pessoas. A realização aqui, no Brasil, dessa passeata a que V. Exª se refere será muito mais em função de Zumbi do que em função da raça. Congratulo-me com V. Exª pelo amor, pelo ufanismo que demonstra em relação a essa raça. Apenas peço: não vamos separar aquilo que hoje já está unido neste País.

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Nobre Senador, agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Nobre Senadora Benedita da Silva, em verdade, eu não gostaria de interrompê-la. O fio condutor filosófico do discurso de V. Ex^a me parece que não é propriamente o de mostrar o panorama político-social do negro, mas o seu sofrimento, a sua luta e o seu encontro com a cidadania. Ouvi V. Ex^a declarar, há poucos dias, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o que foi a sua infância. Lembro-me de que Thomas Edison, inventor genial, orgulhava-se de ter sido, na época em que era menino, jornaleiro, vendedor de caramelos, laranjas e maçãs. Era um gênio. Depois, Mark Twain, um grande escritor, conforme V. Ex^a sabe, registrava que aos 12 anos tinha sido moço de entrega, balconista de armazém e aprendiz de ferreiro. Agora, quando é V. Ex^a que narra parte do seu passado e chega a uma manhã de sexta-feira em que o plenário geralmente está vazio e tem na sua assistência o Presidente do Congresso Nacional, há a visão nítida de que o Sr. Senador José Sarney está aqui para homenagear a Sr^a Senadora Benedita da Silva e a raça negra como um todo. Há preconceito social, sim - não vamos nos iludir - e também o racial. V. Ex^a é exceção ao chegar à mais alta Tribuna deste País, e com que sofrimento não deve tê-lo feito. A admiração que os seus colegas lhe tributam deve-se à sua postura, à sua verticalidade e até ao fato de não ser uma radical, não ser prosélita de um farisaísmo que precisa ser espancado de todos os modos e jeitos. Quero dizer, Senadora Benedita da Silva, que a sua marcha é a marcha da cidadania. Quero cumprimentá-la pela luta que V. Ex^a vem desenvolvendo, da qual sou testemunha desde a Assembléia Nacional Constituinte - e com quantos tropeços e dificuldades, saltando obstáculos que pareciam intransponíveis, chegou até aqui. Receba a homenagem de alguém que reconhece em V. Ex^a uma grande líder da raça negra.

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e pelo carinho, Senador Bernardo Cabral. V. Ex^a, que me tem acompanhado desde a Câmara dos Deputados, sabe que luto com muita convicção. O fato de estar hoje, neste plenário, o Presidente do Senado, Senador José Sarney, que também me acompanhou, quando Presidente da República, só me orgulta. Foi exatamente naquele

momento em que estavámos lutando, buscando mais instrumentos, como estamos fazendo agora, S. Ex^a, como Presidente da República, pôde criar a Fundação Cultural Palmares, que tinha o objetivo de produzir políticas afirmativas para a comunidade negra. E isso, tenho certeza, o Senador José Sarney fez, na sua gestão na Presidência, porque tem a consciência do preconceito social, do preconceito racial e sabe que, se não tivermos instrumentos que nos possibilitem, no mínimo, discutir e propor algumas políticas, evidentemente continuaremos apenas no campo da denúncia ou então a fazer belos discursos, porque a história da escravidão tem seus momentos de violência e de sofrimento, mas também tem os mais belos hinos e poesias - aprendi na minha Bíblia - escritos em tribulações.

Por conta disso, sabemos que os negros, na senzala, choraram, mas amamentaram este País. Nós, mulheres negras, amamentamos este País. E só podia ser com amor. Se estamos hoje pleiteando e criando os instrumentos para que possamos, unidos, integrar essa nossa raça negra é porque o fazemos baseados no amor e na democracia. Não há ódio, não há rancor.

Por isso a iniciativa e o fortalecimento da Fundação Palmares é extremamente importante em qualquer governo. Recentemente, em reunião que tivemos com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, Sua Excelência nos falava da necessidade de termos medidas afirmativas e dizia que seria, no mínimo, um equívoco retirarmos, neste momento, toda e qualquer ação que possa contribuir para o crescimento da raça negra.

O Sr. José Sarney - Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Ouço, com prazer, V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Senador José Sarney, em homenagem a V. Ex^a, que é o Presidente da Casa, evidentemente que lhe será concedido um aparte. Todavia, o tempo da Senadora Benedita da Silva está esgotado. Por isso, peço-lhe a gentileza de ser o mais breve possível.

O Sr. José Sarney - Serei breve, muito breve.

O Sr. Pedro Simon - Sr. Presidente, tenho certeza de que, pela importância e significado do aparte de S. Ex^a o Presidente José Sarney, o Regimento será flexibilizado.

O Sr. José Sarney - Muito obrigado à Senadora Benedita da Silva e ao Senador Bernardo Cabral pelas referências que fizeram ao meu nome. Apenas quis apartá-la para dar um testemunho. V. Ex^a dis-

se que o Brasil precisa assumir a sua face negra. Quero dizer-lhe que, quando Presidente da República, em um discurso que proferi nas Nações Unidas, em 1985, tive a oportunidade de dizer que assumímos a nossa face de país mestiço e de segundo país negro do mundo em razão da nossa população negra. Portanto, temos um compromisso extraordinário com a raça negra. A nossa identidade cultural, a nossa identidade como povo tem hoje, na sua fase mais decisiva e marcante, a presença que nos vem do povo africano. Muito obrigado.

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Como o tempo está esgotado, não vou poder argumentar.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que essa iniciativa que temos hoje como expressão do fortalecimento nacional da consciência negra, sem dúvida, estaremos propondo, nesse nosso encontro pela democracia racial, a criação de uma frente parlamentar afro-brasileira, porque sabemos que existe uma miscigenação, e essa frente parlamentar não será apenas uma frente dos parlamentares negros, e sim uma frente parlamentar afro-brasileira para ampliar o apoio político às iniciativas legislativas que venham ao encontro dos interesses da integração racial e da cidadania para as populações negras.

O Encontro Parlamentar pela Democracia Racial, que hoje se realiza no Senado da República, impede-me de participar da caminhada no Rio de Janeiro. Mas tenho a certeza de que será uma grande manifestação, onde a "República dos Palmares" dos dias de hoje descerá os morros, reunir-se-á nas praças, ganhará as ruas, e ressoará o grito de Quilombo pelos ares do Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao nobre Senador Epitácio Cafeteira.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para proferir o seu discurso.

O SR. Epitácio CAFETEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (- AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não existe demérito algum para aquele que reconhece o óbvio,

mas não merecem louvores os que se acomodam aos efeitos deletérios da obviedade. O óbvio é que as universidades brasileiras vão de mal a pior. Esse é um fato concreto, transparente, típico de um país que sempre ofereceu um tratamento de olímpico desprezo à causa da educação. A obviedade é que não temos feito nada para reverter o quadro, permitindo, através do nosso desinteresse, que o problema se agrave cada vez mais.

O próprio Governo Federal admite que o ensino superior está sendo corroído pela doença da incompetência, tanto que monitorou uma medida provisória estabelecendo exame final para os cursos universitários como forma de aferir as qualificações profissionais dos formandos e aquilatar a eficiência de nossas universidades. O Governo abona a tese de que o produto final que as universidades colocam no mercado de trabalho não é profissionalmente confiável. Reconhece os efeitos nocivos de uma política educacional ultrapassada, mas não pesquisa as causas dessa hecatombe intelectual, provavelmente porque o próprio Estado, e não os seus agentes educacionais, seja o grande vilão dessa trama siniistra.

É evidente que o ensino superior praticado no Brasil tem suas deficiências, mas o Governo Federal não pode jogar sobre as universidades, alunos e professores a responsabilidade final por esta sucessão interminável de equívocos. Ao contrário, ele também tem que compartilhar dessa derrota na condição de cúmplice privilegiado, já que não tem oferecido às universidades os recursos financeiros indispensáveis à realização de seus programas de ensino.

A ineficácia do Poder Público em administrar a atividade educacional do país ameaça paralisar o ensino superior. As universidades estão asfixiadas, sem recursos para se manterem até o final do ano, condenadas que se acham à UTI da inadimplência. O quadro desenhado pelos reitores chega a ser apocalíptico: as atividades dos programas de pós-graduação vão ser interrompidas, os laboratórios serão fechados, os serviços dos hospitais universitários serão sacrificados, assim como os projetos de pesquisa e biblioteca. Não há dinheiro para investimento nas atividades acadêmicas e investimento em infraestrutura. Seria cômico se não fosse trágico, mas há reitores espalhados por este Brasil afora que hoje cansam suas mentes privilegiadas procurando meios que lhes permitam pagar no final do mês a conta de luz de suas universidades.

A culpa é dos reitores, dos professores ou dos alunos que se excederam em seus gastos? Na reali-

dade, a responsabilidade é do Governo, que planejou mal o Orçamento para a Educação, numa desastrada estatística que redundou, em outubro, um déficit de R\$200 milhões no custeio das 52 instituições universitárias existentes no País. Para cobrir o déficit e sobreviver até o final do ano, as universidades necessitam de uma injeção financeira da ordem de R\$310 milhões. O Governo oferece apenas R\$137 milhões e assim mesmo somente para investimentos. O impasse está criado e o resultado dessa queda-de-braço entre educadores e burocratas só tende a erodir mais ainda as já combalidas estruturas do ensino universitário.

Uma vez sendo amazonense de nascimento, quero analisar o que para mim representa o Amazonas. É uma felicidade que esteja na Presidência dos nossos trabalhos o Senador Jefferson Péres, professor universitário, que comigo já fez, desta tribuna, reclamações a que as autoridades fizeram ouvidos surdos. Quero, por isso mesmo, como exemplo típico da inanição financeira que agride o ensino superior brasileiro, analisar os números apresentados pela Universidade do Amazonas.

De janeiro a setembro do corrente ano, as despesas realizadas ascenderam a R\$11,6 milhões, existindo uma previsão de R\$4,4 milhões até dezembro. A dotação orçamentária, incluindo recursos próprios e do Tesouro, é de R\$8 milhões para todo o exercício. Consequentemente, a Universidade do Amazonas está condenada a um déficit de R\$8 milhões.

É claro que, premida pela catástrofe financeira que se anuncia, a Universidade do Amazonas está sendo obrigada a suspender o pagamento de seus compromissos, além de suspender todos os seus programas de investimento. É lamentável que se chegue a essa conclusão, mas não há dúvidas de que, se o Governo Federal não proceder à suplementação orçamentária de R\$8 milhões, a Universidade Federal do Amazonas terá que cessar as suas atividades.

Esclareça-se ainda que tais dados dizem respeito ao custeio e capital, uma vez que, quanto à rubrica de Pessoal, a Universidade do Amazonas necessita de uma suplementação da ordem de R\$18 milhões.

Essa a razão de juntar a este meu pronunciamento os documentos anexos, em número de quatro páginas, para figurarem nos Anais do Senado.

Faço isso porque, há algum tempo atrás, o Senador Josaphat Marinho e eu - S. Ex^a em um pronunciamento e eu em aparte à sua manifestação - fazímos questão de mostrar a falência absoluta em que se encontram as universidades.

Trouxemos, o Senador Jefferson Péres e eu, o exemplo do Estado do Amazonas, na seqüência do que fizemos, mas estou estarrecido com o que vive a Universidade de Brasília.

Diz um órgão da nossa imprensa brasileira, sob o título "UNB vive a pior situação" - observem que se trata da Universidade da Capital Federal, onde se instala o Governo da República:

"Entre as universidades federais, a que se encontra, hoje, em pior situação é a Universidade de Brasília (UnB). A avaliação é do Presidente da Andifes, Diomário de Queiroz.

Segundo o Reitor da UnB, João Cláudio Todorov, a situação é tão séria que, para não fechar as portas, a Universidade tem pago os vales-transportes dos funcionários das firmas prestadoras de serviços e os médicos residentes com dinheiro dos convênios.

"Tivemos que usar o dinheiro que recolhemos da taxa de vestibular para pagar os residentes do Hospital Universitário e para comprar vales-trânsportes", disse ele.

Dividas - Todorov vai além: "Não dá para segurar mais. A partir do dia 15 temos que fechar. Esta é a segunda vez em três meses que não temos um tóstão para pagar as firmas prestadoras de serviços. Os funcionários, sem dinheiro, vão parar."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando se relega um problema como a Educação, que é a seqüência de tudo - antes da Educação vem a Saúde, porque é através dela o cidadão, o pobre acaba conhecendo a sua necessidade para contornar as dificuldades de saúde - a um plano tão inferior, que mostra a decadência universitária, vemos que este País não vai bem.

O Sr. Vilson Kleinübing - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Concedo o aparte ao Senador Vilson Kleinübing.

O Sr. Vilson Kleinübing - Senador Bernardo Cabral, recentemente, numa visita que fiz a Florianópolis, fui convidado pelo Professor Diomário de Queiroz, que V. Ex^a citou agora, Reitor da Universidade de Santa Catarina, a conhecer os números da nossa universidade. E são dramáticos, porque ele, como Presidente da ANDIFES, além de me dar os números da Universidade de Santa Catarina, forneceu-me os números da universidade brasileira. Antes de falar sobre esse assunto, desejo relembrar o que, por duas vezes, desta tribuna, já falei. O serviço público brasileiro está absolutamente falido. Hoje,

V. Ex^a fala na educação. Amanhã, poderemos falar na saúde. Depois de amanhã, poderemos falar nos transportes. Na semana que vem, poderemos falar em segurança pública. Absolutamente falido e quebrado. Retiramos, de janeiro a setembro deste ano, do povo brasileiro, do trabalhador, do operário, do servidor público, R\$65 bilhões, e o Tesouro Nacional fechou com um déficit de R\$2 bilhões. Tirando R\$65 bilhões do povo, prestamos um serviço de péssima qualidade, uma porcaria de serviço público, e ainda estamos devendo na praça R\$2 bilhões. E não se resolve nada. Até o final do ano, o Ministério da Educação tem que colocar recursos nas universidades, porque elas estão fazendo rifas, bingos, para conseguir dinheiro para pagar o telefone e a conta de luz. Estão começando a fazer "vaquinha", como se diz, entre os servidores, funcionários e alunos para poderem pagar contas mínimas para que a universidade possa operar. Precisamos refletir sobre um fato: no meu Estado, felizmente, temos quase o dobro de matrículas universitárias em universidades comunitárias, onde o aluno paga a sua matrícula e a sua mensalidade de acordo com a sua capacidade. Muitos se iludem: se é de graça durante o curso, paga-se depois em impostos. É uma ilusão dizer que a universidade é de graça. É de graça durante o curso, repito, depois ele paga com essa tributação de R\$65 bilhões, que não rende absolutamente nada em termos de qualidade de serviço. Sou favorável ao pagamento; o povo catarinense é favorável ao pagamento. Tanto é assim que temos muito mais do que o dobro das matrículas em universidades comunitárias. Em Blumenau, por exemplo, não há universidade federal; há uma universidade comunitária, onde os filhos dos operários pagam a sua matrícula. É uma universidade enxuta, uma universidade em que os servidores estão satisfeitos de lá servir, os professores estão satisfeitos, a qualidade de ensino é cada dia melhor. O aluno tem orgulho da sua universidade e, depois que sai, faz o que nenhum brasileiro faz quando estuda numa universidade federal: doa livros para a biblioteca da sua escola. Quem de nós já doou algum livro para a universidade em que se formou? Nos Estados Unidos, chega a ser parte do testamento das pessoas a doação de livros a bibliotecas. Aqui, saímos de uma universidade, que foi de graça, e perdemos todo o amor por ela. Quero dizer que é um tema palpitante. Temos que resolver o problema deste ano. Espero que o discurso de V. Ex^a, as suas palavras façam eco no Ministério da Educação e que o Ministro consiga mais um pouquinho de déficit, mais 400 milhões de títulos públicos,

mais 400 milhões de déficit, ou menos 400 milhões de juros, e que dê às universidades para fecharem as contas deste ano. Agora, nós, Congressistas, temos uma responsabilidade: que universidade queremos para o futuro? Essa que aí está? Os meus dois filhos vão de automóvel à Universidade Federal de Santa Catarina estudar de graça. Quiseram pagar a matrícula. Não puderam! Fizeram um movimento em uma sala de aula para pagar a matrícula. Um outro aluno, de uma outra sala, entrou com uma ação na Justiça, e esta determinou que nem contribuindo podia pagar. O momento é importante. O que V. Ex^a está fazendo hoje, para mim, é de muita importância, até porque posso resgatar a visita que fiz à Universidade de Santa Catarina: Eles estão quebrados! Estão fazendo rifa e vendendo bingo. O Ministro da Educação tem que dar recursos às universidades para fecharem suas contas até o final do ano. Um pouquinho mais de prejuízo não vai fazer mal para ninguém. Mas vamos também, nós todos, pensar no futuro, que universidade nós queremos.

O SR. BERNARDO CABRAL - Senador Vilson Kleinübing, quero agradecer a interferência de V. Ex^a, feita com a responsabilidade de quem foi Governador de Santa Catarina e de quem conhece o problema estatístico da deficiência. No início desta minha despretensiosa manifestação, eu dizia que não merecem louvores os que se acomodam aos efeitos deletérios da obviedade da falência universitária; agora, ao incorporar o aparte de V. Ex^a a este meu discurso, quero dizer - confirmado o que se diz a todo instante da tribuna do Senado, que é um mal nacional, que abrange o País inteiro - que nós, que representamos os Estados e damos os depoimentos do que acontece nas respectivas universidades federais ou locais, temos também de compartilhar da sua solução. V. Ex^a acaba de sugerir o que é preciso fazer para que haja numerário, no sentido de socorrer as universidades.

O Sr. Casildo Maldaner - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner - Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a aborda tema importante no dia de hoje no Congresso Nacional. É claro que, a par de alguns conceitos que precisamos até rever, indo ao encontro daquilo que afirmou o Senador Vilson Kleinübing, até, eu diria, do próprio funcionamento dos RUs das universidades federais, da participação dos estudantes no que tange às refeições, no que tange, muitas vezes, a algumas gráficas na edição de li-

vros, na tese de teorias, de sonhos. Quer dizer, precisa haver mais responsabilidade - quem sabe - na formulação de proposta e no orçamento para que as universidades funcionem. Quanto à crise a que V. Ex^a se referiu, começando pela Universidade do Amazonas, que se encontra em situação premente, sem condições de seguir avante com aquilo que é a universidade, a cultura, o saber, o fundamental para a juventude que aí está, gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade do tema. Também, quando V. Ex^a fala no Presidente da Associação das Universidades Brasileiras, o Reitor Diomário Queiroz, que também integra os quadros da nossa Universidade Federal de Santa Catarina, cujos problemas foram também aqui referidos pelo Senador Vilson Kleinübing. Inclusive, a empresa que fornece energia elétrica para aquela instituição de ensino não está recebendo porque ela não pode pagar. Se cortar, a Universidade fica no escuro. Eu gostaria de parabenizar V. Ex^a por levantar um tema de tanta importância, discorrendo sobre a situação em que se encontra a Universidade de Santa Catarina, cujos bancos escolares tive a honra de freqüentar, assim como da UnB, Universidade que também freqüentei. Meus cumprimentos a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a dispõe de um minuto para concluir o seu pronunciamento.

Aproveito para dizer que lamento não poder aparteá-lo por estar na Presidência.

O SR. BERNARDO CABRAL - Foi exatamente por isso, Sr. Presidente, que fiz questão de registrar, no início do meu pronunciamento, a nossa luta conjunta, pela impossibilidade momentânea de V. Ex^a, impossibilidade essa que não o afasta da tribuna, porque V. Ex^a também se expressa pela minha voz, na medida em que estou sempre honrado pela delegação que tenho de V. Ex^a para defender os interesses do Amazonas.

Eu gostaria de, neste minuto breve, dizer ao Senador Casildo Maldaner que também, como Governador de Santa Catarina, o seu depoimento é valioso, porque vai ao encontro da manifestação feita pelo eminentíssimo Senador Vilson Kleinübing.

O Sr. Pedro Simon - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon - Não há dúvida de que o pronunciamento que V. Ex^a faz, nesta manhã, é de um significado muito grande. O que lamento - e me coloco entre os responsáveis por isso - é que não tenhamos conseguido uma metodologia pela qual nós, no Senado, pudéssemos aprofundar as consequências de um

discurso como esse de V. Ex^a, que invoca aqui o problema universitário. V. Ex^a fez a análise da situação da sua região, que V. Ex^a conhece, e os dois Senadores de Santa Catarina fizeram a análise da situação daquele Estado. À última reunião da Bancada do Rio Grande do Sul, que contou com a presença de 31 Deputados de todos os partidos e dos três Senadores, vieram representações das universidades públicas e particulares do Rio Grande do Sul. O quadro apresentado por eles foi trágico, dramático. Não podemos compreender como pudemos chegar a tal situação e não ter nenhuma resposta. Imagino que o projeto que votamos, criando o imposto especial para a saúde, talvez equacione essa questão. Talvez o Professor Jatene possa, a partir da aprovação daquele projeto, buscar a racionalização que todos nós defendemos. Agora, o problema da educação é muito complicado, porque não temos coragem de equacioná-lo. Faço justiça ao Governo e ao Ministro da Educação, que agora apresentaram um projeto que me parece importante para os professores dos cursos elementares: ninguém ganhar menos do que R\$300,00 a partir da execução desse projeto. É uma coisa concreta, é um lado positivo. Sobre as nossas universidades, o Senador Kleinübing disse uma grande verdade: a realidade de hoje é que o filhinho de papai, aquele que tem dinheiro, estuda em universidades públicas, que são todas de graça. E corta o nosso coração quando vemos, lá pelas tantas - acredito que V. Ex^a seja como eu -, o filho de um bancário ou de um trabalhador, depois de muitos anos de vestibular, eufórico por passar para o curso de Medicina, ouvir seu pai dizer que tudo que a família ganha, somado, não é suficiente para pagar a mensalidade da faculdade, de novecentos e tantos reais, mesmo se não comerem, não beberem, não fizerem mais nada. Essas coisas acontecem. No entanto, a universidade pública é gratuita para quem pode e para quem não pode; para quem precisa e para quem não precisa. Houve uma época em que a guerra era enorme porque as pessoas de classe alta não admitiam que seus filhos não pudessem estudar em universidades públicas, dizendo que isso era uma violação dos direitos do cidadão, porque todos são iguais perante a lei. Mas eu duvido que haja alguém que não concorde que quem pode deveria pagar uma bolsa na universidade pública. Ele estuda e paga uma bolsa para o outro cidadão estudar na universidade particular, que ele tem que pagar. Deve-se estudar e debater alguma forma de resolver essa matéria, porque as coisas não podem ser levadas como estão. Outra atitude importante do Ministro Paulo Renato Souza foi extinguir o Conselho de Educação. S. Ex^a agora está criando um outro, novo.

Havia acusações muito graves ao antigo Conselho. Dizia-se até que membros do Conselho eram advogados que defendiam os interesses de universidades particulares. Não sei se as acusações procediam, mas ele foi extinto. Vai-se criar uma nova forma, que, espero, não seja apenas um órgão acoplado ao Ministério, mas que tenha uma certa autonomia. Que se faça uma análise profunda e surja um pronunciamento, como o de V. Ex^a, sobre o que vamos fazer com o ensino universitário no Brasil. Pior do que está - tem razão V. Ex^a - Impossível.

O SR. BERNARDO CABRAL - Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, este meio minuto que me resta para concluir o meu pronunciamento vou dividir com o eminentíssimo Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho - Não posso perturbar, nobre Senador, o curso de sua exposição, até porque o tempo o angustia. Mas quero lhe manifestar solidariedade pelo trato do assunto e até dizer-lhe que, oportunamente, também eu voltarei a essa matéria. Só lamento que, não sendo o orador imediato, não lhe possa ceder o meu tempo para que V. Ex^a continue examinando a matéria. De qualquer modo, fique assinalado que V. Ex^a trata do problema universitário, que não tem recebido de governos sucessivos o tratamento devido.

O SR. BERNARDO CABRAL - Agradeço duplamente a V. Ex^a, eminentíssimo Senador Josaphat Marinho, não só pelo seu aparte mas também pela cessão do tempo se fosse possível.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que conheço pessoalmente o Ministro Paulo Renato Souza. Tenho certeza de que S. Ex^a é um homem sensível aos problemas educacionais, e não é o culpado por essa situação. Mas é a S. Ex^a que nós temos que encaminhar as nossas reivindicações, as nossas angústias e as nossas preocupações, a fim de que, naquele Ministério, encontrem eco para que se solucione o problema das universidades.

Obrigado aos eminentíssimos Senadores e a V. Ex^a.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. BERNARDO CABRAL EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:*

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Gabinete do Reitor

OF.CIRC.GR./Nº 41/95

Manaus, 1º de novembro de 1995

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Bernardo Cabral

Senado Federal – Ala Felinto Müller

70165-900 – Brasília-DF

Senhor Senador,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, estamos encaminhando o quadro demonstrativo da situação orçamentária da Universidade do Amazonas, no presente exercício, conforme acordado em reunião de 9-10-95.

No Documento I:

a) A coluna 1 refere-se a despesas realizadas de janeiro a setembro deste ano;

b) A coluna 2 é uma estimativa de gastos até dezembro deste ano, tendo como base os gastos já realizados até setembro;

c) A última coluna apresenta o déficit total, em orçamento, que teremos até o final do ano e é o valor aproximado que necessitamos de suplementação.

O orçamento aprovado para Universidade do Amazonas em 95 foi:

Recursos do Tesouro: R\$6.172.526,00

Recursos Próprios: R\$1.968.437,00

Não estão contemplados na fonte Recursos Próprios aqueles destinados ao Hospital Universitário Getúlio Vargas.

No Documento II:

Corresponde a estudo realizado em julho/95 onde estão apresentados o orçamento com fonte do Tesouro, coluna 3. As despesas com custeio e investimentos realizadas no 1º semestre e a projeção para o 2º semestre e o déficit projetado até o final do ano, são apresentados, respectivamente nas colunas 1, 2, e 4. Este mesmo estudo foi enviado ao MEC e reflete a realidade enfrentada, hoje pela maioria das Universidades Federais.

Ressaltamos que, passando, mesmo com problemas orçamentários, o MEC vinha repassando os recursos financeiros que garantiam o funcionamento mínimo da Instituição. Agora, o MEC, também por falta de orçamento não está seguindo os procedimentos anteriores, o que leva a Universidade do Amazonas a suspender o pagamento de seus compromissos.

Neste sentido, é fundamental para funcionamento de nossa Universidade, garantir suplementação orçamentária e financeira da ordem de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Esclarecemos, por fim que todos os dados até aqui apresentados referem-se ao custeio e capital. Quanto à Repúblca de Pessoal, necessitamos suplementação da ordem de R\$18.000.000,00 (Dezesseis milhões de reais).

Na certeza de contar com o decisivo empenho de V. Ex^a, renovamos protestos de consideração.

Atenciosamente, – Nelson Ibrahim Frajji, Reitor.

Novembro de 1995

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 11 02777

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
PROPLAN-DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO

**DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO AUTORIZADO, DESPESA REALIZADA
 (JAN/SET/95) E PREVISÃO (OUT/DEZ/95)**

DOCUMENTO I

Elemento de Despesas	Despesas	Previsão da Despesa	Dotação Orçamentária	Dotação Orçamentária	Déficit
	Realizada	Out. a Dez./95	Tesouro/95	Próprios	R\$
	Jan. a Set./95	2	3	4	5
349018 Bolsa	532.010	180.000	432.000		-280.010
349030 Mat.Consumo	1.112.531	371.000	920.000	608.000	144.469
349033 Passagem	439.459	180.000	340.000	61.921	-217.538
349036 Serviço Pes.Física	950.937	320.000	319.200	177.350	-774.387
349037 Loc.Mão-de-Obra	879.110	300.000	400.000		-779.110
349039 Serviço Pes.Juríd.	2.503.260	850.000	714.319	124.112	-2.514.829
349041 PASEP	205.560	70.000	463.486		187.926
349092 Desp.t. Inter	124.048			124.048	0
459051 Obras - Instalaç.	863.660	500.000	91.500	360.000	-912.160
459052 Mat.Permanente	851.090	500.000	91.500	513.006	-746.584
Vale Alimentação	1.910.596	650.000	1.672.180		-888.416
Vale Transporte	491.310	170.000	324.000		-337.310
Residência Médica	621.614	230.000	284.341		-567.273
Auxílio Creche	120.000	100.000	120.000		-100.000
Totais	11.605.185	4.421.000	6.172.526	1.968.437	-7.885.222

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PROPLAN-DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO AUTORIZADO, DESPESA REALIZADA

(1 o. SEMESTRE) E PREVISÃO (2 o. SEMESTRE)

DOCUMENTO II

Elemento de Despesas	Despesas	Previsão da Despesa	Dotação Orçamentária	Déficit	
	Realizada	1 o.Semestre	2 o.Semestre	Tesouro/95	R\$
	1	2	3	5	%
349018 Bolsa	224.181	310.944	432.000	103.125	80,73%
349030 Mat.Consumo	347.618	410.190	920.000	-162.192	121,40%
349033 Passagem	196.353	343.647	340.000	200.000	62,96%
349036 Serviço Pes.Física	332.829	473.318	319.200	486.948	39,60%
349037 Loc.Mão-de-Obra	674.787	796.249	400.000	1.071.036	27,19%
349039 Serviço Pes.Jurid.	1.647.900	1.944.522	714.315	2.676.100	19,88%
349041 PASEP	112.727	350.759	463.486	0	100,00%
349092 Desp.Exer.Anter.	124.047	146.376		270.423	0,00%
459051 Obras e Instalaç.	304.141	358.886	91.500	571.527	13,80%
459052 Mat.Permanente	343.518	405.351	91.500	657.369	12,22%
Vale Alimentação	1.381.262	1.629.889	1.672.180	1.338.971	55,53%
Vale Transporte	417.579	492.743	324.000	586.322	35,59%
Residência Médica	349.150	411.996	284.341	476.805	37,36%
Auxílio Creche	117.532	138.679	120.000	136.211	46,84%
Totais	6.573.625	8.213.549	6.172.526	8.614.647	41,74%

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação breve e inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Nobre Senador Roberto Requião, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR). Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando ainda Governador do Paraná, em 21/02/94 enviei um expediente à então Ministra dos Transportes, Sra Margarida Coimbra do Nascimento, denunciando uma situação no porto de Paranaguá, a construção de um terminal de contêineres, paralisada já há alguns anos e sob responsabilidade de um consórcio de empreiteiras.

O preço desse terminal de contêineres, orçado pelas empresas e licitado pela Portobrás, chegava a US\$99,5 milhões. Paralisado o terminal, pedi ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná que me orçasse um preço básico, um preço máximo para que ele pudesse ser construído pelo Estado do Paraná. Para minha surpresa, Sr. Presidente, o DER, transponde para o porto de Paranaguá os preços praticados pelas empreiteiras na construção de obras do Estado, chegou não aos US\$99,5 milhões, mas a US\$13 milhões.

Enviei um ofício pedindo a suspensão definitiva do contrato com o consórcio empreiteiro e a cessão da concessão da obra para que o Estado do Paraná a construisse, sem ônus para o Governo Federal. O Estado do Paraná pretendia assumir, com os seus próprios recursos, a construção da obra. Não recebi resposta até hoje.

Nesta Legislatura, enviei pessoalmente esses dados ao Ministro dos Transportes, Odacir Klein. Não houve nenhuma resposta até agora.

Ontem, através das autoridades portuárias, chegou-me a notícia de que o segundo escalão do Ministério dos Transportes procrastina a solução para que, em razão de prazo esgotado, o contrato seja refeito, dilatado.

Sr. Presidente, veja bem a diferença: são US\$99,5 milhões contra US\$13 milhões do orçamento do DER do Paraná, e contra US\$8 milhões do custo programado pelo porto, com a colaboração da prefeitura, na administração direta do terminal de contêineres.

O que é um terminal de contêineres? É uma plataforma, um aterro feito com areia da própria baía, calcado por uma pavimentação resistente de concreto. São US\$99 milhões, e o consórcio que ganhou essa licitação paralisada fez 20% da obra até

agora, já recebeu US\$59,1 milhões - o suficiente para fazer cinco terminais iguais a esse -, e ainda tem US\$40 milhões para receber.

O Ministério dos Transportes não anula essa maracutaia, não encerra esse processo, e nós temos o anúncio da possibilidade da dilação do contrato.

Sr. Presidente, o escândalo é absoluto e não entendo a resistência do Governo Federal contra a abertura da CPI das empreiteiras.

Há dois dias, fui convidado pelo Brigadeiro Presidente da INFRAERO para um almoço, ocasião em que recebi a notícia da conclusão do aeroporto de Curitiba, cujo orçamento é de US\$340 milhões e já foram investidos naquela obra US\$150 milhões. Questionei o Brigadeiro e ele me disse que essa licitação não havia sido feita por ele; foi herdada. Perguntei-lhe quanto custaria o aeroporto de Porto Alegre, licitado na sua gestão. Ele me deu os números e continuei a indagação: "Brigadeiro, se utilizarmos os números do contrato do aeroporto de Porto Alegre, feito na sua gestão, e o transferirmos para o aeroporto de Curitiba, continuará custando US\$340 milhões?" E ele me respondeu que custaria a metade, 50% desse valor.

Mas as obras não são paralisadas, os preços não são repactuados e o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso dá cobertura para a continuidade de todas as patifarias feitas em governos anteriores, especialmente no trágico governo de Fernando Collor.

Vou cobrar do Ministro Odacir Klein que puxe a orelha dos escalões inferiores e ponha cobro a essa patifaria no porto de Paranaguá.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, por 20 minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pretendendo abordar, embora rapidamente, dois temas.

Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre um assunto que trouxe anteontem: a reeleição.

Falei, na ocasião, da inoportunidade do instituto de reeleição para 1998. Diante de tantos temas que estamos a vivenciar, diante de tantos problemas que estão em pauta, a reeleição agora não seria um tema viável - aliás, pego uma carona com o nobre Senador Roberto Requião, em relação à matéria que levantou ainda há pouco.

Por que colocarmos a reeleição de 1998 como questão prioritária, se temos tantos problemas a resolver? A licitação para a construção do caso de Paranaguá é importante? Claro que é! Foi do Governo anterior? Se foi, merece ser tratado por este? Merece, sim. Deve ser averiguado? Sim, pois os recursos são públicos e se aplicam ali. Por que não é importante essa questão? Claro que é importante, é um assunto que está em pauta, tanto que o nobre Senador Roberto Requião pediu a palavra amparado no dispositivo do art. 14 do Regimento Interno, porque não podia deixar para depois um assunto como esse.

Esses temas estão em pauta, seja no campo da reforma tributária, da reforma administrativa ou da reforma previdenciária. São muitos os casos. Por isso, surpreendo-me quando temos que tratar da reeleição para 1998. O tema é inoportuno e deixa de lado as eleições municipais.

Porém, podemos elaborar uma pauta com todas essas matérias, inclusive com as eleições municipais. Por que os prefeitos ficariam dissociados desse processo?

Então, coloquemos tudo num pacote só: a reeleição de Presidente, de governadores e, também, de prefeitos municipais.

Eu dizia, num aparte ao eminentíssimo Senador Epitácio Cafeteira, que, em Buenos Aires, o Presidente Fernando Henrique Cardoso - isso foi levado inclusive pelo Senador Pedro Simon - afirmou que o tema da reeleição não era autorizado por ele. No outro dia, o Ministro das Comunicações fez um périplo pelo Congresso Nacional, tratando do tema, e nos deixou preocupados.

Podemos tratar do tema, mas sem excluir ninguém. Portanto, deve-se colocar também em pauta as eleições municipais. Devem entrar todos, não podemos fazer nenhuma distinção. Entram as eleições dos prefeitos municipais, dos governadores e do Presidente da República; vamos tratar da reforma tributária, previdenciária, administrativa e das regulamentações das reformas que votamos nesta Casa.

Se é para fazer a reeleição para 1998, não sou contra - como, talvez, por alguma má interpretação, alguns entenderam. Não tem problema. É um direito colocarem as suas administrações à avaliação das comunidades? Sim, mas não podemos deixar de fora os prefeitos municipais, que poderão comungar e participar desse direito.

O Sr. Ermandes Amorim - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Ouço V. Ex^a.

O Sr. Ermandes Amorim - Só para me manifestar a respeito das eleições de 1996 dos prefeitos. Fui prefeito, como ocorreu com muitos nesta Casa. Acompanhando o problema do País, o momento de crise - até porque há mais ou menos 15 anos não se constrói nesse Brasil, não há verba para nada -, creio que deveria haver um estudo, por parte do Congresso, no sentido de adiar as eleições de 1996 para 1998 ou prorrogar os dois anos de mandato, no momento em que se discute crise, que se discute falência dos Estados. Inclusive, haverá socorro aos Estados, vão mandar dinheiro para auxiliar a folha de pagamento, para pagar até dívidas mal contruídas, como é o caso do meu Estado, Rondônia, e abre-se uma eleição, em plena crise, para prefeitos e vereadores no próximo ano? Por que não se repete o que se fez, creio, em 1982, ou seja, prorrogar os mandatos de prefeitos por mais dois anos?

O SR. CASILDO MALDANER - É o pensamento de V. Ex^a. Como tal, tem o direito de expressá-lo. Muitos pensam dessa forma. Já houve, no Brasil, uma prorrogação de eleições municipais, nos mandatos dos Srs. Prefeitos. Se não estou equivocado, em 1986 ou 1984.

Não esposo essa tese da prorrogação de mandatos, mas comungo da idéia do Instituto da reeleição se for para todos - para o Presidente da República, para os governadores, mas também para os prefeitos municipais. Não podemos deixar de fora os prefeitos. Estaríamos fazendo, se assim fosse, uma discriminação no contexto geral, no campo das três esferas do Executivo.

Este é o meu pensamento que trago à esta Casa.

O Sr. Vilson Kleinübing - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Ouço, com muita honra, o Senador Vilson Kleinübing.

O Sr. Vilson Kleinübing - Quero aproveitar a oportunidade do seu discurso para fazer uma manifestação pessoal. Sou absolutamente favorável a mandatos de cinco anos sem direito a reeleição. Reeleição, no Brasil, é para terminar de quebrar o País, não tenho dúvida disso. A meu ver, é admirável, por exemplo, que o povo americano reeleja o seu presidente a cada quatro anos; é admirável que o presidente americano consiga ser reeleito usando, inclusive, o avião do governo para fazer campanha. Há todo um controle da sociedade, há toda uma cultura. Mas, no Brasil, reeleição a cada quatro anos é para terminar de quebrar o País. Portanto, sou contra a reeleição de prefeito, de governador e de presi-

dente da república, porque a máquina pública, no último ano, vai ser uma verdadeira tragédia! A não ser que tivéssemos condições de proibir que se fizesse uma antecipação da receita no último ano de governo. Vejam V. Ex^{as}: todos temos, no primeiro ano que administraramos a prefeitura, o governo, a União, um programa de austeridade, porque sabemos que, no segundo ano, quem vai nos suceder somos nós mesmos, o mesmo acontece no segundo e no terceiro ano. Mas, no último ano, não há quem resista à pressão da campanha. V. Ex^a está levantando um tema que considero importante. Primeiro, não vamos pensar nisso agora; o País tem tantas coisas sérias para resolver. Eu dizia que no meu Estado, a cada século, só 25 catarinenses podem ser governadores. A cada século! Somos quatro milhões e meio. E ainda queremos renovar-lhes o mandato? São tantos catarinenses que podem governar o Estado! Aproveito a oportunidade do seu discurso para deixar claro: o instituto da reeleição, no Brasil, vai acabar de quebrar as finanças públicas. Se pudéssemos ter infelizmente houve essa revisão no sentido de que o mandato fosse de quatro anos - mandato de cinco anos para presidente, governador, prefeito, seria muito bom, desde que sem direito à reeleição. É o tamanho ótimo. Essa posição é a que eu queria deixar aqui colocada. Concordo com V. Ex^a: não é o momento de tratarmos disso. Há a reforma administrativa, a reforma fiscal, a reforma previdenciária, há inúmeras leis que estão no Congresso: da educação, de patentes; precisamos aprimorá-las. Falar, neste momento, em reeleição não é oportuno. Não quero fazer críticas a partido A ou B, porque isso aconteceu em todos os Estados brasileiros. Vejam o que aconteceu em São Paulo, em dois mandatos: São Paulo deve hoje U\$56 bilhões; vejam o que aconteceu em nosso Estado, Senador Casildo Maldaner: há anos, em um ano de eleições, um governador emitiu títulos para ter dois orçamentos em um ano. Dois orçamentos! Nunca tivemos título público em Santa Catarina. Naquele ano foi inaugurado o título público. Até hoje não conseguimos pagar aquela conta. Em um ano de eleições - repeti - ele emitiu, em títulos públicos, mais um orçamento. Em 12 meses, administrou dois orçamentos, e nunca mais se conseguiu pagar essa conta. Por isso, eu gostaria de deixar manifestada claramente a minha posição.

O Sr. Roberto Requião - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Ouço o eminente Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião - Senador Casildo Maldaner, em um País de comunicação monopolizada como o nosso, os grandes grupos de comunicação, que se compõem de empresas jornalísticas, de televisão e rádios, são cadeias nacionais. A reeleição traz benefícios a esses grupos. O fato de a reeleição ter sido levantada no Congresso Nacional e na mídia está fazendo com que as burras das capitais e das cidades de portes médio e grande se abram para a mídia. Leio a Folha de S.Paulo e o Jornal do Brasil e vejo páginas inteiras louvando o Prefeito da Capital do meu Estado - um prefeito razável, não é um mau prefeito -, cantado em prosa e verso pela mídia paga no País inteiro. É a técnica de fazer com que a imagem venha de fora para dentro, impressionando os eleitores de uma cidade que lê jornais de tiragem nacional. Mais do que isso, um exemplo prático: no ano em que me candidatei ao governo do Estado do Paraná, havia dois governadores muito populares do Brasil - Orestes Quércea, em São Paulo, e Álvaro Dias, no Paraná. Por circunstâncias determinadas os dois não se candidataram ao Senado, não participaram do processo eleitoral. Quatro anos depois, foram candidatos - um, à Presidência da República; o outro, ao Governo do Estado. Sem os cofres do Estado, sem a cumplicidade paga da mídia, sem o silêncio dos jornais e televisão na crítica, nenhum dos dois se elegeu. Se tivessem, no entanto, sido candidatos com a "máquina" nas mãos - recursos infundáveis para gastar e o silêncio cúmplice de uma imprensa monopolizada e vinculada aos cofres públicos - , sem sombra de dúvida, teriam sido reeleitos governadores. O espaço crítico eliminou esse processo. Por outro lado, Senador, sou simpático a um mandato de cinco anos para o Presidente da República, inclusive para o atual Presidente. O mandato de quatro anos veio no pacto do parlamentarismo, que não emplacou. E cinco anos é um bom período para o Presidente da República. Discordo do Senador Kleinübing quanto a prefeitos e governadores: Em relação a estes, Senador Kleinübing, o interessante seria proibir a candidatura no período subsequente ao exercício do mandato. Então, eles cumpririam os quatro anos e não se descompatibilizariam no terceiro ano; completariam os seus mandatos. Esse espaço de quatro anos é o suficiente para uma boa administração estadual ou municipal. Esses nove meses, que desaparecem com a descompatibilização, seriam defesos, e não teríamos a possibilidade de candidaturas. E quando alguém se candidatasse ao governo do Estado saberia que teria que terminar

o seu mandato, passar por um jejum do processo eleitoral de quatro anos, para evitar a utilização da mídia, a influência na imprensa e os recursos públicos na campanha, e poderia submeter-se a uma eleição quatro anos depois. Dessa forma, estariam, ao contrário dessa instituição da reeleição, que só interessa mesmo neste momento ao faturamento dos grandes órgãos de comunicação, moralizando o processo eleitoral. Insisto: os cinco anos para o Presidente da República são interessantes, inclusive para o atual. E mais: além dos cinco anos, agrada-me a idéia do mandato vitalício de Senador para o ex-Presidente da República, com direito a voz no Senado, não a voto; direito a voz, a participação e a salário.

O SR. CASILDO MALDANER - Recolho o aparte de V. Ex^a e incluo o aparte do eminente Senador Vilson Kleinübing. Trata-se de opiniões sobre assuntos que estão sendo tratados nesta Casa, sobre temas que dizem respeito ao fato de que o mais importante agora é o que a Nação está esperando, o que a Nação está acompanhando. Como diz o Senador Josaphat Marinho, nenhum de nós, nem o candidato a Presidente da República, nem o candidato a Governador colocou na campanha do ano passado, como tema prioritário a ser tratado no Congresso Nacional ou no governo do Estado ou na Presidência da República esse tema da reeleição. Agora, quando vemos que um dos temas prioritários é tratar da reeleição para 1998, ficamos de certo modo pensativos. Diz também o Senador Pedro Simon que hoje o editorial de **O Globo**, em primeira página, trata da oportunidade da reeleição para 1998. Aí nos questionamos: por que isso? Por que não incluir também os prefeitos? Por que deixá-los de fora? Por que essa dissociação? É isso que não consigo entender direito, que não consigo ruminar a contento. E fico questionando: por que temos que decidir agora para 1998, se os prefeitos que também estão no campo do Executivo não têm o mesmo direito? Ou se incluem todos na mesma vala comum - e nesse caso teríamos que regulamentar isso para que não se usasse a "máquina", não se antecipasse um resultado desde já na cabeça das pessoas; teríamos que preservar o direito das opiniões divergentes - ou não se faz nada a esse respeito. Se a reeleição fosse instituída, teríamos de preservar esses mecanismos, para que a sociedade que não pertencesse ao mesmo grupo de poder pudesse também questionar e apresentar uma proposta alternativa; para que pudesse, democrática e livremente, aquilatar, pensar, decidir sobre o melhor caminho, sem que houvesse pressão, tráficos de influências. Teríamos que

criar isso em conjunto - não só o instituto da reeleição. Este, por si só, nos levaria a bitolar muitos setores da sociedade. Portanto, esse tema teria que ser muito bem discutido. Pelo fato de o debate referir-se somente a 1998, deixando de fora o ano que vem, fico a imaginar que não é oportuno, quando estamos com temas fundamentais para serem discutidos em primeiro plano, temas que são compromissos de campanha do ano passado.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER - Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho - A ponderação de V. Ex^a é tanto mais apropriada, porque não se entenderia essa heterogeneidade de tratamento: o Presidente da República poderia se reeleger, Governadores e Prefeitos não poderiam. O problema da conveniência é um só: ou se admite ou não se admite. Agora, o que não se admite, como V. Ex^a pondera com rigorosa propriedade, é que diante de tantos problemas: uns, sem saúde; outros, sem estrada; outros, sem alimento; a preocupação do político se desvie para cuidar da reeleição, a que ninguém se comprometeu durante a campanha eleitoral.

O SR. CASILDO MALDANER - Recolho o aparte de V. Ex^a. Acredito que estamos expondo, externando o que pensamos, que é um direito de cada um de nós que representamos uma fatia do pensamento brasileiro. E é nossa função e obrigação não cruzarmos os braços e trazermos aqui o que tratamos no dia-a-dia.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para finalizar, gostaria de fazer mais um registro, embora breve, do encontro partidário que realizamos ontem, oportunidade em que passamos todo o dia debatendo, e, apesar de ser um assunto de caráter mais interno, gostaria de trazê-lo a público.

Sr. Presidente, o nosso Partido, o PMDB, esteve reunido ontem; e confesso que, quando chegou perto do meio-dia, fiquei bastante preocupado quanto ao rumo que aquela reunião poderia ter. Trago isso a público porque representamos um Partido político do qual faço parte - no meu Estado, sou o Presidente do mesmo -, e também faço parte do Diretório Nacional.

Sr. Presidente, há dois meses, a imprensa vinha anunciando as divergências que tínhamos. Houve uma eleição, na qual ficamos divididos, porque havia a dúvida da regularidade ou não de um voto, que decidiria a composição da Presidência, ficando a Executiva composta por 50% dos membros do Di-

retório Nacional; houve a convocação do Diretório para discutir essa questão. Iniciamos a reunião, pela manhã, que durou até à noite. Foi duro, é bem verdade, com divergências, é claro, quando não há os que dominam. Mas, dentro das divergências, na democracia, vamos fazendo com que todos participem, embora com momentos duros e com sacrifícios de diversos companheiros; uns, renunciando à Executiva, para que a outra faceta, os outros 50% participassem, a fim de que pudéssemos eletrizar a composição da Executiva Nacional do PMDB, trazendo as aspirações de todos os segmentos do Partido para dentro da Executiva. Isso foi possível no início da noite de ontem. É claro que com o sacrifício de vários companheiros, como já disse ontem, entre eles o dos Senadores Ronaldo Cunha Lima e Carlos Bezerra, que faziam parte da Executiva, mas que abriram mão; da Deputada Elvira, de Minas Gerais, que também abriu mão da Secretaria-Geral; e de tantos companheiros que também abriram mão, pensando, acima de suas pessoas, num projeto do Partido, do conjunto.

Foi um processo doloroso, mas pensou-se, acima das questões pessoais, no Partido. Diria que alguns, neste País, talvez esperassem, lá no cemitério, a chegada do féretro do PMDB; porém, vão esperar muito tempo, porque estamos na caminhada, no entendimento, procurando atender, acima dos interesses pessoais, o Partido, e, com isso, ir ao encontro do País.

Precisamos nos reciclar, é bem verdade. Todos os Partidos têm seus problemas. Quem é que não os tem? Qual é a família que não tem problemas? Todas as famílias os têm; as cooperativas, as sociedades, as suas diretorias, as associações, enfim, todos têm. Somos uma associação, somos uma parte da Nação. Por isso, a palavra "partido" significa dividir em partes. Representamos uma facção, um setor. Temos os nossos problemas? Temos. E precisamos discutir, nos reciclar, nos entender, partilhar, ver.

Foi difícil ontem? Foi. Mas com a participação de vários Líderes, pessoas importantes do Senado, da Câmara, lideranças outras, governadores, ministros nossos que estão participando, dando um pouco de si para prevalecer o entendimento do Partido, estamos prontos para caminhar, beneficiando o Partido e, acima disso, a Nação.

Era o registro que queria fazer, Sr. Presidente e nobres Srs e Sras. Senadores.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres pelo prazo de vinte minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM). Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, a contragosto venho tratar do tema reeleição. A contragosto porque preferiria que este tema não fosse trazido a debate. Mas como Senador e, sobretudo, como membro do PSDB, do Partido do Governo, vejo com muita preocupação uma proposta de reeleição suscitada, embora indiretamente, pelo Governo Federal.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso está cometendo um erro que pode ser-lhe fatal. Tenho muito receio de que a deflagração deste processo seja também o início de um processo agônico do Governo, do ponto de vista ético.

Sou contrário à reeleição quanto ao mérito e quanto à oportunidade. Quanto ao mérito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, admito que, em tese, a reeleição pode ser boa. Nos Estados Unidos é boa. Mas nem tudo que é bom para os Estados Unidos é necessariamente bom para o Brasil, ao contrário do entendimento de um antigo Ministro das Relações Exteriores deste País. Os Estados Unidos têm instituições sólidas - são 200 anos de constituição - e, ao lado dessas instituições sólidas, uma sociedade amadurecida. Nos Estados Unidos se um Presidente ou um Governador usar a máquina para infringir a lei, terá contra ele organizações não-governamentais muito vigilantes; eles têm uma imprensa que não se curva ao poder. Eles têm casas legislativas, freqüentemente, com maioria da oposição. Não é o caso do Brasil, principalmente nos planos estadual e municipal, porque, como bem disse o Senador Josphat Marinho, por uma questão de coerência, será inevitável que a reeleição do Presidente da República seja estendida a governadores e prefeitos. Não há como evitar isto. E o que acontecerá com os Estados, nobre Senador Vilson Kleinübing? Eles vão "quebrar", nobre Senador. A realidade dos pequenos Estados, os Estados mais pobres, onde a imprensa não é livre? A mídia, em alguns, está toda nas mãos dos governadores; jornais, rádios e televisões não lhes fazem absolutamente oposição. Empresários sequer ousam dar ajuda financeira a oposicionistas, porque serão esmagados pelo Governo. Acovar-

dam-se e negam ajuda financeira, mesmo legal. O uso da máquina é escandaloso.

O Estado do Amazonas tem uma população, no interior, miserabilizada com o declínio e o ocaso do extrativismo vegetal. A população interiorana está reduzida à condição de pária, absolutamente dependente dos prefeitos, em busca de empregos ou de ajuda dos mesmos. O clientelismo grassa desbragadamente.

O que acontecerá se os governadores e prefeitos puderem ser reeleitos? O ex-Governador de São Paulo blasonou que quebrou o Estado mas fez o seu sucessor; o que ele não faria para se reelegir? Imaginem os governadores dos grotões da República! E mais: vejo o risco de ressuscitarmos oligarquias, como na Velha República.

Observem que inevitavelmente, como salientou o Senador Casildo Maldaner no discurso de ontem, se for permitida a reeleição será permitida a sucessão de parentes. Se um governador ou um prefeito pode se reeleger, como se pretenderá que a esposa, os filhos dos governadores sejam inelegíveis? Não o serão. Cairá a inelegibilidade fatalmente. E que quadro teremos em alguns Estados? Oito anos do governador, oito anos da esposa, talvez oito anos de um filho. Serão 24 anos com a mesma família no poder! Não estou fantasiando, este é um dado concreto, real, que pode e vai acontecer em alguns Estados.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Concedo-lhe o aparte, com muito prazer, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho - Imagine V. Ex^a, com o fato que está descrevendo, como prejudicaremos a renovação dos quadros políticos e dirigentes no País! Se já experimentamos o mal-estar decorrente de sucessivas quebras da legalidade, como agora vamos abrir oportunidade não à renovação mas à manutenção ou à formação de novas oligarquias?!

O SR. JEFFERSON PÉRES - V. Ex^a tem toda razão, Senador Josaphat Marinho. Não acredito que alguém seja ingênuo quando vem à tribuna defender a reeleição - mostrando o lado bom, possivelmente bom, da reeleição, teoricamente bom, em tese bom - sem olhar a realidade brasileira.

Além disso, quanto à oportunidade, o Senhor Presidente da República, ao trazer ao debate a reeleição, se expõe, e receio que Sua Excelência vá sofrer processo de desgaste muito grande.

O Senador José Sarney, quando Presidente, sofreu. Não entro em considerações se as acusações que lhe fazem são verdadeiras ou não. S. Ex^a lu-

tou para que seu mandato fosse reduzido para cinco anos e não para quatro anos. Mas desde então, e até hoje, ele ficou estigmatizado pela luta que travou por esses cinco anos. Tudo lhe é atribuído, pelo que ele teria feito, pelo que fez e pelo que não fez. Mas sofreu uma erosão enorme em sua autoridade. É um fato. Não estou criticando o Senador José Sarney. Até hoje S. Ex^a é acusado por isso.

O Governo Fernando Henrique Cardoso será diferente? Se Sua Excelência e os seus ministros se envolverem na luta pela reeleição já, o que acontecerá, Senador Geraldo Melo? O Presidente talvez pessoalmente não, mas o que alguns dos seus Ministros e, vou mais além, alguns dos seus famíulos - porque todos os governantes têm seus famíulos - farão para conquistar votos num Congresso em parte fisiológico. Não há como negar isso, ao lado de Senadores e Deputados da maior seriedade e responsabilidade existe o baixo clero fisiológico, em quantidade expressiva. O que não cobrarão do Governo para dar o seu voto, Senador Casildo Maldaner, em favor da reeleição?

O que não dirão, de verdades algumas, outras não tão verdadeiras, mas aceitas pela opinião pública como tais, contra o Governo?

Creio que o Presidente da República comete um grave erro ao estimular isto. E mais ainda quando Sua Excelência vem a público dizer que o problema é do Congresso Nacional e que dele não participa. Esta não me parece uma postura de estadista. Sua Excelência passa para a opinião pública, embora não seja assim, a idéia de hipocrisia. Está estimulando por trás e em público dizendo que não, quando é evidente que se Sua Excelência dissesse aos Ministros: não, não quero a reeleição, nenhum, evidentemente, isso é o óbvio ululante - nenhum trataria do assunto. O Presidente está, inequivocamente, estimulando a proposta.

Sua excelência vai começar a ter sua autoridade gravemente afetada. Já a deixou afetada por fatos menores. Deixar que nomeiem uma filha para o Palácio não é crime, pode não ser nem eticamente condenável, afinal, a filha é competente e trabalha. Mas se expõe.

Presidente é como a mulher de César: não basta ser, tem que parecer eticamente inatacável. O Presidente já não puniu alguns auxiliares acusados de envolvimento com empresas particulares. O Presidente já foi acusado de ceder ao fisiologismo. Mas, se cedeu, o fez por uma causa maior, as tão necessárias, indispensáveis reformas para o País.

Mas, agora, cederia por uma causa menor, cederia em benefício próprio, para se reeleger. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não pode, não deve se expor a isso. Sou Membro do Partido de Sua Excelência. Penso que seria bom para o País ter um Fernando Henrique Cardoso por mais 4 anos. Até entendo que, no íntimo, o Presidente, por estar adotando medidas impopulares - algumas dessas reformas são impopulares, ferem direitos e interesses de ampla camada da população - tenha o desejo de mais quatro anos para colher os frutos dessas reformas e realizar o Governo com o qual sonha. Acontece que o preço a pagar será muito grande, será o preço da erosão da sua autoridade moral. Isto Sua Excelência não pode fazer.

O Sr. Casildo Maldaner - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Concedo-lhe o aparte, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner - Cumprimento-lhe pela coragem; pela sinceridade com que V. Ex^a, pertencendo ao Partido da República, traz de público, uma espécie de autocritica, no bom sentido. Em tempo hábil, vem V. Ex^a procurar trazer aquilo que pensa, aquilo que vários setores importantes daqui de dentro e da Nação estão à meditar. E V. Ex^a traz isso no sentido de arrumar, no sentido de consertar, no sentido de encaminhar. É por isso que o cumprimento. Quando vários problemas estão aí, em primeira ordem, a serem questionados, é muito melhor orientar para isto, a esforço do Congresso Nacional, do que permitir que alguns setores projetem alguma coisa para 1998. Eu até diria que, ao invés de uma reeleição, ou oito anos de mandato, ou da possibilidade de oito anos de mandato, é muito melhor quatro anos bem vividos, bem feitos, bem realizados, bem administrados, em comunhão com todos; se ao fim de quatro anos deixar saudades, ir para a história do País como quem fez a reforma tributária profunda, como quem fez a reforma administrativa desejada, como quem pensou uma previdência possível por 20; 30, 40 anos, para que a próxima geração possa ter uma segurança de um Presidente, um conjunto de ministros, para um conjunto de pessoas, que implantou no País uma segurança. Não é muito melhor isso do que se ter oito anos, uma possibilidade de uma reeleição, mas que tem que ir levando daqui e de lá, tem que jogar na bolsa de valores, ver a cotação, como faz, tem que pensar como garantir os apoios para 1998; seria muito melhor ficar com quatro anos e ter tudo isso bem corado, firmar bem o País e chegar ao fim dos quatro anos e dizer: mi-

nha gente, para seguir esse projeto fulano de tal ou sicrano é o melhor. Não seria bonito isso? Por isso quero, com muita sinceridade, nesta manhã, cumprimentar-lhe pela espontaneidade e pela coragem com que V. Ex^a vem trazer este tema, no bom sentido, para o Partido e, acima de tudo, para o Governo e para o País.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Isso que V. Ex^a chama de coragem é apenas a posição de quem é um ET em política. Não sei nem como cheguei ao Senado da República. Eu disse, certa vez, na Câmara de Vereadores de Manaus, e repito aqui: eu não cortejo o poder, não cortejo a imprensa, não cortejo nem o povo. Enquanto alguns votam aqui ou criticam o Presidente da República e barganhão favores, eu não peço e nem quero nada do Governo. Na única audiência que tive com o Presidente, para tratar da Zona Franca de Manaus, disse a Sua Excelência: se Vossa Excelência me oferecer todos os cargos federais do Amazonas, dir-lhe-ei que não quero nenhum; preencha-os procurando os melhores, os mais competentes, os mais probos, os mais honestos, pois eu não os quero, eu não participo de loteamento de cargos. Não quero nada do Governo. Desejo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso faça um governo socialdemocrata, como a Nação espera. Se Sua Excelência fizer isso, terá meu apoio sempre, inclusive para votar medidas impopulares. Não quero nada em troca. É por isso que posso fazer este pronunciamento, sendo mal entendido pelo Planalto, colocado na sua lista negra. Que seja! Nada tenho a perder, porque nada quero do Poder.

O Sr. Vilson Kleinübing - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pois não, nobre Senador.

O Sr. Vilson Kleinübing - Senador Jefferson Péres, felizmente, se, por acaso, a emenda chegar aqui numa sexta-feira, não passa, porque somos maioria contra a reeleição. Realmente, não é só um gesto de coragem. Fico ainda mais admirado por ser seu companheiro nesta legislatura ante o pronunciamento que V. Ex^a fez hoje. E o Presidente Fernando Henrique - que acredito tenha sido sincero - colocou, com muita clareza, como deve ser este tratamento: "quem cuida disso é o Congresso Nacional; os meus auxiliares e o Governo estão proibidos de tratar desse assunto". Para ser mais sincero, Sua Excelência precisava ainda mandar uma mensagem, uma emenda constitucional, para que o mandato de Presidente da República fosse de cinco anos, mas não

o seu, o do próximo Presidente. Fazendo isso, colocaria uma pedra sobre esse assunto, que estaria encerrado. Não iríamos correr o risco de ver o País quebrar ainda mais, porque quebrado já está. Um país que vai pagar, no próximo ano, US\$22 bilhões de juros e não fica envergonhado, não fica triste; um país em que os grandes articuladores das finanças públicas nacionais não se encabulam, não ficam tristes, não ficam chateados de sugar do povo brasileiro US\$ 22 bilhões para dar para quem não precisa, pois quem empresta para o Governo não precisa, empresta o excedente que tem; só um louco empresta para o Governo ou alguém que tenha excedente suficiente, enfim, quem não precisa. Então, exatamente esses vão receber no ano que vem US\$22 bilhões, que sugamos de quem está passando fome, de quem está morrendo em hospital, de quem está morrendo em estrada. Um país que tem esses problemas, deve ter um Presidente do nível de Fernando Henrique Cardoso, que diz que o Governo não deve tratar de reeleição. E se Sua Excelência ainda quiser se tornar um estadista - répito -, que mande uma mensagem ao Congresso Nacional dando cinco anos de mandato ao próximo Presidente, o que seria uma pá de cal para encerrar o assunto. Parabéns pela sua postura, nobre Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Obrigado Senador Vilson Kleinübing, recebo com muita satisfação o seu aparte. Costumo dizer que, entre tantos Senadores sérios que tenho encontrado nesta legislatura, V. Ex^a se inclui entre os mais sérios.

V. Ex^a tem toda a razão. O Presidente é, segundo todos os que o conhecem de perto, um estadista. Sua Excelência tem, então, de adotar uma postura de estadista; de forma clara e inequívoca teria de dizer ao País que é contra a sua própria reeleição e que, se o Congresso insistir em votá-la agora, não se candidatará. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem de deixar, de forma incontestavelmente clara para a Nação, que não quer tirar proveito de um casuísmo. Se não fizer isso, Sua Excelência perde. Se a emenda for aprovada, perde também o povo brasileiro, com as seqüelas que virão e sobre as quais V. Ex^a já falou em aparte ao Senador Casildo Maldaner.

Eram estas as considerações que a consciência me impunha fazer e que ficarão registradas nos Anais do Senado, para sanar a minha responsabilidade, humilde que seja, perante a história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Convidado o Senador Jefferson Péres a assumir a Presidência, para que eu possa usar da palavra.

O Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ernandes Amorim, por vinte minutos.

O SR. ERNANDES AMORIM (-RO) Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no dia de ontem pronunciei-me à respeito dos Estados que se dizem falidos; falei também do meu Estado, Rondônia; e, neste momento, gostaria de registrar as mazelas que aconteceram por lá.

No início do atual governo, houve uma composição do Governo Valdir Raupp, que é do PMDB, com o Partido dos Trabalhadores, ocasião em que o PT assumiu 50% dos cargos.

Naquele período - por falta de sorte do próprio PT - havia membros desse Partido participando especialmente da Secretaria de Educação, onde houve o maior índice de corrupção, que levou o Governo do Estado a ser chamado pela revista *Veja* até de "ladrão de galinha". Naquela Secretaria, estava um membro do PT como adjunto do Secretário.

Essa corrupção alastrou-se por várias outras Secretarias - e, na própria Secretaria do Planejamento, havia um membro do PT. Pagamentos espúrios da ordem de R\$35 milhões foram efetuados; dinheiro saído dos cofres públicos para pagar empreiteiras que teriam feito obras há seis ou oito anos, ou seja, em governos anteriores.

O Governador do Estado tomou dinheiro em bancos particulares, realizando a chamada ARO, com juros de 10%, para pagar os tais reajustes de obras já acabadas.

Enquanto a CPI de Obras Inacabadas está preocupada em conseguir verba para o término de

muitas delas que têm utilidade - inclusive no caso de Rondônia, em cujas penitenciárias os presos vivem amontoados -, o Governador de Rondônia dá-se ao luxo de tirar da folha de pagamento dos servidores públicos do Estado, da Saúde, da Educação, da Segurança para pagar reajustes passados de obras já acabadas - não é o caso de obras inacabadas. No entanto, hoje, com o déficit de R\$35 milhões apela para o Governo Federal que acena presentear esse Estado com dinheiro da Caixa Econômica.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há que se ressaltar que o dinheiro da Caixa Econômica é justamente aquele recebido do cidadão, do povo, principalmente dos que devem prestações das casas financiadas pelo Plano de Habitação; é esse dinheiro tirado da mesa dos pobres, dos miseráveis e assalariados que o Governo Fernando Henrique quer emprestar, a juros de 6% ao ano, aos Governadores para saldarem dívidas que ninguém sabe como foram contraídas, a exemplo de Rondônia, que a meu ver, o Estado já saldou.

Sr. Presidente, notícias correm na boca do povo de que o dinheiro que o Sr. Governador tirou dos cofres públicos para pagar os seus funcionários foi repassado às empresas e em troca benesses de até 60% foram recebidas. Isso é uma vergonha.

Será que o Ministro Pedro Malan está investigando o destino desses recursos para os Estados que se dizem falidos? Seria correto pegar esse dinheiro, que poderia ser investido na própria agricultura, para matar a fome do povo, e emprestá-lo aos Estados que não tiveram o cuidado de administrar bem suas finanças? E quem seria o avalista desses Estados que já se encontram falidos? Ao perguntar sobre o avalista ao Presidente da Caixa Econômica, ouvi a resposta de que a área econômica do Governo Federal poderia avalizar esse financiamento.

De onde tiraram esses critérios para fazer com que esse Ministério pudesse avalizar os Estados?

Um pobre comerciante, um pobre empresário, quando vai a um banco pedir empréstimo, em contrapartida lhe é exigido penhora de duas ou três vezes mais para atendê-lo. Veja que o empresário produz, exporta, busca divisas para este País. No entanto, para ele, os bancos se encontram fechados, e para os Estados falidos, que desviam ou aplicaram mal os seus recursos, o Presidente da República abre-lhes as portas. E para o cidadão, para o povo brasileiro, quase todo ele penhorado em bancos, devendo cheque especial, empréstimos?

A maioria dos Municípios, Sr. Presidente, está devendo, está sacrificada quanto a esses Estados.

Por que a política de só atender os vinte e sete Estados ou aqueles falidos? Acredito que, tendo dinheiro nos cofres públicos, na Caixa Econômica Federal, para atender os Estados em dificuldades, evidentemente o Governo deve ter também dinheiro para emprestar aos Municípios devedores ou em dificuldades. Estou fazendo este relato não para impedir que se mande dinheiro ao Estado de Rondônia. Quero, sim, que esse dinheiro vá a Rondônia, e não sejam apenas R\$100 mil, R\$200 mil, R\$1 bilhão, mas muito mais do que isso. Todavia, quando o Presidente da República e o sistema econômico do País enviarem-na ao Estado de Rondônia como a outros Estados, que essa verba seja carimbada para pagar folha de pagamento atrasada, ou para obras ou pagamentos diários, porque o Governo atual do meu Estado não respeita o dinheiro público.

O SR. ROMERO JUCÁ - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ERNANDES AMORIM - Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Nobre Senador Ermândes Amorim, eu apenas gostaria de reforçar, nas colocações de V. Ex^a, a necessidade de o Governo Federal encontrar algum mecanismo no sentido de socorrer também as Prefeituras. Não somos contra o aporte de recursos que se prenuncia para alguns Estados em situação falimentar. Entendemos isso, sabemos da dificuldade de alguns Estados da Federação, mas seria importante frisar que os municípios, principalmente os do interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão em situação extremamente grave, a ponto de muitos Prefeitos fecharem a sede dos municípios, exatamente, por falta de recursos. Isso ocorreu em Roraima, no Município de Bonfim bem como em alguns municípios do Estado do Amazonas e de Minas Gerais. Prenuncia-se um grave problema para os municípios: o pagamento da folha do 13º Salário dos servidores municipais agora em dezembro. Portanto, eu gostaria de fazer coro às colocações de V. Ex^a no sentido de que o Governo Federal, além dessa bôla atirada para a salvação financeira de alguns Estados, crie mecanismos que atendam os municípios necessitados. Efetivamente, a queda da arrecadação municipal, a queda do FPM, foi uma questão grave, ocorrida no segundo semestre, penalizando esses municípios. Parabenizo-o pelo enfoque da matéria.

O SR. ERNANDES AMORIM - Senador Romero Jucá, incorporo as palavras de V. Ex^a ao nosso discurso, e deixo aqui este apelo. O Presidente da República e o Ministro José Serra devem levar em

consideração que, se os Estados forem beneficiados, tais benefícios devem se estender aos municípios. No meu Estado de Rondônia, os municípios, além de não receberem qualquer ajuda do Estado, estão falidos como tantos outros do nosso País.

Aliás, Sr. Presidente, no Estado de Rondônia, o Sr. Governador, um descuidado com a verba pública, pegou R\$19,7 milhões e repassou-os à Prefeitura da Capital para pagamentos de reajuste de obras, construídas há 6 ou 8 anos. É uma imoralidade o que este Governo de Rondônia está fazendo com o dinheiro público; ele faz doações, mas as tira do dinheiro do Estado, dos cofres públicos, dinheiro da folha de pagamento dos funcionários públicos. Em Rondônia, os setores do funcionalismo público, hoje, estão em greve. Repito, é uma imoralidade. Não vou pedir intervenção, como já o fizeram os Senadores do Acre, mas estamos-nos organizando, recolhendo a documentação para a posterior vir a esta tribuna e pedir a possível intervenção no Estado de Rondônia, devido à maneira errônea com que o Governador está administrando os recursos e o destino do nosso Estado.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores. Neste último final de semana, o Estado de Rondônia, teve a honra de receber a visita de sua Excelência o Embaixador Heraldo Muñoz Valenzuela, da República Democrática do Chile, e este Parlamentar em particular, por ter sido distinguido por sua Excelência em uma visita especial ao meu Município - Ariquemes, onde o Senhor Embaixador Heraldo, levou a presença amiga e fraterna do povo chileno, visitando o Frigorífico Rio Jamary, empresa modelo da região norte, no abate e beneficiamento de carne bovina e seus derivados, onde se deteve analisando a excelência das instalações, assim como no aspecto econômico e social do empreendimento, que gera milhares de empregos diretos e indiretos, com reflexos positivos na economia de Rondônia e de toda a Amazônia.

A visita do Eminentíssimo Embaixador Heraldo, se reveste da maior importância para o meu Estado, pois no momento em que toda a sociedade rondoniense, e em particular à classe empresarial, capitaneada pelo dinâmico empresário Engenheiro Miguel de Souza, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, estão dedicando todos os seus esforços para a concretização da tão sonhada saída para o Pacífico.

Sonho acalentado pelo Povo da nossa região por longos anos, e que graças ao espírito de luta na nossa classe empresarial, começa a se materializar,

e tomando o seu rumo verdadeiro, e não temos dúvida, que hoje este é um processo irreversível, pois o interesse e desejo de toda a região Amazônica em estreitar as relações diplomáticas, culturais e comerciais, com os nossos países vizinhos é uma realidade, que a Nação não pode mais ignorar.

As Universidades Chilenas, Peruanas e Bolivianas, recebem um expressivo número de estudantes brasileiros todos os anos, o mesmo ocorrendo com as nossas universidades que abrigam em seus "Campus" carinhosamente os estudantes dos países irmãos; somente este fato, a nosso ver já constitui em motivo suficiente para a construção da rodovia do Pacífico.

É inegável o impacto dessa rodovia para a economia do Centro-Oeste e da Amazônia, pois será o caminho mais curto para colocarmos os nossos produtos no mercado asiático em condições competitivas e com maior agilidade.

Cobro mais uma vez desta Tribuna, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, assuma e cumpra o seu compromisso com a região Amazônica, que as suas promessas de campanha não tenham caído na vaia comum do esquecimento em menos de um ano do seu mandato.

O nosso povo espera e clama por programas específicos para a Amazônia, elaborada com a participação popular, sob a luz da nossa realidade, e não por burocratas que somente conhecem a realidade das Avenidas Vieira Souto e Paulista.

Finalmente, Sr. Presidente, quero agradecer em meu nome pessoal e em nome dos rondonenses, a fidalga visita do Embaixador Heraldo Muñoz Valenzuela, que tão bem representa o altivo povo chileno, que tão carinhosamente nos recebem em seu solo-pátrio, ainda é bem recente e viva em nossas memórias a postura do governo chileno ao receber os nossos exilados políticos, a exemplo do hoje Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro José Serra.

Saudo com muita alegria o Chile de Salvador Allende - o grande Presidente chileno e mártir da democracia, saúdo também o Chile de Eduardo Frei, o Democrata Andino, que tem a missão histórica de consolidar a grande obra de Allende.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pronuncia seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Pre-

sidente, Sras e Srs. Senadores, venho, nesta manhã, trazer mais uma vez, para análise desta Casa, um tema que me parece da maior importância. Estamos vivendo um momento crucial do Plano Real, o que também não é novidade, porque todos os momentos são cruciais.

Eu gostaria de fazer uma reflexão que, creio, ainda não tenha sido feita devidamente. Um dado de análise que, talvez, não tenha sido introduzido, com a devida relevância, nesse processo de discussão, de debate, de crítica, de reflexão, de ponderações analíticas, que têm sido feitas em torno do Plano Real.

Quando foi editada a Medida Provisória da Desindexação, logo após a aprovação da Medida Provisória do Plano Real, que foi transformada em lei, talvez tenha sido eu o primeiro, aqui no Senado, porque foi exatamente no dia da edição - e essa condição de primeiro é apenas cronologicamente, não quanto à importância do meu pronunciamento - mas tive a oportunidade de ser, cronologicamente, talvez, o primeiro Senador a fazer um manifesto favorável à desindexação, dizendo que, pelo que eu estava convencido, a partir de um exame do conjunto de fatores que determinam o Plano Real, que a desindexação era a única forma de assegurar e preservar o valor e o poder aquisitivo dos salários. Essa foi a linha do meu pronunciamento; ou seja, desindexar significa assegurar o poder aquisitivo dos salários. Ou seja, desindexar é a melhor política salarial que um país pode ter.

Evidentemente, naquelas alturas, esse tipo de informação era ousada, era, por certo, visto por alguns até mesmo como uma medida, uma afirmação contraditória, já que no momento em que não há uma política de proteção, de defesa dos salários - que eu, historicamente, sempre defendi - supõe-se que os salários estejam, portanto, desprotegidos e em perda permanente num processo econômico de um País que tem um alto déficit público, de um País que tem graves desequilíbrios de renda como tem o Brasil.

Mas, de qualquer forma, na nossa análise, na comparação que fizemos com as várias experiências vividas nos planos econômicos pelo Brasil, chegamos a esta constatação: de que a desindexação era o único caminho, segundo o qual, se poderia assegurar minimamente o poder aquisitivo dos salários, ou seja, que o impacto dos reajustes setoriais na economia, não repercutiriam de maneira tão grave sobre o poder aquisitivo, caso houvesse desindexação.

Sr. Presidente, eu me criei num País, em que toda vez que se aumentava o preço dos combustíveis quase que automaticamente, no dia seguinte,

por um processo absolutamente dinâmico e inevitável, todos os demais preços da economia também se reajustavam, quase nos mesmos níveis nominais dos reajustes dados aos combustíveis. O que, evidentemente, em termos de conceituação econômica, é um absurdo, é uma aberração; é de um total descabimento, mas que, do ponto de vista de uma certa conceituação popular, se aceitava como algo absolutamente normal, era um padrão de comportamento econômico no Brasil, ou seja, aumentava o preço da gasolina hoje, amanhã, o vendedor de café na esquina aumentava o preço do cafêzinho, na mesma proporção do aumento do preço da gasolina. Isto era uma cultura comportamental na economia brasileira, uma cultura geradora de inflação. E para destruir com esse comportamento cultural negativo, nocivo, era preciso desindexar. Por quê? Porque a desindexação determinaria que os preços públicos tivessem sobre o conjunto da economia o efeito verdadeiro, o efeito real, o efeito essencial e não o efeito nominal, que tanto se registrou ao longo de tantos anos.

Portanto, é isso, Sr. Presidente, que quero registrar. Tivemos, há cerca de um mês e meio, um reajuste no preço dos combustíveis no Brasil. O impacto sobre o conjunto da economia foi de menos de 1%. Esse impacto realmente se verificou. Esse tipo de modificação de custos acabou se expressando no conjunto dos preços e até na alta dos preços, ou seja, na própria inflação. Mas não mais no volume, na proporção descabida que, historicamente, acontecia no Brasil.

Recentemente, há duas semanas, o Governo decidiu reajustar as tarifas do setor elétrico em patamares que chegam a quase 20%. No entanto, o efeito disso sobre o conjunto dos preços, sobre o nível de inflação deste mês que está agora transcorrendo é de menos de 1%, é de zero vírgula poucos por cento. Este é o impacto que se vai dar no conjunto da economia, que se vai dar no primeiro mês de reajuste e que, depois, não terá uma relação seqüencial com os reajustes gradativos que sempre conhecemos no Brasil.

De modo, Sr. Presidente, que quero fazer este registro. Cinco meses depois de ter feito esta afirmação, cinco meses depois de, desta tribuna, ter feito a afirmação de que a desindexação significaria exatamente o que está acontecendo, quero aqui registrar que até agora estou satisfeito e coerentemente atualizado com o que disse cinco meses atrás. E como espero que as coisas continuem assim, continuo acreditando que a desindexação é uma boa medida econômica neste momento para evitar esse impacto

global, seqüencial, automático, cultural de reajustes que sempre vivemos no Brasil.

Faço este pronunciamento apenas para dizer que temos de estar cientes disso. Não há registro na história do mundo, não há registro na história dos povos, não há registro na história do Brasil de que preços tenham sido derrotados por salários. Ou seja, num processo inflacionário, não há registro na história econômica do mundo de que salário consiga superar preço. Sempre os preços correm na frente dos salários em termos de inflação. Logo, quanto menos inflação, menor é a defasagem, menor é a perda dos assalariados, menor é a perda do poder aquisitivo médio da população.

Portanto, combater a inflação é lutar pela manutenção do poder econômico, pela preservação dos salários, pelos interesses dos pequenos, dos mais desprotegidos, daqueles que mais sofrem neste País.

Creio que esta, Sr. Presidente, é uma inversão muito importante no processo comportamental das pessoas que lutam hoje em defesa daqueles que mais precisam no Brasil.

Não desaparecerão as diferenças entre esquerda e direita, Sr. Presidente. Esquerda é uma coisa, direita é outra. Esquerda é esquerda, direita é direita, embora não existam mais as nações que defendiam o socialismo como capitalismo de Estado ou como capitalismo ortodoxo.

Mas creio que lutar pela redução das desigualdades ainda é uma atitude de esquerda. Lutar pela redução das desigualdades sociais é uma atitude básica de esquerda. Logo, a escolha desse caminho, é evidente, tem a ver também com as suas consequências e com os resultados obtidos.

Na medida em que os salários são minimamente preservados, em que o poder aquisitivo é relativamente muito bem preservado do que era no período inflacionário, creio que a verdadeira luta em defesa dos salários é a luta contra a inflação.

Evidentemente, problemas ocorrem, dificuldades existem, mas elas são muito diferentes daquelas que ocorrem ou que existem num processo inflacionário.

Faço este registro, Sr. Presidente, não como um dado triunfal da minha afirmação, não como uma afirmação soberba de quem quer aqui dizer, pretença ou arrogantemente, frases como "Viu como eu estava certo?". Não é nada disto, Sr. Presidente. Este mesmo processo pode dar inteiramente errado. Basta que coisas absurdas venham a ocorrer no plano econômico, como, por exemplo, a necessidade

de emitir moeda para salvar bancos, a necessidade de colocar recursos que estão hoje reservados pelo Banco Central para circular na economia para fundir bancos. Esse tipo de coisa pode gerar desequilíbrios que levem a uma defasagem e, portanto, à derrubada do plano.

Portanto, Sr. Presidente, não quero aqui fazer nenhuma afirmação triunfal, definitiva e prepotente. O que quero dizer é que o processo de luta é diário, é permanente. Mas digo também que estou convencido de que lutar contra a inflação, contra a emissão de moeda que esteja em desacordo com o crescimento da economia significa lutar pelos assalariados, lutar contra o aumento das desigualdades, ou seja, lutar pela redução das desigualdades sociais neste País.

Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Emanoel Amorim, 4º Secretário.

O SR. EDUARDO SUPILY - Sr. Presidente, como Líder do Partido dos Trabalhadores, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Senador Eduardo Suplicy, logo após a leitura do expediente concederei a palavra a V. Ex^a.

Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, delegacias especializadas em crimes raciais e dá outras providências.

- Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviços da União e dá outras providências;

- Projeto de Resolução nº 121, de 1995, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que suspende a execução do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.866, de 9 de março de 1981, bem como do caput do art. 1º e seu § 2º, e do art. 2º, do Decreto nº 85.952, de 29 de abril de 1981.

O Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995, aprovado, vai à Câmara dos Deputados; e o de nº 17, de 1995, rejeitado, vai ao Arquivo.

O Projeto de Resolução nº 121, de 1995, tendo sido aprovado, vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1995 (nº 888/91, na Casa de origem), que dispõe sobre alocação de recursos provenientes de exploração de loteria esportiva federal, sena, loto e dá outras providências.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1993 (nº 3.072/89, na Casa de origem), que proíbe a cobrança de taxas de inscrição de candidatos em concursos públicos e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 1995

Acrescenta parágrafos ao art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º.

"Art. 14.

.....

§ 5º Os servidores públicos militares originários dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima poderão optar pela sua permanência nos quadros da União, assegurada a manutenção de todos os direitos e vantagens a eles atribuídos.

§ 6º Os servidores militares que exercerem a opção de que trata o parágrafo anterior passarão a integrar quadro em extin-

ção, podendo permanecer em exercício na Polícia Militar do respectivo Estado."

Art. 2º A opção de que trata o § 5º do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada por esta Emenda Constitucional, será exercida no prazo de cento e vinte dias contados da sua promulgação, aplicando-se também aos servidores militares inativos, originários dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, que tenham passado para a reserva ou falecido após a criação do respectivo Estado, bem como aos pensionistas cujo instituidor de pensão se origine desses Territórios.

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos princípios que presidiram a criação dos Estados de Rondônia, Amapá e Roraima foi a preservação dos direitos dos servidores que haviam ingressado no serviço dos extintos territórios. Para tal foi facultado aos seus servidores civis exercer a opção pela permanência nos quadros da União ou pela transferência para os novos Estados.

Esse direito, entretanto, não foi expressamente assegurado aos servidores militares dos Territórios, que passaram a constituir a Polícia Militar dos novos Estados, sendo transferidos, compulsoriamente, aos respectivos Quadros de Pessoal.

Assim, os servidores civis dos ex-Territórios tiveram situação definida por normas próprias, ou seja, os que optaram pelo Estado mediante a submissão ao ordenamento estadual e os demais, pelo enquadramento nos Quadros da União, inclusive aplicando-se-lhes o respectivo regime jurídico único, definido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Os servidores militares, no entanto, embora pertencentes originalmente aos quadros da União, tal como os civis, não foram contemplados, recebendo tratamento diferenciado, como se fossem desiguais perante a lei, uma vez que tanto os civis quanto os militares dos ex-territórios Federais mantinham vínculo com o mesmo ente político: a União. Em outras palavras, enquanto os servidores civis gozaram do direito de opção, esse mesmo direito foi negado aos servidores militares.

Impõe-se, então, corrigir esta distorção, que retira direitos dos servidores militares dos ex-Territórios Federais, sem qualquer justificativa. Trata-se, aqui, de providência indispensável para restabelecer, de uma vez por todas, a paz social no seio das

famílias dos numerosos servidores públicos militares dos antigos territórios Federais de Rondônia, de Roraima e do Amapá, até o momento à espera de solução adequada para o justo pleito que manifestam.

Assim, submetemos aos eminentes pares a presente proposta de emenda à Constituição que visa a corrigir esta discriminação odiosa perpetrada contra os polícias militares dos antigos territórios, homens que, muitas vezes com o risco da própria vida, deram uma inestimável colaboração no sentido da integração nacional e da preservação da ordem pública nos rincões mais distantes do território brasileiro.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1995. – Senador **Ernandes Amorim** – Senador **Jefferson Peres** – Senador **Gerson Camata** (Apoiamento) – Senador **Onofre Quinlan** – Senador **Luiz Alberto de Oliveira** – Senador **João Rocha** – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Roberto Freire** – Senador **Jonas Pinheiro** – Senador **Júlio Campos** – Senador **Freitas Neto** – Senador **Lucídio Portella** – Senador **Bernardo Cabral** (Apoiamento) – Senador **Ronaldo Cunha Lima** – Senador **João França** – Senador **Leomar Quintanilha** – Senador **José Bianco** – Senador **Romero Jucá** – Senadora **Júnia Marise** – Senador **Antônio Carlos Valadares** – Senador **Jáder Barbalho** – Senador **José Eduardo Dutra** – Senador **Gilvan Borges** – Senador **Carlos Wilson** – Senador **Carlos Patrocínio** – Senador **Casildo Maldaner** – Senadora **Marluce Pinto** – Senador **Ramez Tebet** – Senador **Osmar Dias**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – A proposta de emenda à Constituição, que acaba de ser lida, está sujeita às disposições específicas, constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Peres.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.446, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 215, inciso II, alínea b, do Regimento Interno, esclarecimentos sobre empresas, prazos, número de pessoas contratadas, aditivos, valores e objetivos, dos contratos de pres-

tação de serviços, assinados pelo Senado Federal, que estejam em vigor na presente data.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1995. – Senador **José Roberto Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – O requerimento lido é deferido pela Presidência.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Peres.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 1995

Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista", e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, alterado pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O exercício da profissão de jornalista requer registro prévio na Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, e ser fará mediante a apresentação de:

I – carteira profissional;
II – diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido, registrado no Ministério da Educação e do Desporto, ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas no art. 6º deste decreto-lei, com exceção da função definida na alínea h;

III – se estrangeiro, prova de permanência definitiva ou autorização legal para trabalho no Brasil e diploma de curso superior de jornalismo, revalidado de acordo com a legislação em vigor.

§ 1º Para o registro profissional da função de ilustrador, prevista na alínea h do art. 6º deste decreto-lei, é necessária a apresentação de:

I – diploma de curso de nível superior ou certificado de conclusão de ensino de segundo grau, fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei;

II – certificado de aprovação em exame de capacitação técnica para o desempenho da função, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ.

§ 2º O registro prévio na Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ será submetido pelo interessado ao órgão regional competente do Ministério do Trabalho, para simples homologação que tornará definitivo o registro, vedada qualquer exigência adicional prevista neste artigo.

§ 3º O pedido de homologação será formalizado no prazo de trinta dias a contar da expedição do registro prévio, que será válido para o exercício profissional de jornalista, até a data da sua transformação em registro definitivo."

Art. 2º O regulamento desta Lei será expedido no prazo máximo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O projeto de lei que ora apresentamos visa adequar a legislação referente ao exercício da profissão de jornalista aos modernos tempos em que vivemos.

O registro profissional deixa de ser emitido pelo Ministério do Trabalho, a exemplo do que acontece com os advogados, arquitetos, médicos, engenheiros, farmacêuticos, enfermeiros e outras profissões, e passa a ser expedido pela Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ que, por delegação legal, terá competência para emitir o registro prévio de jornalista, sujeito apenas à simples homologação do órgão competente do Ministério do Trabalho, que com este ato tornará o registro definitivo.

Além disso, procura-se possibilitar o exercício da profissão de jornalista aos estrangeiros com residência definitiva no País ou autorizados a trabalhar no Brasil, uma vez que atualmente jornalistas de outros países não podem aqui exercer a profissão.

Não se concebe que, no momento em que as fronteiras são alargadas pelo processo de globalização e integração de mercados, se impeçam profissionais de países como o Uruguai, Argentina e Paraguai, de atuarem no Brasil, cobrindo os fatos relativos ao Mercosul.

Não se trata de uma abertura indiscriminada do mercado de mão de obra, mas sim da possibilidade de que aqueles que já residem no País ou são possuidores de autorização para trabalhar no Brasil, possam exercer suas profissões legalmente.

Em face destas considerações, solicitamos apoio para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1995. –
Senador Carlos Bezerra, PMDB/MT.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.612, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1978

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de jornalista.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados o § 2º do art. 3º, o item IV e os §§ 1º e 2º do art. 4º, do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969.

Art. 2º Passa a vigorar com a seguinte redação a alínea a, do § 3º, art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969:

"Art. 4º.....
§ 1º.....
§ 2º
§ 3º

a) colaborador, assim entendido aquele que, mediante remuneração e sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor;"

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 7 de dezembro de 1978. – 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GAISEL, Arnaldo Prieto

DECRETO-LEI Nº 972, DE 17 DE OUTUBRO DE
1969

Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

Art. 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de :

- I – prova de nacionalidade brasileira;
- II – fôlha corrida;
- III – carteira profissional;
- IV – declaração de cumprimento de estágio em empresa jornalística;

V – diploma de curso superior de jornalismo oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição, por está credenciada, para as funções relacionadas de a a g no artigo 6º.

§ 1º O estágio de que trata o item IV será disciplinado em regulamento, devendo compreender período de trabalho não inferior a um ano precedido de registro no mesmo órgão a que se refere este artigo.

§ 2º O aluno do último ano de curso de jornalismo poderá ser contratado como estagiário, na forma do parágrafo anterior em qualquer das funções enumeradas no artigo 6º.

§ 3º O requerimento disporá ainda sobre o registro especial de :

a) colaborador, assim entendido aquele que exerce, habitual e remuneradamente atividade jornalística, sem relação de emprego;

b) funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais concedam com as do artigo 2º;

c) provisionados na forma do artigo 12.

§ 4º O registro de que tratam as alíneas a e b do parágrafo anterior não implica o reconhecimento de quaisquer direitos que decorram da condição de empregado, nem no caso da alínea b, os resultantes do exercício privado e autônomo da profissão.

(À Comissão de Assuntos Sociais – Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, há 300 anos, 9 mil soldados, comandados por Domingos Jorge Velho, arrasaram os quilombos em torno do quilombo de Zumbi dos Palmares e mataram Zumbi e tantos outros que ali estavam. Uma comunidade de 20 mil pessoas, que correspondiam a 15% da população brasileira.

Hoje, no Senado Federal, são lembrados os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, iniciativa da Senadora Benedita da Silva, com o apoio da Bancada do PT. As Senadoras Marina Silva, Emlilia Fernandes, o Deputado José Paim, eu próprio e outros, juntamente com parlamentares de outros países - um Senador do Haiti e um Deputado de Angola - e inúmeros representantes diplomáticos e embaixadores, participamos do evento.

Sr. Presidente, aquela cena ocorrida há 300 anos, infelizmente, não faz muito tempo, ocorreu no próprio Estado de V. Ex^a, com os trágicos eventos de Corumbiara, que V. Ex^a aqui tem relatado.

Mas eis que, no Paraná, no início da noite de anteontem, em Santa Isabel do Ivaí, a 580km de Curitiba, se travou a cena que ora trago ao conhecimento de V. Ex^{as}, estampada na foto de Guto Rocha, em alguns jornais.

Dezenas de soldados perfilados estavam armados de espingardas e de outras armas de fogo, diante de 50 ou 60 famílias que tentaram se proteger com foices, enxadas, machados e até garrafas incendiárias. Foi dada uma ordem pelo Secretário de Segurança, e por determinação do Governador Jaime Lerner, no sentido de que, para evitar mortes, os soldados atirassem apenas nas pernas dos invasores de terra.

Hoje, a imprensa noticia esse fato, através do jornal Diário do Noroeste; através da primeira página do Jornal do Brasil de hoje e, também, à página 14 do jornal O Estado de S. Paulo.

Essa foto, Sr. Presidente, estampa o que foi a ação do poder. No caso do poder estadual, não foi à toa que o próprio Presidente do INCRA, Francisco Graziano, considerou estranha a ação policial. Já que não se tratava de ocupação de propriedade particular, estavam os sem-terra, primeiro, em área do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER. Quando se solicitou que saíssem, foram para uma outra área.

Segundo informa o Secretário-Geral do PT do Paraná, Adriano Bardou Martins, na noite 08 de novembro, por volta das 19h, a Polícia Militar do Paraná, utilizando a força, realizou o despejo de aproximadamente 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, em Santa Isabel do Ivaí, no norte do Estado. O despejo ocorreu por liminar judicial impetrada pelo DER, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes. A liminar solicitava a reintegração de posse da área na beira da estrada, onde estavam acampadas as famílias.

Há, hoje, segundo o Jornal do Brasil, 23 feridos, entre os quais 6 soldados. Destes, o mais gravemente ferido é Olívio Dias de Almeida, com um tiro no abdômen, que ontem permanecia na UTI da Santa Casa de Paranaguá; e Paulo Pedro da Silva, com um tiro nas costas, que atingiu um dos pulmões. Entre os policiais, o caso mais grave foi o do soldado João Alves da Silva Neto, que teve um corte no braço direito, o que estampa a natureza do conflito já registrada com clareza nesta foto. Soldados ar-

mados com armas de fogo, diante dos trabalhadores sem-terra, com seus instrumentos de trabalho procurando se defender.

Assim, Sr. Presidente, queremos alertar para a gravidade desse fato.

Não é possível que a situação social no campo se resolva dessa forma, Sr. Presidente. Não é possível mais repetir, trezentos anos depois da tragédia de Quilombo dos Palmares, episódio como o de Corumbiara e Santa Isabel do Ivaí. Corumbiara deveria ter sido o último episódio. Agora temos Santa Isabel do Ivaí. Até quando, Sr. Presidente?

É preciso que o Poder Executivo, os Prefeitos das Cidades de Corumbiara e Santa Isabel do Ivaí, os Governadores dos Estados do Paraná e de cada Estado onde ocorrerem fatos como esse, bem como o Presidente da República mudem de atitude. Se foi possível em outros conflitos, inclusive no Paraná, resolver-se esse problema, como aconteceu em Paraná há pouco tempo, na fazenda Vale do Cantu, em Laranjal, por que não foi possível o diálogo e entendimento em Santa Isabel do Ivaí?

Sr. Presidente, gostaríamos de registrar o nosso apelo às autoridades deste País para modificar esse tipo de atitude.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, A Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h55min)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EPITÁCIO CAFETEIRA NA SESSÃO DE 09/11/95 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPB-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vou tratar hoje, por isso estou usando a tribuna e não a bancada, de assunto que considero da maior importância: a Constituição, suas reformas, inclusive a que permite a reeleição. Sei que esse assunto não é do agrado de muita gente.

As reformas, de certa forma, são conduzidas no Congresso pelos Ministros responsáveis pelas suas respectivas Pastas. A reforma administrativa com a presença do Ministro Bresser Pereira; a reforma tributária com a presença do Ministro Pedro Malan; a reforma da saúde, que foi aprovada ontem nesta Casa, pelo prestígio do Ministro Adib Jatene; a reforma das telecomunicações por exposições do

Ministro Sérgio Motta; e a reforma da Previdência, que está criando polêmica porque o Ministro Stephanes não soube dialogar, e até por isso foi afastado das discussões e da condução do assunto.

Mas há uma reforma que muito poderia interessar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: a reforma que permite a reeleição.

E aqui, Sr. Presidente, quero fazer uma comparação entre a situação atual e o homem que põe uma quitanda no interior do Nordeste. O quitandero, quando se instala, não pode dizer que não confia na população. Ele confia. Ele pelo menos diz que confia e para dizer que confia, ele tem que dizer que fia. Então faz uma tabuleta e põe no seu estabelecimento: "Fiado, só amanhã". Ou seja, vai haver fiado, mas não no mesmo dia. No dia seguinte, o cidadão vai à quitanda e encontra novamente a mesma placa: "Fiado, só amanhã". Ou seja, vai haver fiado porque há confiança; mas, só amanhã; hoje, não.

Quando se tratou do problema da reeleição, parece-me que a coisa se repetiu. Há muita gente que diz apoiar a reeleição, mas, fiado, só amanhã. Não agora. E esse amanhã não é amanhã, é só no ano que entra ou daqui a dois anos. De onde podemos chegar à ilação de que esse apoio é o do "fiado, só amanhã".

De certa forma, até em comentários, a coisa tem sido levada para um rumo que não é o verdadeiro. Sou assíduo leitor de vários jornalistas, e um dos que leio habitualmente é o Haroldo Hollanda, que no dia 8 colocou a seguinte frase:

"As reações contra o princípio de reeleição, partidas de alguns dos mais influentes parlamentares, fundamentam-se no receio de que, se desde já for dado a Fernando Henrique Cardoso um mandato de oito anos, ele não vai mais precisar do Congresso para nada".

É como se, permitindo a reeleição, se estivesse dando uma prorrogação de mandato. Não é dar mais 4 anos ao Presidente, ao Governador ou ao Prefeito, é possibilitar que ele dispute uma reeleição.

Isso, quero dizer aos nobres Colegas, acho que é fundamental. Tem Governador que se souber que tem possibilidade de voltar a se candidatar, ele, se não estiver fazendo nada, vai começar a trabalhar, para poder submeter o seu nome em 1998. Muitos estão com os braços cruzados, e a possibilidade de reeleição só vai beneficiar o povo porque todos eles vão ter que trabalhar.

A coluna de hoje do jornalista Haroldo Hollanda volta a falar no assunto e, ouvindo parlamentares,

diz que haveria uma citação sobre o sentimento dos colegas do Senado, consequentemente, desta Casa:

"...em relação à reeleição, se ela for dada a Fernando Henrique Cardoso com sete anos de antecedência. O Presidente da República no Brasil já reúne em torno de sua pessoa uma gama tal de poderes, equivalente à de um imperador".

Então, parece-me que a coisa não está sendo bem colocada. Quando consigo falar com o Presidente, digo a Sua Excelência: - Presidente, não tenho porquê lhe aconselhar. Se eu tivesse mais competência para lhe dar conselhos, com toda certeza eu é que estaria nessa cadeira; você é que estaria aqui pedindo uma audiência.

Mas parto de um princípio: ninguém é tão inteligente que não tenha nada para aprender e ninguém é tão limitado que não tenha nada para ensinar. Então, é possível conversar com uma pessoa inteligente, capaz, porque é possível sempre transmitir-se alguma coisa.

Não tenho dúvidas de que o Presidente já sentiu que existe um grupo de políticos com a tabuleta: "Fiado, só amanhã".

Reeleição agora? Não! Deixem para 97. Mas se em 97 for rejeitada, só poderá ser reapresentada em 98 e o "Fiado, só amanhã" vai permitir que o dono da quitanda continue vendendo e a merecer o crédito da população.

Muita gente que está, hoje, dentro do Governo, ocupando seus espaços, diz tranquilamente ser a favor da reeleição, mas, "fiado, só amanhã", só no ano de 97.

Ora, Sr. Presidente, se eu fosse o Presidente da República, colocaria a emenda para ser votada.

Eu faria como o garimpeiro, que vai garimpar cheio de esperança, mas que precisa colocar na bateia o material bruto e ali procurar, sacudindo-a, o ouro que ficará no seu fundo. Ele precisa, porém, saber se está perdendo tempo garimpando onde não há nada para garimpar.

Se eu fosse Presidente da República, iria sacudir a bateia, para saber se tem realmente apoio daqueles que dizem ser a favor da reeleição, daqueles que juram de pés juntos que querem a reeleição.

Prefiro que haja a reeleição, até para disputar com o titular um cargo de, por exemplo, governador. O que acontece quando não há reeleição? O Governo entra com o dinheiro e o candidato do governador entra com o discurso, dizendo que vai fazer coisas que o titular não fez. E todo mundo fica na esperança de que com esse novo governador seja cumprido

o prometido. Então, soma-se o discurso do candidato que, até certo ponto, passa por cima do titular e o dinheiro que o titular, abrindo o Tesouro, fornece.

Isso não ocorreria se houvesse reeleição, Sr. Presidente. Se o candidato afirmar que vai fazer uma ponte, o povo lhe pergunta por que não o fez. Se disser que vai fazer uma estrada para tal localidade, o povo vai perguntar por que não o fez. É a hora da verdade. Hora em que não se permite mais o engodo.

O que se pode dizer - e a esse ponto eu atento - é que, se o titular não precisar desincompatibilizar, os Ministros também não precisam e os Secretários de Estado também não. Então, todos os Secretários de Estado vão ser deputados. Todos os Ministros de Estado vão ser senadores.

O Sr. Ramez Tebet - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Nobre Senador Ramez Tebet, é uma alegria ouvir o seu aparte.

O Sr. Ramez Tebet - Senador Epitácio Cafeteira, eu quero cumprimentá-lo por estar ferindo o assunto, porque o assunto, realmente, já está palpante, e V. Ex^a começa a abordá-lo sob a sua ótica. Entendo que há um outro assunto a ser tratado. Não podemos discutir isso casuisticamente. Tem que ser discutido dentro de um contexto maior que nós ainda não enfrentamos. Só se discute a reeleição sob o ângulo dos prefeitos, dos governadores e do Presidente da República, mas o texto constitucional não permite, sequer, a candidatura de parentes, até terceiro grau, dos ocupantes de cargo no Executivo. Então, a reeleição, para ser justa e discutida com profundidade, tem que abordar também essa outra questão, porque, veja, a sobrinha ou o sobrinho de um prefeito não pode se candidatar. Como é que nós vamos discutir apenas a eleição da candidatura do prefeito ou do governador do Estado ou do próprio Presidente da República? Então, é hora do Congresso Nacional começar a discutir um contexto total, porque a mim, parece-me, que isso não pode ficar assim, discutido da forma como retrata a imprensa e segundo alguns discursos pronunciados na Câmara dos Deputados - não me refiro ao pronunciamento de V. Ex^a, que começou colocando bem o assunto quando inclui os Ministros de Estado e os Secretários de Estado. Portanto, esse é o enfoque que o Congresso Nacional tem que abordar. Se estamos querendo discutir a reeleição do ocupante do cargo, por que também não discutimos a questão da proibição de parente? De repente, vai-se votar a reeleição de Presidente, de governador e de prefeito e ficará

constando, no texto constitucional - eu tenho até medo disso -, que o parente não pode ser candidato. Positivamente, é um absurdo! O assunto, volto a admitir, deve ser feito dentro de um contexto maior. No mais, cumprimento V. Ex^a.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Nobre Senador Ramez Tebet, a manifestação de V. Ex^a vem em socorro aos meus argumentos, ou seja, não é cedo para tratar do assunto, pelo contrário, teria que ser tratado ontem. Temos que examinar essas questões com antecedência e não deixar para a undécima hora, quando, no meu entendimento, estaremos apenas mostrando a tabuleta: "Fiado só amanhã".

Sou um homem claro. Todos aqui conhecem as minhas posições; quando digo "não" é não, quando digo "sim" é sim. Ontem, fui o único orador a encaminhar o voto contrário à emenda que cria a Contribuição sobre Movimentação Financeira; amanhã, posso até precisar do Ministro Adib Jatene para operar meu coração; mas enquanto eu não precisar ou até quando precisar, antes do meu coração, funciona o meu cérebro, funciona a minha consciência e eu não posso ter duas caras; não posso me apresentar para o povo com duas posições. E, por isso, quando digo que sou a favor de reeleição - mesmo quando está no Governo do Maranhão uma adversária minha - sou para que todos trabalhem pensando em uma possibilidade de se reeleger.

O Sr. Elcio Alvares - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Ouço o aparte do nobre Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares - Senador Epitácio Cafeteira, V. Ex^a tem, não só na tribuna do Senado mas nos palanques que o consagraram no Maranhão, uma facilidade muito grande de comunicação e tem um condão também admirável. Por mais difícil que seja o assunto, V. Ex^a encontra sempre uma maneira muito direta, muito objetiva, uma linguagem clara para dar-lhe a versão do debate. No caso da reeleição, V. Ex^a buscou realmente exemplos muito práticos. Mas eu gostaria de fazer algumas ponderações dentro de um tema em que tenho oportunidade, inegavelmente. Apenas divergiria de V. Ex^a, com muito respeito, com muita vénia, na questão da iniciativa do debate. O Presidente Fernando Henrique tem declarado, adotando um procedimento ético - o que se pode esperar de sua pessoa - que ele não vai tomar a iniciativa, porque entende que a iniciativa de um debate dessa ordem seria, a exemplo do que V. Ex^a está fazendo aqui, do âmbito do Congresso. Em regra geral, Senador Epitá-

cio Cafeteira, temos de considerar alguns aspectos. O Brasil, através das medidas que estão sendo tomadas, é um país que está pretendendo dar um passo em favor da modernidade, em favor da visão de um país mais desenvolvido e, dentro da visão democrática, a reeleição é exatamente um ponto que merece ser examinado, porque existe em nosso País um relativo preconceito de que quem está exercendo a função não pode ser candidato porque vai utilizar a coisa pública em seu prol. Acredito que aí há um ponto de vista preconcebido. Se pegarmos como exemplo Estados Unidos, França e outros países adiantados, vamos notar que lá existe o processo da reeleição. Apenas entendo, Senador Epitácio Cafeteira, apesar de o debate já estar a flor da pele - e V. Ex^a hoje, com brilhantismo, dá repercussão ao tema -, que o momento em que estamos vivendo é o de votação de reformas que são fundamentais ao País. Em solenidade realizada hoje, no Plenário da Câmara dos Deputados, com muita alegria para esta Casa, nós encerramos o Capítulo da Ordem Econômica, votando praticamente a última emenda, que é referente à flexibilização do monopólio do petróleo. Então, é a questão de ajustar-se ao tempo. O debate pode começar agora, como V. Ex^a está fazendo com tanto brilhantismo, mas me parece que seria oportuno, para efeito de ordenarmos, de darmos tranquilidade às reformas, que esse assunto viesse para o Plenário do Senado, para o Plenário da Câmara no ano vindouro, porque aí teríamos uma data propícia sem qualquer embargo. Agora, a questão de prefeito, de governador e de todos os cargos do Executivo, evidentemente, se envolvem no debate, mas, no momento, preciso me situar - e tenho declarado isso publicamente - favorável à reeleição para Presidente da República, por entender que é um avanço no processo democrático brasileiro. Reitero aqui aquilo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso falou com muita ênfase, por uma questão de posicionamento ético, que ele não ingressará dentro do debate, pois entende que a iniciativa é nossa. E, assim sendo, quero dizer-lhe que contribuições como a sua são muito válidas, mesmo porque também o Ministro Sérgio Motta - que é um dos Ministros de maior expressão do Presidente Fernando Henrique Cardoso - já externou o seu ponto de vista favorável à reeleição, e essa matéria me parece, independentemente de tempo, independentemente da tramitação da reforma, uma matéria que ninguém vai poder conter. Faço esse registro, declarando-me favorável à reeleição e cumprimentando V. Ex^a pela maneira objetiva e simpática com que coloca o assunto na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A Mesa interrompe o orador, para prorrogar a Hora do Expediente por mais cinco minutos, a fim de que, dentro do tempo regimental, V.Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a. Antes de conceder o aparte ao nobre Senador Ney Suassuna, gostaria de dizer ao nobre Senador Elcio Alvares, que me honrou com o seu aparte, que, na realidade, entendo a posição ética do Presidente da República de não querer a iniciativa. Mas o que estamos vendo é que há necessidade de que os debates sejam iniciados, há necessidade de se tratar desse assunto, até para aperfeiçoá-lo. É hora de colocar a matéria para andar, dizer quem realmente quer trabalhar dentro de uma ótica administrativa.

Sou contra - e me permito dizer à V. Ex^a - o princípio de reeleição apenas para o Presidente. Se ele atinge o Presidente da República, ele tem que atingir, também, os outros Executivos. Se atinge o Poder maior, tem que atingir também os executivos menores.

Agora, compete a nós tomar a iniciativa da discussão. É a forma de aprimorar, de saber quem é realmente a favor da reeleição ou quem apenas mostra aquela tabuleta: "Fiado só amanhã."

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Epitácio Cafeteira, de acordo com o art. 18, letra "d", do Regimento Interno, peço licença para interromper o discurso de V. Ex^a, a fim de que possamos saudar a presença em plenário do Presidente do Senado da Suíça, que honra a nossa Casa, com sua visita. (Muito bem! Palmas.)

Se V. Ex^a permite, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores faria uma rápida saudação ao Presidente do Senado da Suíça. Em seguida V. Ex^a poderá concluir o seu discurso.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra o nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, há coisas que acontecem de forma inusitada. Jamais tinha visto um discurso em duas partes, V. Ex^a cumpriu o Regimento diante de uma necessidade que se apresentou. E, de repente, eu sinto o meu discurso como se fosse uma novela em capítulos, exatamente na hora em que estava tratando de mostrar quem seria a próxima vítima (risos), que é aquele que vem sendo enrolado, vem sendo levado na barriga, na base do "fiado só amanhã".

Ouço, com muito prazer, o aparte do Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna - Nobre Senador, em relação à notícia de hoje, de um colunista, sou eu o Senador citado. E, nesta condição, gostaria de dar um esclarecimento. Como sempre, nas colunas, são retiradas pequenas parcelas de uma conversa grande. E a conversa generalizada era a seguinte: o regime presidencialista brasileiro é um regime talvez o mais forte do mundo ocidental, em que o Presidente tem mais poder do que qualquer outro. E isso é extremamente perigoso, no primeiro ano de governo, com todos esses poderes e, ao mesmo tempo, um Congresso fraco - pois há diferença dos Estados Unidos, da França e de outros países onde o Congresso tem instrumentos. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Congresso tem o seu instituto de pesquisas para corroborar ou não as estatísticas fornecidas pelo Governo. Esta é a minha preocupação: com um Congresso fraco e com a legislação atual, oito anos é muito. Sou a favor da tese de recondução, mas com a desincompatibilização por seis meses. Era essa a minha colocação.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Nobre Senador Ney Suassuna, concordo com V. Ex^a, este é o regime de presidencialismo mais forte, porque o Presidente pode também legislar, através de medida provisória. Portanto, ele executa e ele legisla. Não tenho dúvidas a esse respeito, porque a Constituição é híbrida: foi elaborada para o parlamentarismo e, depois, resolveram que iríamos ter um presidencialismo.

Assumo aqui um compromisso: farei um projeto de emenda à Constituição que trate do assunto, e, na ocasião, solicitarei ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, que coloque o assunto em discussão. A discussão tem que ser iniciada. Se vamos aprovar ou não, isso não tem tanta importância; o importante é que possamos discutir.

No meu entendimento, o Executivo teria o direito de uma segunda participação na eleição, mas se desincompatibilizaria como se desincompatibilizariam, também, os Ministros e Secretários de Estado e ficaria entendido que, se fosse reeleito, reassumiria o mandato imediatamente; se fosse derrotado pelo povo, não teria o direito a reassumir nem por um ou dois meses, que faltasse, para concluir o mandato. Tem que ser alguma coisa clara, onde se entrega ao povo o direito de escolher.

O Sr. Roberto Freire - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Nobre Senador Roberto Freire, só um minuto a V. Ex^a, porque meu tempo está praticamente esgotado. Estamos falando por deferência da Mesa.

O Sr. Roberto Freire - Senador Epitácio Cafeteira, apenas para dizer que se nós e o próprio Presidente da República e o Governo tivéssemos preocupação efetiva com a ética, essa discussão não teria esse caráter emocional e oportunista. Uma oportunidade de se discutir não a reeleição do Presidente da República, como infelizmente foi aqui colocado pelo Líder do Governo, mas se discutir a reeleição como um instituto constitucional para todos os cargos executivos, a possibilidade de que a cidadania possa dar continuidade a uma obra administrativa, a um determinado governo, por mais um mandato. Não se trata de prorrogação, nem que se vá reeleger fulano ou beltrano. Se está oferecendo oportunidade para que a cidadania defina se quer dar um outro mandato. Se discutissemos o assunto, do ponto de vista institucional e eticamente, tiraríamos toda essa carga oportunista e emocional, e o Presidente poderia demonstrar o exemplo. O princípio da reeleição tem que estar vinculado ao da eleição. O princípio da reeleição só valeria, portanto, para aqueles que fossem eleitos na plena vigência do instituto da reeleição, e não para tentarem, afim, o oportunismo, o casuismo e o aético, que é estarem pensando em reeleição de Presidente da República, como se isso fosse uma benesse para o Sr. Fernando Henrique Cardoso e não uma tentativa de se aprimorar o sistema presidencialista, com quatro anos de mandato e, em se dando oportunidade à reeleição, pode se dar um tempo maior para determinadas administrações. Acredito que se tivéssemos o pressuposto de que a reeleição é para os futuros mandatários executivos, a partir de 1996, muito provavelmente nós não estaríamos discutindo questões relativas a tempo, oportunidade e muito menos assistindo, infelizmente, a propostas causticas de se imaginar a reeleição apenas para Presidente da República.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Nobre Senador Roberto Freire, o seu aparte enriquece o meu pronunciamento. Faço essa colocação, exatamente quando tenho no Governo do Estado uma pessoa que não é do meu Partido. Mas sou pela reeleição dos governadores e do Presidente da República. O princípio da reeleição é benéfico ao povo, porque o governador tem que trabalhar para poder submeter seu nome a um novo mandato. Ele sabe que tem a possibilidade de fazer um grande governo, porque

pode ter mais espaço de tempo. A mesma coisa acontece com o Presidente da República.

Desejo congratular-me com V. Ex^a, Senador Roberto Freire, pela maneira como coloca seu raciocínio, de maneira clara, mas desse jeito eu não voto. Não pode continuar a existir o que me referi no início do meu pronunciamento - V. Ex^a não estava presente - a placa do "fiado só amanhã"; reeleição só discutiremos depois. Não! Temos que discutir agora. Precisamos saber quem é a favor do princípio institucional e quem é contra. Quem quer colocar regras numa segunda eleição, e quem não quer coisa alguma.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Se o Presidente concordar, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho - Será rápido como são sempre os meus apartes. Nobre Senador, tenho estado confuso ao ver a discussão em torno desse assunto. Logo após a eleição, vi e ouvi na televisão, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que pelo que observou no País de problemas e dificuldades, não lhe falassem em reeleição. E, ainda, agora, quando um dos Ministros, segundo a imprensa anunciou, que ia coordenar o processo de reeleição, o Presidente o desautorizou. E essa declaração foi repetida pelo porta-voz do Palácio presidencial. Era esta a observação que não queria deixar de registrar.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - V. Ex^a falou sobre o Presidente. Estou falando sobre o instituto da reeleição. Acredito até que é ético o Presidente não se intrometer. Mas os seus líderados, aqui, aqueles que querem a reeleição do Presidente, ou até os que não querem, não podem furtar do Plenário o direito de discuti-lo, para dizer se o "fiado" é hoje ou será em 1997. Se vamos discutir, se vamos aprimorar a emenda, ou se vamos "empurrar com a barriga", aproveitando o Governo do qual participaremos. É a colocação que faço.

Meus pontos de vista são claros. A minha vida toda tem sido assim, nobre Senador Josaphat Marinho. Numa das questões mais polêmicas no meu Estado, fui contra a vontade de um grande número de pessoas pois para mim era muito importante e acabou sendo consagrador: acabei com um dos balaços de máscaras no Maranhão porque não gosto de mascarados.

Obrigado, Sr. Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 470, DE 1995-SF,

"destinada a Analisar a Programação de rádio e tv, no País".

7ª Reunião Realizada em 26 de Setembro de 1995.

As quatorze horas e quarenta e cinco minutos dos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Hugo Napoleão (Presidente), Pedro Simon (Relator) e Artur da Távola (Vice-Presidente), reúne-se a Comissão Especial "Destinada A Analisar A Programação de rádio e tv, no País". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Hugo Napoleão, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Senador Hugo Napoleão sugere que as reuniões da Comissão sejam realizadas nas quartas-feiras, às 10:00 horas. Logo após, a Presidência convida o Senhor Murilo César Ramos, Professor da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, para sentar-se à mesa. Em seguida, o expositor inicia sua explanação sobre "Rádio e Televisão no Brasil, Democratização e Políticas Públicas". Logo após, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Pedro Simon, para fazer sua indagação. Usa da palavra o Senhor Senador Artur da Távola, que faz uma síntese da exposição. A seguir, o Senhor Senador Hugo Napoleão, após agradecer a presença do Professor Murilo César Ramos, comunica uma próxima reunião no dia 04 de outubro, quarta-feira, às 10:00 horas, com a presença do Senhor Dias Gomes. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, larei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 470, DE 1995-SF, "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS", REALIZADA EM 26/09/95, COM OBJETIVO DE OUVIR O SENHOR MURILO CÉSAR RAMOS, PROFESSOR DA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

**PRESIDENTE: SENADOR Hugo Napoleão
VICE-PRESIDENTE: SENADOR Artur da Távola**

**RELATOR: SENADOR Pedro Simon
INTEGRA DE ACOMPANHAMENTO TAQUIGRÁFICO**

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Declaro aberta a 7ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a analisar a programação de rádio e televisão no País.

Hoje, teremos a oportunidade de ouvir o Professor Murilo César Ramos, da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília - Unb, que falará sobre rádio, televisão, democracia e políticas públicas. Estando S. Sª presente, convido-o a fazer parte da Mesa.

Também estão presentes o Dr. Roberto Muyaert; o Diretor Artístico da **Rede Globo**, Geraldo Casé; o Diretor da **TV Manchete**, Fernando Barbosa-Lima; e o Procurador da República, Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa.

Hoje, vamos ouvir o Professor Murilo César Ramos. No dia 3 de outubro, ouviremos o Sr. Dias Gomes; no dia 17, Walter Avancini; no dia 24, Antônio Ataíde; no dia 21, Nelson Sirotsky; e no dia 28, Denise Frossard. Esses depoimentos estão agendados e aprovados pela Comissão.

Apenas gostaria de acrescentar que conversei com os Senadores Pedro Simon e Artur da Távola a respeito da possibilidade de remanejarmos o horário das nossas reuniões de terças-feiras, às 14h, para as quartas-feiras, às 10h. Se os presentes estiverem de acordo, alteraremos o horário e notificaremos os convidados a respeito da alteração proposta. Pediria até que a Secretaria fizesse as devidas anotações a respeito.

Com muito prazer, vamos ouvir o Professor Murilo César Ramos, da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, a quem concedo a palavra.

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS - Exmº Sr. Senador Hugo Napoleão, Presidente da Comissão Especial destinada a analisar a programação de rádio e televisão; Exmº Sr. Senador Artur da Távola, Vice-Presidente da Comissão; Exmº Sr. Senador Pedro Simon, Relator da Comissão; minhas senhoras, meus senhores, inicio esta minha exposição por uma nota de caráter histórico, inspirada pelo que vou chamar aqui de "poder da fala", inspiração que busco no pensamento liberal francês dos séc. XVII e XVIII, dos enciclopedistas, como Montesquieu, D'Alembert e Targot, cuja fala, perenizada em livros de

opúsculos, foi encontrada entre os pertences do Cônego Luiz Vileira da Silva, talvez o mais culto dos inconfidentes brasileiros.

Já Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira, teria traduzido para o português, em seu esforço por incutir aqui os ideais revolucionários burgueses do seu tempo, a fala dos pais fundadores da República dos Estados Unidos da América, incorporada nos artigos originais da Confederação e, depois, na Constituição Federativa, em sua carta de direitos.

O enciclopedismo iluminista foi, na história, um dos grandes momentos de manifestação transformadora da fala, na sua forma escrita, transformações que, séculos antes, por meio da fala predominante oral, tinham sido gestadas e difundidas pelos filósofos da Grécia antiga.

Democracia, política, liberdade e cidadania: estão aí quatro conceitos, sobre cuja importância para a humanidade, pode-se afirmar que existe, hoje, certamente, consenso universal, ainda que, na passagem dos conceitos para a prática, divergências existam, como sempre existiram, cujas soluções, muitas vezes, foram buscadas ao custo de perdas irreparáveis de vidas humanas.

Entre nós, Tiradentes constitui-se num símbolo maior do sacrifício de uma vida pelos ideais democráticos da liberdade. Liberdade que, ao nos assegurar o exercício cotidiano da política, nos asseguraria, em decorrência, o exercício pleno da cidadania.

Refiro-me, porém, a um símbolo esmaecido, porque, de Tiradentes, sequer sabemos quais foram exatamente os contornos de sua feição. Aquela que conhecemos parece ser resultado de uma versão idealizada de seu martírio, que fez do alferes brasileiro uma caricatura patrícia de Jesus Cristo.

Nós, brasileiros, culdamos muito mal de nossa memória. Conhecemos muito pouco a nossa própria fala histórica, mas o que dela a custo conhecemos pouco tem que possa nos deixar minimamente felizes: clientelismo e patronagem; ética de favores; compadrio; a sistemática apropriação privada dos bens públicos coletivos; o patrimonialismo; a república dos coronéis, sustentada em grande parte pelo servilismo dos bacharéis; as oligarquias; o liberalismo burguês, herança maior política do iluminismo da Ilustração.

Apesar dos esforços inconfidentes e de outros heróis largamente anônimos de movimentos como a Conjura Baiana e a Revolução Pernambucana, para ficar com exemplos próximos ao período mais notável da ascensão revolucionária da burguesia no mundo, o liberalismo jamais prosperou em terras

brasileiras. Eram, como diria muitos anos depois o renomado intelectual contemporâneo, idéias fora de lugar.

Se faço essa breve remissão histórica na abertura dessa minha exposição intitulada "Televisão e Rádio no Brasil; Democratização e Políticas Públicas", é porque julgo ser, talvez, o objetivo maior da Comissão Especial do Senado Federal, criada para analisar a programação de rádio e TV, o esforço de por no lugar determinados aspectos do ideário liberal no campo da Comunicação, aproximando o Brasil ao máximo do que já fazem outros países mais desenvolvidos do que nós.

A última edição da revista *Carta Capital*, insuspeito periódico voltado para a elite empresarial e política brasileira, traz em sua capa chamada para uma ampla matéria jornalística intitulada "Os novos donos do poder", "A oligarquia à brasileira" e "A reforma impossível", destacando nessa matéria, como um dos traços determinantes do atual poder oligárquico nacional, a posse de estações de rádio e de televisão, sob o rótulo, muito adequado aliás, de "poder eletrônico".

Assim, debaixo de uma nova e elegante roupa-gem, a revista chama a atenção para aquilo que uma jovem pesquisadora gaúcha há alguns anos qualificou de "coronelismo eletrônico". Ou seja, o compadrio, a patronagem, o clientelismo, o patrimonialismo, em geral associados a uma estrutura social e política arcaica, rural, antimoderna, ganharam no Brasil, no final do século XX, a companhia dos mais sofisticados meios de extensão do poder da fala até então inventados pelo homem: o rádio e a televisão.

Como poucos outros países de seu porte e importância potencial, política, econômica e cultural em todo o mundo, o Brasil desenvolveu um retrógrado sistema de comunicação, com destaque especial para a televisão, por sua inegável centralidade nas sociedades contemporâneas. Sociedades que, na Academia, costumamos chamar de imediáticas, para ilustrar o fato incontestável de que, nelas, a nossa relação com os fatos e os processos do assim chamado mundo real se dá, primordialmente, através dos meios de comunicação: imprensa, rádio e televisão. "A realidade imediaticamente construída", é assim que, abusando um pouco do jargão acadêmico, podemos identificar as sociedades contemporâneas, ou, para empregar uma linguagem mais própria do senso comum, podemos dizer: "Se não deu na televisão, não aconteceu".

Allá, não precisamos ir muito longe para ilustrar melhor o que acabo de dizer. Esta Comissão,

que vem-se reunindo há várias semanas no Senado Federal, é, por hora, uma Comissão mais virtual do que real. Ela não existe para os meios de comunicação, exceto como registro eventual desta ou daquela presença neste Plenário, mas, sem qualquer debate razoável sobre os propósitos e os conteúdos da Comissão.

Está aí talvez a maior tirania que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade: a omisão deliberada de qualquer discussão significativa sobre seus interesses, suas virtudes e, muito menos, sobre suas mazelas. Com exceção de um programa recente, produzido pela TV **Educativa** do Rio de Janeiro, chamado "O Quarto Poder", não se conhece qualquer outra iniciativa de por a comunicação ao alcance do grande público.

No Brasil, desconhecemos o sentido de um conceito bastante popular em cenários liberais mais desenvolvidos: o conceito de **mídia criticism** ou crítica da mídia, dos meios de comunicação.

Exemplifico. Dias atrás, no canal da CNN, **Cable News Network**, disponível para quem tem acesso à televisão por assinatura, num programa chamado **Fire Line**, "Linha de Fogo", o assunto era as repercussões sociais e políticas - naquele momento ainda hipotético, depois confirmada - da compra da **Turner Broadcasting System** pela **Time Warner**, a maior companhia de comunicação dos Estados Unidos. Um dos entrevistados era o representante da Procuradoria de Defesa do Consumidor do Estado de Nova Iorque. Ele e outro entrevistado faziam críticas ao que viam como efeitos negativos da oligopolarização crescente dos meios de comunicação para a democracia e o exercício da cidadania.

O que quero destacar aqui é que a **CNN** pertence a **Turner**, mas nem por isso os produtores do programa deixaram de abrir o debate, permitindo críticas a sua empresa mãe. Entre nós quem consegue imaginar um **Globo Repórter**, na noite de sexta-feira, dedicado ao atual ciclo de associações da própria **Globo** com a **News Corporation**, do megaempresário australiano americano, Rupper Murdoch, para fazer televisão direta por satélite ou da **Globo** para a área de telefonia celular com a maior empresa de telecomunicações no mundo, a **AT&T**, ou ainda a associação do Grupo Abril na área de televisão por assinatura com as empresas americanas **Hoechst**, **Falcon Cable**, **ABC Capital**, esta última hora sendo adquirida pela **Walt Disney Company**?

Os nossos empresários liberais da comunicação são, que me sejam perdoadas aqui as inevitáveis injustiças, além da expressão desaida da sole-

nidade parlamentar, liberais, pero no mucho. Liberais em geral para consumo externo, autoritários, arcaicos em sua relação com o "público interno", ou seja, nós a grande maioria da sociedade brasileira.

Em outras palavras, hoje ainda, tal qual no século XIX, nosso liberalismo estabelece o limite claro para seu avanço democrático, o limite da escravidão. Lá o povo era privado da sua liberdade no sentido mais absoluto; aqui a privação, ainda que relativa, pode ser quase tão cruel, pois o homem privado em informação continua a ser de algum modo escravo, pois escravo é todo aquele que não pode se apresentar diante do outro como verdadeiro cidadão. E cidadania não há sem acesso à informação, inclusive e principalmente informação sobre os interesses e funcionamento dos meios de comunicação, pois eles, constituidores principais da esfera pública contemporânea, têm o dever de estar juntamente com as organizações estatais - e eu friso - entre as mais públicas, as mais transparentes de todas as instituições sociais.

Mas, se esse é o diagnóstico que trago hoje para debate nesta comissão, ele não chega a ser tão original que preceda de uma complementação na forma de um tratamento, de um elenco de medidas que precisem ser, como muitas têm sido até hoje, apenas paliativas.

Estudioso de políticas públicas de comunicação, ou de comunicações, no plural, que é como prefiro definir a minha área de atuação hoje, quero deixar para esta comissão, em meu nome e em nome de nossa equipe de pesquisa da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, um roteiro de medidas que possam, eventualmente, vir a ser mais amplamente debatidas com a sociedade e implementadas pelo parlamento brasileiro.

Em primeiro lugar, precisamos ter a consciência mais plena - e esta é uma questão já levantada em outros depoimentos ouvidos por esta comissão - que vivemos um daqueles momentos singulares, que só vez por outra ocorrem na história dos meios de comunicação. Vivemos o momento da convergência entre os meios de comunicação, informação e entretenimento. As telecomunicações, até então vistas apenas como redes de serviços, telefonia e transmissão de dados, e a informática ainda por muitos vista como uso do computador para armazenamento e processamento de informações, é por conta dessa convergência que passei a usar, talvez sem muita criatividade, mas com bons resultados práticos, o conceito de comunicações, ao invés de somente comunicação social ou de massa.

Em função dessa convergência, então, o que ora vem sendo tratado nesta comissão, enquanto análise de programação de rádio e televisão, está intimamente ligado ao que o Congresso como um todo terá que tratar neste e no próximo semestre legislativo, que é a re-regulamentação das comunicações brasileiras, a partir da flexibilização já aprovada do monopólio da Telebrás para os serviços públicos de telecomunicações.

Temos hoje que reescrever toda a legislação básica de comunicações deste País, adequando-a finalmente ao que chamei aqui de cenário da convergência entre meios de comunicação de massa, telecomunicações e informática.

Particularmente, por lei ordinária, teremos que refazer a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, mais conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações, dentro do qual está toda a regulamentação do rádio e da televisão, dos quais se trata especificamente esta Comissão.

Simultaneamente à revisão de toda a legislação básica de comunicações, conforme previsto na emenda constitucional, será necessária a criação de um novo órgão regulador para as comunicações no Brasil, e este é possivelmente o maior desafio que esta Casa, juntamente com a sociedade brasileira, tem pela frente. Aqui será necessário fugir da armadilha fácil de simplesmente maquiar o atual Ministério das Comunicações, dotando-o de algum apêndice inócuo que servirá tão-somente para legitimar decisões de gabinete em promíscuas relações de interesses estatais e privados como, aliás, tem sido a história daquele Ministério. O órgão regulador que entendo deverá ser colegiado e autônomo, como seus congêneres norte-americano, francês, inglês, português e espanhol só para ficar com estes exemplos, constitui-se na pedra de toque, para uma reforma, como jamais feita, na estrutura executiva e regulatória das comunicações brasileiras.

Mas se estas medidas mais amplas que se misturam inclusive com a questão muito complexa da reforma do sistema Telebrás e de abertura à iniciativa privada, de um elenco significativo de novos serviços de comunicações demandarão um tempo muito mais longo de debate e implementação outras há mais especificamente ligadas aos objetivos desta Comissão que merecem ações de mais curto prazo.

A primeira destas é a instalação imediata do Conselho de Comunicação Social, órgão previsto na Constituição Federal, regulamentado por lei, mas que até hoje não foi instalado pelo Congresso Nacional. Sua instalação depende, hoje, tão-somente da

vontade política desta Casa, pois existem soluções técnico-legislativas para que isto ocorra em prazo muito curto.

Chamo atenção para o fato grave de que, no momento, todo o desenvolvimento do mercado de TV a Cabo no Brasil está na dependência da instalação do Conselho de Comunicação Social, pois a ele cabe apreciar os regulamentos referentes àquele novo serviço de TV, emanados do Ministério das Comunicações. Mais ainda, o Conselho de Comunicação Social, que não se confunde de modo algum com o órgão regulador previsto na emenda da flexibilização do monopólio da Telebrás, pode ser um foro privilegiado por reunir dentro do parlamento uma representação importante da sociedade civil, para debate das mais importantes questões que hoje impedem o desenvolvimento democrático das comunicações em nosso País, contribuindo para a busca de soluções de impasses tão freqüentes.

Dentre estas questões, prosseguindo com o roteiro de medidas que julguei adequado trazer para esta Comissão, está a reforma, que se faz mais do que urgente, da Empresa Brasileira de Comunicação - RADIOPRÁS e da Fundação Roquete Pinto, que coordena nosso fracassado sistema de televisões e rádio educativas.

O Brasil está mais de 30 anos atrasado em relação, por exemplo, aos Estados Unidos quanto à reforma do seu sistema estatal de comunicação. Já é hora de dar um fim à balbúrdia jurídica e mal uso político da Radioprás e das TVs Educativas, agrupando este conjunto de emissoras de rádio e televisão em um sistema descentralizado, desestatizado, porém público de radiodifusão, como, aliás, pede a nossa Constituição em seu art.223.

Outra questão relevante, a ser tratada política e legislativamente, diz respeito à descentralização da produção audiovisual brasileira com estilo nas produções independentes. Aqui mais importante talvez do que nos prendermos, como diz a Constituição, à discussão de percentuais de programação nas redes de televisão convencionais em oposição às emergentes redes de televisão por assinatura, mais importante, acredito, é baseando-nos no que foi discutido, durante a elaboração da lei do serviço de TV a Cabo, estabelecer critérios amplos de acesso a todas as redes de distribuição de programação, tanto de modo público como comercial, com ênfase especial para o mercado emergente de televisão por assinatura, mas sem negligenciar a televisão aberta de massa. Isto tudo, levando-se em conta a possibilidade estratégica de realização de parcerias entre

produtores independentes, operadores de televisão convencional e por assinatura e programadores, visando estabelecimento de mecanismos com a participação e principalmente a mediação estatal para financiamento de produções tanto para os mercados nacional quanto internacional.

Remetendo-nos ainda à Constituição atenção especial deve ser dada à questão da monopolização e oligopolização das comunicações brasileiras. Esta questão que já era premente mas premente torna-se hoje por conta do fenômeno acima observado da convergência.

No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, nossa referência inevitável, tendo em vista a similaridade dos modelos de exploração de emissoras de rádio e televisão, nunca fomos capazes de desenvolver mecanismos eficientes de preservação do interesse público, fomentando emissoras e redes locais e regionais, restringindo a propriedade cruzada dos meios de comunicação e exercendo uma fiscalização eficiente quanto aos conteúdos de programação, valorizando a informação jornalística, os documentários e principalmente a programação infanto-juvenil.

Nos dias de hoje, o que se vê, mesmo nos Estados Unidos, é uma tendência a se levantar muitas das restrições postas em prática, há 60 anos, desde o número de emissoras de rádio e TV que o mesmo grupo empresarial pode ter, passando pelo fim das restrições de propriedade cruzada, bem como o fim de medidas incentivadoras de programação local e regional de interesse público. Essa tendência seria decorrente daquele processo de convergência que estaria eliminando as diferenças entre rádio, jornal e televisão, tomando sem sentido a tentativa de impedir que o mesmo grupo controlasse esses veículos em um mesmo mercado.

Na realidade, o processo de fusões de grandes grupos de comunicações nos Estados Unidos, hoje, é muito mais em função de uma estratégia de globalização, ou seja, de avanço acelerado sobre mercados externos, já em grande parte dominados pelos conteúdos norte-americanos, do que propriamente uma estratégia doméstica de conquista de novos mercados. Isto porque os Estados Unidos construíram uma tal diversidade de conteúdos, ao longo desses 60 anos de regulamentação de rádio e televisão, que não será possível uma homogeneização de sua programação em curto espaço de tempo, e quase certamente aquele país jamais virá a conhecer um sistema de comunicação de massa tão centralizado e verticalizado como o brasileiro, erigido em pouco mais de 20 anos em torno da **Rede Globo de Televisão**.

Assim, é fundamental que esta Casa, respaldada pela sociedade, examine com toda a atenção as propostas de normas que começam a ser difundidas pelo Ministério das Comunicações, com destaque para os pretendidos novos critérios de outorga de serviços comerciais que vieram acompanhados de uma nova política de repartição de freqüências pela qual será possível multiplicar as freqüências ainda hoje disponíveis. Isto para não falar nos inúmeros novos serviços de comunicações que estão surgindo, graças ao desenvolvimento rápido tecnológico, entre os quais se destaca a crescente digitalização dos sinais e sua compressão, o que permitirá, num futuro próximo, inclusive, transformar em multicanais os canais hoje únicos das televisões convencionais. Mencione-se ainda a multiplicação de canais que hoje já ocorre, por conta da compressão digital de sinais nas diferentes modalidades de televisão por assinatura, em especial a televisão direta por satélite.

Quanto ao problema sempre recorrente dos conteúdos das programações de televisão, faço uma ressalva aqui que o rádio, embora veículo importante, tão importante que é de maior penetração na sociedade, não vem sendo tratado especificamente por mim aqui nesta exposição por economia de tempo e porque sua importância econômica e político-cultural não se nivela à da televisão. Então esta questão dos conteúdos é e será sempre um assunto polêmico e delicado por resvalar, mesmo contra a nossa vontade, no problema da censura ou autocensura, levantando o espectro do controle estatal da informação. Mesmo assim não há como fugir da constatação de que a programação de nossa televisão é, salvo exceções, medíocre, devorada pela tirania dos índices de audiência, que sacrificam sempre a qualidade e o bom gosto pelo mínimo denominador comum, em termos do chamado "gosto popular".

Se, como diz a Constituição, as finalidades da televisão e do rádio são informativas, educativas e culturais não é preciso ser radical para perceber que tais finalidades passam longe de nossas programações. Mas se este é um problema que, acredito, não pode ser resolvido por leis ou outra norma qualquer, sua solução passa pelo diálogo intenso entre Congresso, Poder Executivo, empresas de rádio e tv e organizações da sociedade, para definição de padrões de programação que torne a televisão, em primeiro lugar, e o rádio, este menos culpado do que aquela pela prática do mau gosto, instrumentos efectivamente civilizatórios e não estes instrumentos de escassa qualidade e péssimo gosto que, hoje, de

fato são, em que pesse fortes opiniões em contrário, geralmente respaldadas por exemplos que, como diz o senso comum, não passam de exceções a confirmar a regra.

Por último, mas não menos importante, chamo a atenção para a necessidade de transparência no uso das verbas estatais de publicidade, bem como dos espaços ditos gratuitos, postos à disposição dos órgãos governamentais. Está ainda por ser feita uma auditoria rigorosa, sem preconceitos, nos critérios de modos de uso da publicidade governamental, inclusive e principalmente, aquela oriunda das empresas estatais.

Uma revisão desses modos e critérios poderá muito bem resultar em possibilidades reais de fomento a um rádio e televisão públicos, bem como em utilização mais responsável do rádio e da televisão para campanhas cívicas e de esclarecimento público.

Em suma, o que por hora alinhavei é apenas o esboço de uma agenda que, se levada para além dos limites desta Comissão, em debates sucessivos com os mais diversos segmentos da sociedade organizada, ganhará em qualidade e densidade, com toda certeza.

Não tenho e nem poderia ter o dom da onisciência sobre os problemas que afligem as comunicações brasileiras. Sou apenas, enquanto integrante de um grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília, do qual me faço hoje, aqui, seu consentido porta-voz, um cidadão interessado na democratização progressiva dos meios de comunicações por meio de políticas, efetivamente, públicas, porque resultantes de debates freqüentes com a sociedade, dos quais resultem práticas e normas que nos façam orgulhosos da nossa televisão, do nosso rádio, da nossa imprensa e dos futuros meios e serviços de comunicações, que estarão, cada vez mais, à disposição desta e de todas sociedades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Quero salientar que o Professor Murilo César Ramos acaba de fazer uma exposição densa, profunda, absoluta e rigorosamente realista. Quando chama a atenção da questão da estrutura regulatória, da ausência do Conselho de Comunicação Social, ele está, efetivamente, constatando fatos absolutamente verdadeiros.

Em que pesse a minha favorabilidade à flexibilização das telecomunicações, penso que o Estado não pode e nem deve jamais abrir mão do poder regulatório. Ele deve permanecer e jamais ser delegado.

Quero salientar o ponto em que ele afirmou a respeito da omissão dos meios de comunicação so-

bre a discussão dos seus interesses e suas mazelas. Citando aquele programa "O Quarto Poder", da TV Educativa do Rio de Janeiro, que é uma exceção, é uma agulha num palheiro. O fato é que realmente o homem está privado da informação, e um ressalva interessante feita pelo Professor - e que coincide com os conceitos hodiernos - é a de que sem informação não se exerce a cidadania.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Pedro Simon.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) - Felicito o prezado professor.

Quero dizer que S. Exa tem prestado colaboração inestimável à nossa Comissão, em várias reuniões que temos discutido e analisado esse assunto, por sua experiência e competência. S. Exa trabalhou muito na Comissão que estudou a questão das televisões à cabo. Prestou inestimáveis serviços e creio que está fazendo e terá todas as condições de fazer ainda mais do que essa sua importante palestra, auxílio importante ao trabalho desta Comissão.

A primeira questão que V. Exa levanta refere-se ao conselho. Tivemos, na semana passada, um longo debate no plenário do Senado sobre a instalação do conselho. Na oportunidade, o nobre Senador José Fogaça chamava a atenção para o fato de que, na discussão que estávamos travando de ceder ou não concessão ou prorrogação de concessão a serviços de rádio e televisão, não poderíamos nunca ter uma decisão definitiva enquanto o conselho não viesse efetivamente a funcionar.

Resolvemos até, nesta Comissão, acompanhar o Presidente e o Vice-Presidente ao Presidente José Sarney, porque as informações que temos é que existe uma proposta de projeto para equacionar essa questão.

Trata-se de instalar o conselho, que é absolutamente necessário, mas, ao mesmo tempo da sua instalação, conceder-lhe uma certa independência com relação a grupos que lhe dê permissão e que possa ter a atuação a que V. Exa se referiu.

Chama-me a atenção a análise que V. Exa faz com relação a maneira de ser dos meios de comunicação. Não há dúvida nenhuma, não é apenas esta Comissão; se saiu, existiu e, se não saiu, não existiu.

Quando era Deputado Estadual, há muito tempo, lembro-me que o representante do jornal *Correio do Povo*, do *Diário da Notícia*, da *Folha da Tarde*, da *Rádio Farroupilha*, da *Rádio Gaúcha*, faziam a cobertura dos trabalhos parlamentares e, no dia seguinte, era divulgado nos noticiários dos jornais o que tinha acontecido na Assembléia. Inclu-

sive, tivemos, durante muito tempo, aquilo que reputávamos como a melhor cobertura que um órgão parlamentar poderia ter no Brasil: uma página inteira no *Correio do Povo*, em que, sinteticamente, aparecia tudo que os parlamentares haviam debatido na Assembléia. Então, a imprensa divulgava o que acontecia.

Hoje, quando um jornalista, um homem de rádio ou de televisão, procura-nos, já vem com a pauta estabelecida pela direção do jornal. Ele não está aqui no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados para divulgar e publicar o que aconteceu. Não. Ele já sabe o que quer. A pauta é pré-determinada, porque publica-se apenas o que a imprensa entende deva ser publicado.

Nós tivemos, na minha opinião, uma das comissões mais sérias já realizadas no Senado, de autoria do atual Presidente Fernando Henrique Cardoso, para discutir e debater a questão da sonegação fiscal. São quatro volumes publicados; um trabalho da maior importância e do maior significado, pois as conclusões a que chegaram foram inacreditáveis: para cada real arrecadado um é sonegado. Foram divulgados nomes, dados, estatísticas e tudo mais. No entanto, para efeito da opinião pública, essa comissão não existiu. Não saiu uma linha, não saiu absolutamente nada nem sobre o relatório, nem sobre os debates. Houve debates e depoimentos impressionantes pelo conteúdo, pelas acusações as mais graves que já se fez, mas essa comissão não existiu. Porquê? Porque certos interesses estão sendo enfrentados de frente ali. Infelizmente, no nosso País, quem conduz são os acontecimentos que a imprensa não publica.

Tenho cobrado do Presidente da República que se recrie um órgão do Governo anterior, que é a Comissão Especial de Investigações, para que Sua Excelência, pessoalmente, possa proceder à fiscalização do seu Governo, um levantamento do que está acontecendo no seu Governo. O que ocorre hoje é que o Governo toma providências - não estou falando do Governo, é regra universal - daquilo que é divulgado no jornal, dependendo da força com que sai no jornal.

Quando houve a questão do Dallari, se saísse uma vez, duas vezes e não saísse mais, não acontecia mais nada. Mas, como a imprensa insistiu, o negócio foi adiante e ele teve que sair.

É muito difícil, mas é o liberalismo, é a liberdade. Se o jornal é meu, a rádio é minha, a televisão é minha, coloco e faço aquilo que deve ser feito. Mas como é que vamos chegar no entendimento da libe-

dade do dono da rádio, do dono do jornal, do dono da televisão, da liberdade que ele tem de informar? Todo cidadão tem o direito de ser bem informado, as pessoas têm o direito de conhecer os fatos que estão acontecendo, e não vai ser através da Voz do Brasil que irão tomar conhecimento disso.

Como, então, buscar o entendimento dessa fórmula, segundo o que a rádio é minha, o jornal é meu e a televisão é minha e faço o que penso que deva fazer? Até posso fazer isso sem ferir a ética, com seriedade, mas não naquele alcance da verdade em publicar os fatos que estão acontecendo.

Cansamos de ver aqui, no Congresso Nacional, que nem sempre o projeto mais importante, nem sempre o pronunciamento mais importante eram divulgados. Observai isso naquele breve período que passei na Liderança do Governo. Decisões de maior significado do Governo às vezes não saiam no jornal; não existia o fato, ninguém tomava conhecimento. No entanto, acontecimentos os mais insignificantes têm uma reprodução de acordo com a cabeça, com a disposição, com a simpatia ou com a antipatia do cidadão que cuida da pauta do jornal, da rádio e da televisão.

Como podemos sair disso? V. Ex^a salientou muito bem que, nos Estados Unidos, criou-se uma tal heterogeneidade de fontes, uma distribuição de coordenação de rádios, de jornais, de televisões, diluiu-se de tal maneira que lá, de certa forma, ninguém admite ser repetitivo. Esse nem é o caso. Dependendo, parece até que houve um grande entendimento em torno dos fatos. Se não é alguém divergindo, porque é uma acusação de uma rede com relação a outra, ou de simpáticos de uma rede com relação a antípicos da outra, em tese, parece até que se acertam por emulação de pensamento. Isso não acontece - diz bem V. Ex^a - nos Estados Unidos, por exemplo, onde vai-se levar muito tempo para conseguir aquilo que conseguimos em 20 anos. Eles, que começaram muito antes de nós, não terão esse aspecto de massificação de uma fonte de informação, que faz com que, na verdade, o direito de informar esteja muito aquém daquilo que deve ser.

V. Ex^a expôs com brilhantismo. O que V. Ex^a pensa acontecerá e o que é que se pode fazer para pelo menos tentar influir nessa situação tão dramática e tão real que V. Ex^a expôs para nós?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Com a palavra o expositor.

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS - Senador Pedro Simon, se alguma contribuição eu puder dar hoje, seria a contribuição de chamar a atenção para

o momento singular que estamos vivendo, do ponto de vista de política pública e regulatório. A mudança constitucional está ocorrendo nesse período de convergência das mídias em entretenimento, das telecomunicações, da informática.

Tivemos uma oportunidade em 1960/62, na reta final de debate do Código, um documento importante, que segurou a nossa estrutura até hoje, com os percalços que aconteceram por conta do lobby forte daquele momento. Vale ressaltar que aquela foi a única vez, na história da República, que o Congresso derrubou 52 vetos do Presidente da República por conta do lobby da então nascente ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Independentemente disso, o Código é um documento forte, que resiste até hoje. Mas tudo tem que ser revisto.

Não que eu tenha uma fé cega na lei e na regulamentação. Tenho, sim, a disposição firme de cumprir sempre a lei enquanto cidadão; a lei não vai resolver tudo. Vejo duas possibilidade, Senador: uma é prosseguir, estoicamente, como, nesta Comissão aqui, com as dificuldades todas, com o debate, levantando subsídios e encaminhando propostas de normas. Por exemplo, por que não resolver esse problema da TV Educativa, da Fundação Roquete Pinto, da Radiobrás. O caso da Radiobrás é irritante: num Governo ela está na Casa Civil; em outro, está no Ministério da Justiça ou na Secretaria de Comunicação Social. Vende tudo, acaba com ela, o que não dá é ficar esse jogo de interesse que não resolve nada. É um patrimônio público que está sendo depredado, porque ela não renovação, não tem financiamento, não tem fomento; é meio comercial, é meio estatal, é muito esquisito. Esse é um exemplo que pode ser transformado em prática.

No final do Governo Itamar, o Jornalista Rui Lopes, que era Presidente da Radiobrás, tentou uma iniciativa interessante de reestruturação. Penso que não foi coincidência o fato do Dr. Mylaert ter abertos os trabalhos aqui. A TV Cultura está ai com o exemplo de como é possível criar uma alternativa. Ela não vai resolver nossos problemas, mas é um caminho que resolve algo grave que está ai que é falência.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) - Ao Invés de pensar como Rui Lopes por causa daquela proposta que no novo Governo passaram por longe de qualquer convite para ele.

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS - A proposta era séria, era uma proposta de publicizar a Radiobrás.

Outro assunto que deixei por último foi a questão das verbas publicitárias. Aliás o Dr. Mylaert mencionou isto aqui, não estou mais repetindo o que ele disse. Se fizéssemos um remanejamento de verbas publicitária, isso poderia fomentar várias iniciativas no sentido de dotar sociedade com alternativas.

Vejo duas questões fundamentais, para médio e longo prazo, uma - vou insistir - é o Conselho de Comunicação. Ele está aí, tem tudo para ser um fórum privilegiado de debate - já conversamos sobre isso! - vou explicitar um pouco, sem me prolongar muito, a composição do conselho é aberta, está definida em lei, os nomes estão aí, as, pessoas e as entidades indicam e o Congresso é soberano para dizer quem vai compor o conselho ou não. Só que o Congresso vai ter o fórum privilegiado da sociedade, dentro dele, para fazer esse debate e encaminhar soluções. A experiência que vivemos com a lei de TV a cabo não foi valorizada ainda, acredito que não foi valorizada ainda de um debate intenso entre sindicatos, profissionais acadêmicos, entre empresas, associações empresariais que resultou numa lei que é modelo sim; e essa lei, com toda sinceridade, ela passou meio ao largo do Congresso e do Ministério das Comunicações, ela foi feita fora, mas houve sensibilidade aqui no Congresso, mais do que no Executivo - até hoje o Parlamento foi muito mais sensível do que o Executivo - para que tivesse uma lei modelo, que é a lei do serviço e TV a cabo, e que foi resultado de três anos de debates intensos e que gerou uma relação, hoje, entre entidades sindicais, entidades empresariais e universidade como nunca houve no Brasil. Essa experiência não foi bem aproveitada, bem compreendida ainda. Lamento, faço aqui um desabafo público, o Ministério das Comunicações até hoje, a sua burocracia não entendeu, e já estive lá várias vezes, já conversei com secretários, estive com o próprio Ministro no começo da gestão dele, a convite dele para um conversa, e até hoje não foi bem compreendido isto.

Outra questão para começar a mudar isso, mais a médio, longo prazo Senador, é através do órgão regulador que a Constituição está prevendo. Estou com muito medo, já vi um projeto tramitando na Câmara, o que está se fazendo é maquiar o Ministério das Comunicações, é criar um novo Contel - só que o Contel original era soberano, era sozinho, não tinha Ministério - hoje quer se criar um Contel, que na realidade vai legitimar uma estrutura centralizada que não é do Ministério, que além de centralizada ela está sucateada - o Ministério está sucateado também, como todo o aparelho estatal brasileiro. Se

o Congresso - e vai depender do Congresso, porque acho que do Executivo não acredito que venha nada significativo - não produzir, por exemplo, um órgão regulador moderno, inspirado numa FCC americana, na comissão de audiovisual francesa, na comissão inglesa, nas experiências européias, se perderemos essa oportunidade nunca mais teremos outra.

Tivemos a Constituição que foi aquele debate lamentável. O Senador Artur da Távola está aqui, ele mais do que ninguém sofreu o processo de pressão, e foi a subcomissão dele a única que não levou relatório para a sistematização por conta de um jogo inútil, improdutivo de pressões contra pressões que não levou a nada. Acho que esse próximo doze meses são vitais. Por isso que insisto, termino essa minha fala, abri a minha série de sugestões vinculando a esta comissão o processo maior de mudança, que não é a questão da Telebrás, de telefonia não, o que está sendo revisto é todo quadro regulatório e mercado, tudo das comunicações no Brasil. Creio que está se tendo oportunidade única de se fazer ganho qualitativo para desenvolver políticas pública, as mais democráticas e dando uma nova ordem ao quadro das comunicações, rádio, televisão, inclusive, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) - V. Ex^a colocou a questão dos dramas em que vive RÁDIO-BRÁS, TVs Educativa, Fundação Roquete Pinto e salientou, agora no final, uma experiência positiva, que é a TV Cultura de São Paulo.

Pergunto a V. Ex^a e ao nossos querido Arthur da Távola, será que é sonhar, é uma utopia imaginar que essas cadeias de televisão que existem hoje poderiam fazer uma rede Cultura Nacional? - No Rio Grande do Sul temos uma boa televisão, que é a TV Educativa do Rio Grande do Sul; copiamos o modelo de São Paulo, uma Fundação igual a de São Paulo. Tenho conhecimentos de outros Estados que também têm. Seria sonhar alto? Não entregar na mão do Governo, mas uma fundação de direitos públicos, universidade e ter uma opção onde tivéssemos, realmente, uma televisão, com programas como o que na minha opinião hoje um dos melhores, Roda Viva. Não sei se V. Ex^s assistiram, mas o Jô Soares deu um show, escolheram os entrevistados, intelectuais de primeira grandeza, ele e os entrevistadores deram um show. Tivemos oportunidade de ver o Luís Fernando Veríssimo, que é uma pessoa introspectiva.

Existe a de São Paulo, existe a do Rio, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, do Paraná. São muitas. Poderíamos ter uma belíssima cadeia nacional de televisão de programas educativos. Não só educativos, mas de programas gerais, uma televisão que seria uma espécies de opção, que não ia competir com as outras. Será que é um sonho imaginar isso? Será que os problemas interno de nomeação e demissão, principalmente no Rio de Janeiro, será que agora pelo que falou o Mylaert, as relações com Covas não estão, surpreendentemente, não estão tão boas como estavam com os Governadores anteriores, será que essas questões serão maiores do que a possibilidade?

Como é que soaria se eu propusesse ao Presidente marcarmos uma reunião e convidar os Diretores-Presidentes dessas seis estações de televisão para conversarmos juntos aqui e estabelecer a perspectiva de termos uma cadeia reunindo todas outras? Como V. Ex^a veria isto?

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS - Senador, acho a idéia perfeita. Não é sonho - vou usar um conceito que se fala muito nesta Casa, na política - é vontade política. Claro, não vai ser fácil, existem interesses fortes nessas organizações. Mas já se andou o suficiente, acredito. E tem algumas novas surgindo; a de Minas Gerais que está muito bem, parece que Ceará.

O SR RELATOR (Pedro Simon) - Porque ali se podia fazer mais o seguinte, podia se aliar a cadeia nacional com as questões vocais.

Nunca me esqueço, tive uma reunião, era Governador de Estado, junto com o Dr. Ulysses, com o Sr. Roberto Marinho, para tratar de uma série de assuntos de interesses partidário. Ele estava com a programação da Globo, para o ano seguinte, a parte inteira do seu gabinete estava com toda a programação do que seria a programação da Globo para o ano seguinte.

Conversamos, e ele disse: Está tudo resolvido, só falta uma coisa. Maurício Sirotsky - que era o diretor da RBS lá do Rio Grande do Sul, já falecido - que dá o sinal final. Por que o Maurício Sirotsky? Ele respondeu: Porque o que me incomoda é a RBS, que briga para ter programações locais. Eu disse. Acho que a RBS está certa, acho que é bom, e acho também que está certo eu dizer.

Se dependesse de mim teriam várias programações locais. Mas as televisões de outros Estados se acomodaram, enquanto a RBS briga para ter programação local, em outros Estados colocam o canal

e não querem nenhuma programação local, porque não se gasta nada.

Essas questões, numa cadeia como essa, teria enormidade. Por exemplo, em Porto Alegre, entramos numa cadeia nacional. A primeira ciumeira que temos ao entrar numa cadeia nacional - porque fizemos, repetimos o programa, temos o programa do Rio de Janeiro, temos o programa de São Paulo, já repetimos vários programas do Rio e de São Paulo - que não conseguimos. O Roda Viva, se não me engano, acho que continua não passando no Rio de Janeiro. A TVE, do Rio de Janeiro, não admite passar o Roda Viva no Rio de Janeiro. E a recíproca é verdadeira. Há programas bons do Rio de Janeiro, como esse que você fala...

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS - O Quarto Poder.

O SR. PEDRO SIMON -...O Quarto Poder, que não passa na TV de São Paulo. Se isso desse certo, haveria até condições de reservar. Por exemplo, a TV do Rio Grande do Sul tem um espaço "x" para as coisas do Rio Grande do Sul. Quer dizer, podíamos ter três programações: a programação local da cidade, uma programação local que poderia virar nacional, quer dizer, coisas do Rio Grande do Sul que era bom o Brasil conhecer; coisas da Bahia que era bom o Brasil conhecer. E a nacional, que seria coisas do Brasil que seria bom todo o mundo conhecer.

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS -A idéia é muito interessante. Há muito tempo que pensamos nisso, trabalhamos com isso - muito interessante a idéia desta Comissão promover um debate com os executivos da Funtevê, da Radibrás, com as emissoras. Acho que do Executivo não vai partir nunca isso. Acho que pode partir do Executivo a iniciativa de uma transformação das estruturas da Radibrás e da Funtevê. Não creio que seja utopia. É perfeitamente possível, desde que haja disposição política de levar isso adiante. Vai haver custo político, vai haver custo financeiro. Creio que a base de discutir com o setor privado os patrocínios, os apoios, como aconteceu lá em São Paulo. Há bases para isso. Não é uma coisa estatal. Acho que é perfeitamente possível fazer isso sim.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) -Passo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA -Sr. Presidente, esse campo da comunicação no Brasil é onde o filho chora e a mãe não vê. Nada pior do que um filho chorar, quando a mãe não vê. Falta uma mãe. Ele é hoje um dos campos mais pulverizados dentre to-

dos. Isso é o que dificulta uma ação conjunta tão bem colocada aqui pelo expositor e muito bem levantada pelo Senador Pedro Simon que, com a sua intuição, percebeu logo a necessidade de haver algum organismo - que S. Exª sugeriu ser a Comissão - que desencadeie um processo de aglutinação, de debate. Porque sem isso o filho continuará a chorar e a mãe continuará sem vê-lo.

Temos realmente um quadro muito confuso em que a autoridade na matéria se diluiu, por causa disso não se tem iniciativa, não se tem a ponta do novelo.

O Constituinte de 1988 tentou trazer para o Congresso atribuições que eram do Ministério da Comunicação. No fundo, como tudo, aí está uma luta de poder. Temos o Estado, combalido, a lutar pelo seu poder. O Poder Executivo que detinha esse poder, perdeu-o em parte para o Poder Legislativo, mas não perdeu totalmente. O Poder Legislativo tem parte desse poder, porém não se organiza de modo eficaz a ponto de exercer a faixa de poder que lhe cabe. Até porque está interferindo por formas internas de outros poderes lá fora que ajudam a que não se resolva aqui a parte de poder que cabe ao Legislativo.

Há uma parte de poder em mãos do concessionário. O concessionário luta e consegue aumentar a sua faixa de poder, tornando-se incólume a qualquer outra manifestação de poder dos Poderes constituídos. Ele se torna incólume de duas formas: a primeira, ele conta com a desorganização do sistema; e na segunda, ele sabe da dependência que a classe política tem do poder que ele detém. Então, ele utiliza esse poder permanentemente desqualificando a classe política para jingui-la às suas regras. E a classe política numa autodefesa não tem como enfrentar e não tendo como enfrentar, ou se associa de modo dependente e subserviente, ou agride e é destroçada. Então, esse é um quadro de muito difícil solução.

A menos que houvesse realmente - e, a meu ver, isso caberia ao governo, ou aos governos - um estudo e uma vontade de operação sobre essa matéria. Agora, essa vontade só haverá quando o *status quo* não estiver de certa forma agradável, de certa forma positivo para os vários governos.

Nesse sentido, o poder em mãos do concessionário faz com que os governantes sempre se sintam cômodos dentro do sistema, razão pela qual também deixam de se interessar pela questão, até porque mexer na questão pode redundar, inclusive, em perda concreta do poder. A exposição deixou muito claro que isso ocorre.

Temos que resolver previamente algumas dificuldades. A primeira é o conflito de jurisdições que

passa a existir entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, sendo que este não se constituiu para exercer o seu poder. Esse conflito precisa ser, de alguma maneira, resolvido; e ele não está. Hoje, tanto o Ministério das Comunicações como o Poder Legislativo opinam sobre a matéria; opinam até um certo ponto. Não há uma forma de decisão. O poder ficou relativizado.

Sendo esta uma Casa plural, é muito difícil que o poder que ela possui funcione de modo unitário. Até porque, repito, ele está interferido por interessados, diretamente oriundos do outro poder, que é o poder do chamado quarto, que é o primeiro poder, no mundo contemporâneo.

O Senador Pedro Simon busca uma fórmula de sair disso. Entendo que se a achássemos seríamos consagrados. Tentei levar ao Governo alguma consciência desse imbróglio.

Uma vez resolvido esse problema básico, que foi realmente o mérito principal da palestra do Professor Murilo, que é a questão das políticas públicas, haveria, então, três níveis de tratamento para a questão da comunicação no Brasil. O primeiro seria como tratar as emissoras privadas, que código de referências e objetivos poderiam ser colocados com as empresas privadas, sem entrar na sua luta pelo mercado, no seu dinamismo, na sua liberdade? Nada disso. Apenas um código de objetivos. Quer dizer, o setor privado poderia, em perfeita consonância com o Governo, até num pacto comum, amplo, sem nenhuma necessidade de lei, de censura, nada disso, resolver.

Um segundo nível é uma política para as estatais, que foi citada aqui por S. S^a. Nas estatais temos aquelas que são estatais puras, como a Fundação Roquete Pinto, e aquelas que são empresas do Estado. A Fundação Roquete Pinto, ora pertence ao Ministério da Educação, ora pertence à Casa Civil, enfim, é uma repartição pública. E a Radiobrás é uma empresa do Estado. Realmente, a questão jurídica das estatais merece uma reorganização. Até porque o seu potencial não está utilizado nessa mesma forma sinérgica que o Senador Pedro Simon sugeriu aí para as empresas privadas. A Fundação Roquete Pinto possui cinco emissoras de rádio - algumas, de ondas curtas; uma, de ondas médias; e outra, de freqüência modulada. A Radiobrás, por sua vez, possui umas seis ou sete, entre ondas curtas, emissoras AM e emissoras FM.

Esse potencial que o Estado poderia utilizar para uma política previamente organizada, uma política de comunicação cultural, uma política de comu-

nicação informativa e uma política de comunicação educativa, ele se dispersa a despeito dos esforços isolados de quem lá trabalha. Quem lá trabalha faz o melhor que pode e tem feito ao longo do tempo. Inclusive, essas emissoras até se transformaram em emissoras de resistência, de alguma forma. Elas são emissoras de resistência cultural. Elas ainda são templos para a música popular brasileira, para a música erudita. Elas são emissoras de resistência; elas não são, necessariamente, ruins.

O terceiro patamar, eu dizia, é tratar das empresas privadas, das estatais e das novas concessões, para o qual o nosso palestrante chamou atenção.

Nas novas concessões, realmente, há um mundo novo por aí, pela pluralidade da oferta, que vai se diversificar muito, mas pela necessidade que se tem também de cumprir a Constituição. Porque o espectro brasileiro, hoje, tem quase 93% de emissoras privadas, há emissoras estatais e há uma emissora pública, que é a **Tv Cultura de São Paulo**. Por que ela é pública? Ela é pública porque não é estatal; ela é uma Fundação do Estado; ainda nem é uma a idéia da Fundação em estado puro, da Fundação que, de todos os modos, independe do Estado. Mas ela funciona melhor do que as outras, seja porque o Estado de São Paulo tem recursos, seja porque as pessoas que lá estão têm sabido fazer essa televisão.

Finalmente, obtida uma ordem nesse caos, V. Ex^a, com brilhante intuição e com a experiência de um Governador de Estado que sempre soube somar forças, aventou, na passagem, o que é o trabalho de colaboração entre as emissoras. Ninguém imagina a quantidade de dinheiro gasto, de modo inútil, para a ida ao ar de programas que, uma vez no ar, desaparecem, tanto em rádio como em televisão. Não há no Brasil nenhuma política de repetição de programas, quando o País poderia ter perfeitamente uma política de repetição de programas, tendo em vista que nos horários diferentes os públicos são diferentes, que emissoras de alcance diverso poderiam, em uma sistema bem feito, trabalhar material realizado por outra emissora, com uma baixa de custo notável.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) - (Intervenção fora do microfone)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Duas vezes, lógico. Exatamente. O País não tem uma política de repetição razoável que permita uma grande economia de custos na operação dessas emissoras estatais, públicas e até entre as emissoras privadas, embora eu compreenda que, entre as emissoras privadas, a luta pelo mercado impõe uma renovação constante. Mas esse é um problema deles.

Há um quarto ponto, que também V. Ex^a tocou de passagem. Por que não se fazer um pacto com as emissoras privadas para que na doação de algum canal público elas possam realizar uma tarefa comum de material cultural específico para uma programação? Também é possível, se o País ficar maduro. Só que o que sobra da produção desses canais daria para fazer perfeitamente um segundo canal, só o que há na memória das televisões reelaborado, retrabalhado pode trazer à tona novamente muito material para o canal.

Finalmente, algo que inexiste no Brasil nessa matéria, que seria uma política de criação de um acervo cultural importante. Assim como em anos passados uma editora brasileira realizou uma brasiliiana, que durante muito anos foi a base de um pensamento brasileiro, em todos os campos da história, na literatura, a famosa Coleção Brasiliiana, que nas décadas de 30, 40, 50, constituiu a base das bibliotecas sobre o que é fundamental neste País, teríamos que estar organizando também videotecas, radiotecas com possibilidades ilimitadas no sentido de guardar depoimentos, acompanhar vidas, recuperar obras inteiras e que ficariam ali como um patrimônio a serviço da comunicação brasileira.

Mas tudo isso, por enquanto, está no campo no qual o filho chora e a mãe não vê. Pode ser que V. Ex^a, que é um grande pai, substitua e seja o propulsor. Nada mais me resta senão cumprimentar o palestrante.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Pois não, indago se o Professor ainda deseja fazer algum comentário a respeito do que disse o Senador Artur da Távola.

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS - Gostaria de fazer um rápido comentário. A síntese, como sempre, do Senador Artur da Távola é absolutamente brilhante. Notei um tom do Senador um pouco pessimista sobre a grandiosidade das dificuldades que temos pela frente, e que concordo, sobre a questão das políticas públicas.

Gostaria de insistir no ponto de que vamos viver um período regulatório intenso, quer queiramos ou não. Nesse período estará em questão a "reformulação" do Ministério das Comunicações - ele pode virar outra coisa -, porque falta no Brasil um órgão que seja capaz de articular essas políticas; e, hoje, como está convergindo, é um pouco no MEC, um pouco na Cultura e, no fundo, é tudo no Ministério das Comunicações. O Senador Hugo Napoleão foi Ministro e sabe que, no fundo, é o Ministério que detém e centraliza isso e, no entanto, é visto como

um ministério de infra-estrutura, um ministério técnico, coisa que, de fato, ele não é.

Outro dia houve um fórum em São Paulo para discutir desregulamentações e flexibilizações e o principal orador foi Ministro das Comunicações e das Artes na Austrália. Ele veio para falar sobre telefonia celular, telecomunicações etc. Lá na Austrália o Ministério é das telecomunicações e das Artes; pode parecer absurdo, mas não é; há uma visão contemporânea, eu diria. Entendo que, no Brasil, teremos a oportunidade de criar senão o Ministério das Comunicações e das Artes, mas, eventualmente, restaurar no Estado brasileiro a capacidade de fazer articulação dessas políticas. A meu ver, isso está em um horizonte muito curto, muito breve.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Quero esclarecer que V. Ex^a está com toda a razão quando diz que falo com um ar aparentemente pessimista, mas não é por pessimismo não. É porque cheguei de viagem exatamente na hora da reunião; e quando viajamos a alma chega depois e o corpo chega antes; e a minha alma ainda não chegou; e por essa razão saiu esse ar de lamento.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Gostaria de agradecer a presença do Professor Murilo César Ramos e toda a colaboração que tem emprestado a esta Comissão.

A Presidência convoca, para quarta-feira, dia 4 de outubro, às 10h, a 8^a Reunião Ordinária.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h55min.)

8^a Reunião realizada em 3 de outubro de 1995.

As quatorze horas e quarenta e cinco minutos dos três dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Hugo Napoleão (Presidente), Pedro Simon (Relator), Artur da Távola (Vice-Presidente), Emilia Fernandes e, ainda, o Senhor Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão Especial "destinada a analisar a programação de Rádio e TV, no País". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Hugo Napoleão, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência convida o Escritor Alfredo de Freitas Dias Gomes para sentar-se à mesa. O Senhor Senador Hugo Napoleão concede, então, a palavra ao Senhor Relator, Senador Pedro Simon, para dar início ao debate. Usam da palavra os Senhores Senadores Artur da

Távola, Emilia Fernandes e Eduardo Suplicy. A seguir, o Senhor Senador Hugo Napoleão, após agradecer a presença do Senhor Dias Gomes e de todos os presentes, comunica uma próxima reunião no dia 18 de outubro, quarta-feira, às 10:00 horas, com a presença do Senhor Walter Avancini, Diretor-Executivo da TVE. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, larei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 8^a REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 470, DE 1995-SF, "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS", REALIZADA EM 03/10/95, COM OBJETIVO DE OUVIR O ESCRITOR ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Hugo Napoleão

Vice-presidente: Senador Artur Da Távola

Relator: Senador Pedro Simon

Integra de acompanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Havia número legal, está aberta a 8^a reunião ordinária da Comissão Especial criada para analisar a programação de rádio e TV no País.

Hoje temos a honra de estar aqui com o nacional e internacionalmente conhecido Dias Gomes, que vai, naturalmente, trazer a sua visão sobre a atualidade da programação de rádio e de TV no País e o que se poderia projetar para o futuro, tendo em vista o aprimoramento da base humanística da cultura e da educação das novas gerações e o que poderíamos imaginar para o terceiro milênio, que vem aí.

Então, passo, inicialmente, a palavra ao Relator, Senador Pedro Simon, para que S. Ex^a possa ter seus comentários e fazer as suas indagações.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero manifestar, com muito carinho, as minhas boas-vindas ao nosso ilustre representante de hoje. Não nego que, numa reunião que não é como deveria ser, a presença de Dias Gomes representa um símbolo da história deste País, pois além de ser o maior nome, maior intelectual, maior participante da televisão brasileira, ele representou para todos nós, principalmente para nós que fizemos oposição durante muito tempo, o símbolo do homem

que debateu, que escutou, que analisou, que apresentou o debate.

É verdade que muitas de suas peças foram proibidas ou censuradas em parte ou totalmente. Mas, Dias Gomes, indiscutivelmente, está ligado às grandes causas da democracia e às causas sociais de luta neste País.

Por isso lhe digo, do fundo do coração, que tenho uma admiração muito grande pelo senhor. Creio que esta Casa vive um momento muito importante, bem como este novo Brasil, pois V. Ex^a não vem a Brasília nem para defender uma peça que foi censurada nem para prestar esclarecimento; pelo contrário, vem para nos orientar com a sua experiência em termos do que estamos a imaginar em termos de futuro.

Quero, em primeiro lugar, dizer a V. Ex^a, a razão de ser que nos levou a criar esta Comissão. Chegamos à conclusão - os Senadores, praticamente em sua totalidade - que muita gente às vezes pensa que criamos a Comissão para discutir o problema do sexo, o problema da violência na televisão, o problema de monopólio, etc... Essas questões podem existir e pode ser necessário debatê-las, mas não foi a causa que nos levou a tentar fazer esse estudo que pretende ser médio. Não pretendemos terminá-lo neste ano, pretendemos levá-lo ao longo do ano que vem. A nossa tese é em termos de Brasil, em termos da geração do ano 2000.

Tenho dito e repetido, vou dizer mais uma vez, está se tornando até lugar-comum, mas é impressionante a presença da televisão na formação da nossa sociedade. Aquilo que o senhor e eu aprendemos com nossos pais, na escola ou na Igreja, agora se aprende com a televisão. Com os pais aprende-se muito pouco, na escola quase nada, na Igreja menos ainda. A orientação é dada na televisão, quer pelo noticiário, novela, jornal, etc... Então, pensamos: se o Congresso Nacional leva tempo, discute, debate e tem leis e mais leis versando sobre a família, discutindo os problemas da educação, os problemas da fé e da religião, não há lógica que a gente não faça um debate, uma discussão, sobre os meios de comunicação, televisão, telemídia, etc., que terão uma influência muito maior do que tudo isso sobre o conjunto da sociedade no próximo século.

Então, não temos parti pris. Se o senhor nos perguntar o que queremos, responderei que não sei. Nós temos um problema, nós temos a questão, nós temos o fato em si. Se hoje já é assim, por tudo que ouvimos falar, nos próximos séculos, nossos filhos, os meus filhos - o meu tem um ano -, os filhos dos outros que são pessoas bem mais velhas do que eu,

os outros Senadores que tem filhos de 20, 30 anos, vão receber uma influência muito maior desses meios de comunicação. Essa observação eu a fiz em tom de brincadeira, tenho um filho de 25 anos e outro de um ano. Então, quando penso nessa questão, estou pensando mais no filho de 1 ano do que no de 25. O de 25 já foi, o de 1 ano é o que está começando a receber influências externas. Para ele, vai ter muito mais o que V. S^a vai escrever na telenovela, tem muito mais influência do que aquilo que eu posso conversar com ele na minha casa, porque o que o senhor vai fazer é o que ele vai discutir com os colegas dele, é o que vai orientá-lo, o que vai determinar.

Então, a nossa discussão e a sua presença é muito importante. Estamos gravando o depoimento. Houve uma decisão nossa de publicar os depoimentos e espalhá-los pelo Brasil. O de V. S^a, claro, terá um lugar especial. Não vamos esperar dois anos, quando concluiremos, para publicá-los. Vamos publicá-los - não é isso, Presidente -, periodicamente, e V. S^a merecerá um capítulo especial pelo significado que representa para nós. Então, o que queremos? Queremos buscar um debate, que já está começando, mas, na minha opinião, ele deverá de âmbito nacional. As escolas, as universidades, os meios de comunicação, as entidades culturais, as Assembleias Legislativas devem debater isso. Debater o quê? Como vamos conviver no ano 2000, para onde vão os nossos filhos, a sociedade. Se a família vai ter menor participação. A família, hoje, o lar, é um ponto de encontro. Se se é da classe média, da classe pobre ou até da classe rica, quando se sai às 6h da manhã para trabalhar, os filhos estão dormindo, quando se volta às 9h da noite, também estão dormindo. Então, o que temos que fazer? Qual é o debate, qual é a discussão? V. S^a sabe melhor do que eu que legislar é uma coisa complicada. Outro dia, esteve um colega nosso fazendo um depoimento e disse que todas as edições de *O Estado de S. Paulo*, através do... Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Através de bittes, não é, de um computador.

O SR. PEDRO SIMON - Da espessura de um fio de...?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - De uma micra.

O SR. PEDRO SIMON - ...de...? Pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Todas as edições, desde a fundação de *O Estado de S. Paulo*, passam em menos de um segundo.

O SR. PEDRO SIMON - Em menos de um segundo...

Dante disso, o que vamos fazer? Para onde se vai? Então, para abrir apenas o debate, eu perguntaria, desse contexto, o que o senhor nos aconselharia fazer, para onde iríamos caminhar? Com a sua experiência, o que o senhor diria a este Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Com a palavra, então, Alfredo de Freitas Dias Gomes.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Em primeiro lugar, quero agradecer as palavras elogiosas e profundamente imerecidas do Senador Pedro Simon e também o privilégio e a honra que me foram concedidas de estar aqui em tão ilustres companhias. Como já disse, há pouco, ao Senador, sempre que vim a Brasília, foi para discutir com a censura. É ótimo vir a Brasília, não para discutir problemas de censura, mas problemas tão complexos, tão transcendentais. Nem sei se podemos discutir, realmente, como será o futuro dos meios de comunicação.

Sempre fui um homem tão ocupado em fazer televisão, que nunca tive muito tempo para pensar a televisão. Fui para a televisão arrastado por problemas, inclusive de censura, numa época em que quase todas as minhas peças teatrais estavam proibidas, e a televisão me fez um convite - coisa que só acontece no Brasil -, e eu que estava com minha obra quase totalmente proibida no teatro e impedido, por assim dizer, de fazer teatro, fui fazer televisão. Tiraram-me uma platéia de 300 espectadores e me deram uma de 30 milhões. Só no Brasil, que é um país paradoxal, acontece uma coisa dessas, não é? É verdade que o meu trabalho na televisão sempre foi acompanhado muito de perto pelos censores, principalmente os censores militares. Sempre me ocupei tanto com a televisão no fazer, que, o pensar nunca encontrou tempo suficiente. Claro que esses problemas todos passam pela minha preocupação, mas de uma maneira um tanto fugidia. Até porque acho que a televisão, ao contrário do que muita gente pensa, é um meio de expressão efêmero, não tem eternidade, não tem profundidade, não é um meio propício à reflexão, por exemplo, o que faz com que esse perigo que, às vezes, parece de uma influência direta na casa da gente, nas crianças, não seja encarado por mim de uma maneira assim tão drástica.

A televisão é um poderoso meio de denúncia, como nunca se teve outro igual. Pode-se acabar com uma guerra, com denúncias pela televisão, como se acabou com a Guerra do Vietnã. A televisão é uma polêmica, mas não tem profundidade, transmite modismos. Então, também não é esse monstro devorador que parece ser, no meu entender. Não vejo os perigos que muitos vêem nessa

proliferação da televisão, nessa invasão do lar pela televisão. Em decorrência dela, precisamos tomar mais cuidado com a educação dos nossos filhos, explicando-lhes aquilo que vêem na televisão, pois, muitas vezes, não está ao alcance do seu entendimento, para que não haja um entendimento errado. Isso sim, mas, jamais, desligar a televisão.

Também tenho uma filha de 4 anos de idade e, a todo momento, vejo coisas que ela não pode ver, que não tem maturidade ainda para ver, mas não desligo o aparelho, procuro amenizar dando-lhe uma explicação, que acho que é o melhor. Uma outra que tem 7 anos, já pode ouvir explicações. Isso é melhor do que você proibir ou fazer aquilo que muita gente recomenda: tirar a televisão, proibir a criança de ver televisão. Isso não adianta, porque a televisão é o espelho da sociedade, no meu entender.

Não penso que ela faça a cabeça do povo, como muita gente acha, mas sim que o povo faz a cabeça da televisão, pelo menos da televisão comercial, já que é feita para agradar uma grande platéia. Se ela transmite coisas que chocam essa platéia, evidentemente perde audiência e, em consequência, faturamento, que numa televisão comercial é inadmissível. Então, falando basicamente da televisão comercial, não da televisão estatal, dirigida, quem faz a programação da televisão é a cabeça do povo. Por que há tanta violência na televisão? Porque há violência nas ruas, na sociedade. Vivemos uma época de violência realmente. Por que há tanto sexo? Porque houve uma liberação sexual a partir dos anos 60. Hoje se ensina sexo nas escolas, com ou sem televisão. Há comerciais dizendo como é que se deve praticar o ato sexual para ser seguro. As crianças também estão vendo isso. Não vamos atribuir toda culpa à televisão.

Certos excessos cometidos neste ou naquele programa - e admito que haja - são menos nocivos do que uma censura estatal. Contra esta, sou radicalmente contra, porque acho que é muito mais nociva do que uma liberalidade que pode levar a alguns excessos e alguns males, evidentemente. Esta é minha opinião de um modo geral.

Enxergar o que vai ser a televisão no ano 2000, francamente, o meu exercício de futurologia não chega a tanto, porque vivemos uma época em que as coisas mudam tão rapidamente. Por exemplo, o computador que comprei há dois anos, hoje já é uma carroça, já me disseram até para jogá-lo fora porque não vale mais nada. Já estou vendo ser anunciada a televisão de pulso no ano que vem. Há a Internet colocando as pessoas em contato em todo

o mundo, permitindo que se entre até em segredos dos computadores das nações, de Estados. Não sabemos como vai ser isso e como vai funcionar.

É tão difícil propor uma legislação para uma coisa que está em movimento e num momento tão rápido, pois quando qualquer coisa for feita já está superada, como o meu computador. O progresso é tão rápido que quando qualquer medida for posta em prática, depois de estudos evidentemente demorados, como os de medidas legislativas, já estará superada..

Não estou dizendo que não se deve pensar sobre isso, pelo contrário, acho que se deve pensar, acho justa a criação desta comissão, mas não sei no que possa ajudar de uma maneira objetiva, já que penso que não são leis que podem orientar o desenvolvimento da televisão, mas são leis que podem orientar as consequências advindas da televisão, como de direitos autorais, direitos de imagens, etc. E vamos dizer, até uma certa orientação pedagógica também. Se bem que acho que isso deve estar a cargo das emissoras e das pessoas que fazem televisão. Ou seja, devem ser levados a uma conscientização para exercer essa espécie de autocensura. Toda autocensura é castrativa mas, de algum modo, não se pode ficar imune a ela. Eu sou radicalmente contra qualquer censura estatal, não sei se ajudou alguma coisa esta digressão. Vamos ser mais objetivos.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, entendo, até por uma questão epidérmica, que V. Ex^a não deve admitir que se fale em censura, isso é um trauma que V. Ex^a leva e que absolutamente...

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES - Trauma até de infância. Já nasci censurado. Quando nasci meu pai disse: "esse menino não devia ter nascido". Minha mãe me contou. Então já nasci sob censura.

O SR. PEDRO SIMON - Eu talvez tenha me expressado mal, mas eu não falo no que vamos fazer, qual é a legislação, o que nós vamos fazer para prever o que vai acontecer. V. Ex^a tem toda a razão, é completamente imprevisível. O que é dito é um pouco diferente, é o que se pode fazer, em tese, para ver a maneira de orientar ou preparar, ou de nós nos preparamos para o diálogo televisão-mocidade no próximo século, quer dizer, na questão que estou falando é para onde que nós... Vamos ter que esperar, V. Ex^a tem razão.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES - Esse diálogo vai aumentar cada vez mais, porque já está nas escolas, já estão criando um sistema de ensino através da televisão. Então acho muito difícil

deter isso e isso irá às últimas consequências. Daí o que poderemos fazer?

O SR. PEDRO SIMON - Agora quando V. Ex^a diz que a influência e a ação da televisão na sociedade não são tão profundas e que espelham o que há na sociedade, V. Ex^a caracterizou violência, sexo... Concordo com isso, mas eu, com todo respeito, repito que é muito difícil.

Eu tenho contado alguns exemplos, eu venho de uma zona da colonização italiana, zona de gente simples, gente que veio da Itália. O senhor viu o filme "O Quatrilho"? Ele realmente representa aquela época. Mas eu nunca me esqueço de a zona de Santa Justina, em Caxias do Sul, é uma colônia muito tradicional do nosso antigo PTB, o Pasqualini ia lá, e sempre final de campanha famos lá. O que ela era? O pessoal que produzia uva só tinha um ponto de encontro, que era o salão paroquial da igreja, onde uma vez, não era toda semana porque não tinha padre; de quinze em quinze dias, um mês, vinha lá e tinha festa, e o que era festa? Era o salão paroquial, uma pessoa tocando gaita, ou era música gaúcha ou canções italianas, americanas, e as colonas todas vestidas até lá embaixo, dançando mulher com mulher, às 2h da tarde, no salão paroquial com toda a família em roda. Passou o tempo, e eu por essas razões ou outras fiquei 9 ou 10 anos sem ir lá, quando fui era uma boate do Leblon, luz negra, música americana, toda a gurizada de minissaia.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES
- Meninas vestidas de chacrete.

O SR. PEDRO SIMON - Era outra, o que estava ali estava no Leblon e o que estava no Leblon estava ali. Então quero dizer para V. Ex^a que é evidente que foi a televisão. Aquilo que antes de ter televisão, porque quando fomos a crônica de Paris, a saia da mulher encurtou um dedo e aparecia uma fotografia no jornal do Rio levava 15 anos para chegar lá na ponta. Hoje, é instantâneo, é ao vivo. O que está acontecendo no mundo, está acontecendo em todos os lugares. Concordo com V. Ex^a que a televisão também recebe... Como V. Ex^a diz que não é a televisão que faz a cabeça do povo, é o povo que faz a televisão, mas isso é muito relativo. Reparem que é muito difícil, eu até concordo com V. Ex^a, com todo o respeito, se tivéssemos uma televisão para Caxias, uma para Porto Alegre, uma para o Rio e São Paulo, agora nós temos uma televisão para o Brasil inteiro, e essa televisão levou os hábitos do Leblon para todo o Brasil numa hora só, de certa forma universalizou. O que V. Ex^a pode me responder, com a sua cultura e competência, mas ela fez, na

verdade já fez, uma dia ia chegar lá. Hoje o padrão é absolutamente o mesmo na identificação, aí é que eu digo. Imagine se nós pudéssemos ter ao lado.. Dou como um exemplo, tenho repetido, se bem que o dono do banco não é pessoa que faz muito lá na Agricultura, mas o programa do Bamerindus "Gente que faz" é uma das coisas mais lindas que conheço na televisão, é um programa que demonstra no meio de tudo o destaca um fato positivo uma vez por semana, e nós temos, neste País, milhares de fatos positivos, em todos os lugares. Agora, é aquela história: na televisão brasileira, como tese, mostra-se o lado negativo. Aliás, no noticiário do mundo inteiro - também não vamos ser bobos de imaginar que isso é uma coisa local.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES
- Acho que V. Ex^a tem toda razão.

O SR. PEDRO SIMON - Não haveria chance de nos servirmos dos meios que a televisão oferece para tentar mostrar, orientar e estimular as coisas positivas do nosso povo, da nossa sociedade e da nossa gente? O senhor, por exemplo, é brilhante, não há dúvida alguma. Vi agora inclusive que o senhor consegue interpretar como ninguém a alma do povo brasileiro. Os seus textos incluem, não raras vezes, personagens que representam políticos brasileiros de uma forma bastante crítica, que me parece que é o que pensa o povo brasileiro. Essa, pelo que diz V. S^a, é a interpretação do povo.

Mas não poderia, de repente, aparecer o outro lado, não se poderia dizer que o negócio é esse aí, mas que há um Senador pelo Rio de Janeiro que é um homem bravo, que é diferente, aquela coisa toda? Não sei se estou sonhando um pouco, mas penso que alguma coisa poderia ser feita do lado positivo.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES
- V. Ex^a tocou num ponto que sempre me preocupou muito, as culturas regionais. Realmente, esse é um problema da televisão centralizada no eixo Rio-São Paulo do qual já se falou e que se debateu muito em décadas passadas. Parece-me que há até uma legislação a respeito disso que não é cumprida. Creio que as emissoras repetidoras regionais, por lei, são obrigadas a dedicar um certo espaço de tempo às culturas regionais e não cumprem isso. Essa lei não é cumprida. Não sou entendido em leis, mas lembro-me que havia essa lei há uns 15 ou 20 anos. Não é possível que ela tenha sido anulada.

As emissoras burlam essa lei contando, por exemplo, uma partida de futebol como sendo um tempo dedicado à cultura regional.

O SR. PEDRO SIMON - Às vezes até o noticiário local.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- O noticiário local, uma entrevista, quando o espírito da lei não é esse, mas é manter nos Estados os talentos artísticos, para não virem todos para o Rio e São Paulo. E, por exemplo, manter os autos populares, as festas populares, o teatro regional, mantendo aí o autor, o cenógrafo, os artistas. Este é o espírito da lei, e ela foi esquecida totalmente. Desculpem-me estar dizendo isto diante de legisladores, mas ela foi totalmente esquecida. Agora, procurem que existe. Mas não é cumprida, como muita lei no Brasil. Não falta lei no Brasil, o que falta é cumpri-las.

Essa seria uma maneira, se isso fosse inclusivamente levado mais a sério, de evitar o que V. Ex^a acabou de dizer, a extinção da cultura regional, a deformação e os modismos, que acabam prevalecendo, embora eu ache que os modismos passam. As charretes do Chacrinha já passaram, as da Xuxa também. Isso passa. E se a cultura regional for fortalecida, ela sobrevive e se sobrepõe a isso. Mas é preciso levar a sério, porque esse realmente é um dos males da televisão: a extinção das culturas regionais.

É preciso que os Governos dos Estados, os órgãos estatais das diversas regiões dêem força aos artistas, a essa cultura, para que ela não se extinga.

O SR. PEDRO SIMON - O senhor marcou época na televisão brasileira...

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Bondade de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - ...inclusive com algumas peças como "Roque Santeiro", "O Bem Amado". Nós estamos chegando praticamente no final do século...

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Parece até que o século já acabou.

O SR. PEDRO SIMON - O senhor pretende, agora ou a médio prazo, fazer um trabalho ou alguma coisa que marque o final do século, em nível de Brasil, ou fará o que vier ao sabor da inspiração?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Eu nunca fiz plano e não sei mais o que vou fazer amanhã. Felizmente, nem sei se vou chegar ao fim do século.

O SR. PEDRO SIMON - Mas V. S^a concorda que o seu trabalho de final de século vai sempre ser, dentro da sua biografia, um trabalho que diz...

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Isso é o desenvolvimento do meu trabalho. O fato do século terminar não é o que pode determinar o

tipo de trabalho, porque isso é uma convenção. O nosso século cristão termina aí, mas para os chineses não termina. Isso é uma coisa convencional e não vejo essa mudança de século, vejo mudanças de época. Vivemos uma determinada época, e me parece que terminamos um ciclo histórico, onde pessoas mais velhas como nós tiveram a felicidade de viver quase do princípio ao fim. Um verdadeiro ciclo histórico que termina com a derrocada do mundo socialista, e acredito que estamos numa "entre-época" ou num "entre-século" e alguma coisa vai surgir, porque o período é de decadência e é paradoxal. Ao mesmo tempo em que temos uma decadência moral e ética, que é um pouco refletida pela televisão, temos até uma decadência artística; não vivemos um período de ouro nas artes, nem no teatro, nem no cinema e nem na televisão tampouco. Mas paradoxalmente vivemos uma época de um extraordinário avanço científico e tecnológico, e isso é uma característica do nosso tempo. Temos que meditar sobre isso, e estamos num buraco, num "entresséculo". Acredito que sempre esses períodos prenunciam um renascimento; virá um renascimento moral, ético, artístico e devemos nos preparar para isso. Aliás não depende de nós, não somos nós que vamos movimentar a História, mas nos preparar para a história que virá. Agora, isso pode ser antes do fim do século, depois do começo do outro século, não sei. Não sou pitonisa, mas que virá, virá. Tenho certeza absoluta.

O SR. PEDRO SIMON - A Globo tem se antecipado, hoje é um dos projetos mais modernos do mundo, quer dizer, padrão internacional.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- É um dos pontos em que podemos nos igualar no avanço tecnológico.

O SR. PEDRO SIMON - Pode-se dizer que esse PROJAC, o projeto que vimos ontem no Jornal Nacional é meio revolucionário. Pode-se dizer que o próximo século já chegou na Globo?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- É revolucionário, não sei se aplicaria a palavra aí porque é um projeto *hollywoodiano*, então desse ponto de vista até parece retrógrado, mas acho que é uma exigência do crescimento da Rede Globo, e já devia ter feito isso há 20 anos.

Se os senhores soubessem o desperdício que é a **Rede Globo de Televisão** pela sua desorganização, pelo seu esquema e pelo seu organograma alucinado. A Globo era uma emissorinha, um estúdiozinho de jornalismo que foi crescendo, crescendo, alugando casas, estúdios, e virou um polvo com tentáculos e quase que alugou um bairro inteiro

no Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, tem estúdios em Jacarepaguá; na Tijuca, tem estúdios em toda parte, e isso gera um desperdício brutal. Se essa rede dá tanto lucro, imaginem quanto daria se tivesse, como tem agora, uma cidade cenográfica, onde o cenário é construído aqui, anda 50 metros está em um estúdio, desmonta, anda 50 metros volta para cá, ao invés de estar andando pelo Rio de Janeiro inteiro e ter que gastar uma enormidade em transportes e num mecanismo complexo. E isso me parece uma exigência do crescimento da **Rede Globo**. Não sei se é uma coisa realmente revolucionária - a palavra que V. Ex^a empregou - , mas uma exigência do progresso da emissora, nada mais do que isso. E um pouco de feitio *hollywoodiano*, o que hoje em dia não é mais muito usado, pelo menos o cinema não usa mais e foi causa, inclusive, de um período de crise no cinema americano, foram esses grandes estúdios que hoje estão todos alugados para a televisão. Não demonstrou, com o correr do tempo, ser uma coisa efetivamente prática, mas penso que a TV Globo não tinha realmente outro caminho.

O SR. PEDRO SIMON - Acredito que uma das questões importantes na televisão hoje são as chamadas minisséries. Tivemos agora essa sua excepcional "Decadência", acredito que a minissérie, algumas inclusive têm colocado a presença de grandes artistas e escritores, como tivemos Érico Veríssimo, nomes dos mais significativos e fatos históricos, inclusive. "Os Anos Rebeldes", por exemplo, eu vi emocionado, porque, na verdade, foi um documento histórico, na minha opinião, mais importante que se teve daquela época porque, na minha imagem, a Globo foi de uma grande imparcialidade, até, de certa forma, às vezes, parcial a favor dos que lutavam e muito acre, exagerada com relação aos militares.

Nessas minisséries das quais V. S^a é um grande profissional, não acha que dá uma forma nova que surge ao lado das novelas, que se tornam aquela amolação com todos aqueles capítulos, com aqueles fatos. Na novela atual, estamos observando ao que sei, pela primeira vez, dois homossexuais se defendendo e se expondo. Antes, havia insinuação mas, agora, a questão é colocada abertamente, debatendo a questão.

As minisséries é um dos caminhos de compartilhar cultura ao conhecimento, de desenvolver, de prosperar a nível de formação da sociedade, os seus valores históricos, a sua história, a sua biografia. É uma fórmula positiva de se levar adiante?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES - Creio que sim. É um formato novo; não tão novo,

mas surgiu há pouco tempo e possibilita não só ao autor, como também ao diretor e à produção, um produto mais bem acabado, justamente por possuir um número menor de capítulos e um tempo maior para a sua realização. Possibilita ao autor escrever, burlar e reescrever a sua obra, a esse mesmo texto, ao qual V. Ex^a acabou de ser referir "Decadência". O texto foi reescrito, por mim, umas três ou quatro vezes. Fatos novos foram acrescentados e outros retirados. O produto foi muito trabalhado e tivemos uns, seis meses para essa realização. Tempo que, geralmente, dispomos para escrevermos uma novela de cento e oitenta a duzentos capítulos.

Evidentemente, é um trabalho que possibilita um maior cuidado com um produto melhor. Aliás, só tem justificativa se for um produto melhor, mais bem acabado. Por exemplo, ele não tem a popularidade da novela. Esta última se torna um hábito, conquista uma audiência durante meses e meses, dando um alto ibope à emissora e um lucro fabuloso. É difícil competir no terreno comercial. A novela é que dá dinheiro e a minissérie, dizem, só dá prejuízo; é só um produto de luxo para mais ou menos "lavrar a cara" da televisão.

Não há dúvida que prefiro as minisséries. Pois, não tenho nada contra as novelas. Creio que devem continuar apesar de, às vezes, não serem tão boas, mas outras são. Não pode ser considerada como um teatro popular, mas ocupou um espaço que deveria ser do teatro popular. A minha geração, dos anos 50 e 60 sonhava com um teatro político e popular. Conseguiu fazer um teatro político, jamais o teatro popular, simplesmente porque nunca conquistou a platéia popular por razões puramente econômicas. Evidentemente, que nem todos possuem dinheiro para ir ao teatro, e o Estado que poderia possibilitar uma platéia popular não possui o interesse em desenvolver esse projeto, muito menos, quando o Estado se torna ditatorial como se tornou, logo depois, com a ditadura militar. O teatro passou a ser um inimigo do Estado. Evidentemente, que esse projeto teria que fracassar.

Nesse vácuo deixado pelo teatro popular, e também pelo cinema brasileiro que, na mesma época de ouro, dos anos 50 a 60, teve um grande impulso, tornou-se um cinema hermético, não alcançando essa platéia popular. O cinema brasileiro nunca foi popular e acabou se extinguindo, está ressuscitando agora, por seu hermetismo e elitismo. Nesse espaço deixado surgiu a telenovela para ocupá-lo. Hoje, a telenovela é o teatro popu-

lar do povo, embora nada tenha a ver com o teatro, separando-se as duas artes.

Realmente, as minisséries são um produto muito mais bem acabado. Pode-se abordar temas mais complexos, assuntos políticos como esse dos "Anos Dourados" e agora "Decadência"; falar sobre a nossa história, propor uma reflexão sobre um determinado período ainda que, como disse, a televisão não é um meio propício à reflexão, mas um bom meio de denúncia. Tanto que a acusação feita na minissérie gerou polêmica, porque a televisão é um veículo muito bom para isso. De maneira que é um produto que deveria ser encorajado, mas que não é visto com muito bons olhos pelas direções comerciais das emissoras.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. PEDRO SIMON - Peço desculpas, mas gostaria de fazer a minha última pergunta.

Observamos na França, na Inglaterra até mesmo nos Estados Unidos que ao lado da TV particular há uma TV pública. Seria viável que ao lado da **Globo**, que possui uma grande audiência, outras televisões pudesse formar uma cadeia nacional, a qual já existe, falta apenas realizá-la. Por exemplo, a **TV Cultura** de Porto Alegre, com as TVs de São Paulo e com as do Rio Janeiro, se não estivessem na mão do Governo seria bom que se nacionalizassem a exemplo da **TV Cultura**, de São Paulo. Uma fundação como aquela tem um programa nacional, respeitando, como disse V. S^a, as características regionais. Em primeiro lugar, não seria como a **Globo** determina: sempre nacional. Teriam os espaços locais e os de divulgação específicos como fatos do Rio Grande do Sul num espaço em cadeia nacional; outros, do Rio de Janeiro, do Nordeste, da Amazônia. Haveria campo e seria racional que o Governo determinasse uma verba "x" para um projeto dessa natureza que não tivesse o objetivo de concorrer com as particulares, mas, como meta, uma espécie de orientação e formação da alma nacional no que tange à determinação do pensamento de uma espécie de fundação do conjunto da participação da sociedade e não do Governo. Seria racional imaginarmos uma cadeia nacional dessa natureza?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Imaginar, sim. Devemos até lutar por isso. Observei televisões desse tipo no mundo inteiro: na BBC de Londres; na Rádio e Televisão Francesa; na Tchecoslováquia; na União Soviética; nos Países Socialistas, em toda parte. Todas são muito ruins e

nenhuma delas alcança o seu objetivo principal que é interessar o telespectador.

O SR. PEDRO SIMON - São todas piores do que a **TV Cultura** de São Paulo?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES - Não. A **TV Cultura** apresenta alguns programas interessantes. Talvez, seja uma exceção.

O SR. PEDRO SIMON - Essas a que V. S^a se referiu no exterior?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES - Algumas são muito piores. A televisão soviética é insuportável porque possui aquelas tradições dos países socialistas.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Permita-me uma observação? Estive uma vez na antiga RDA, República Democrática da Alemanha, e a televisão era, realmente, de péssima qualidade. O público procurava assistir aos canais de Berlim Ocidental.

O SR. PEDRO SIMON - E em Paris, Roma e Inglaterra?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Todas eram péssimas e nenhuma melhor do que as nossas; todas incoerentes. Por serem estatais vem o dirigismo, tornam-se "cabides de empregos", e não há profissionalismo. Deve haver uma maneira de sair desse nó.

O problema não é só das nossas televisões estatais que são ruins; todas o são. A BBC de vez em quando veicula um programa interessante. Mas, para isso, gasta dois anos. Por exemplo, um especial de uma hora e meia; uma peça de Shakespeare com Ricardo III. Após esse tempo apresenta um produto bem acabado, interessante mas que não tem nada a ver com televisão, é mais teatral do que outra coisa, é um trabalho sério. Mas isso não capta a atenção do povo para que essa televisão possa ser efetiva e transmitir aquelas mensagens que achamos que deve transmitir. Pelo menos, transmitimos uma visão diferente da televisão. Deve haver uma maneira. Não sei a mágica. Conheço pessoas muito bem intencionadas que pensam em mudar isso e não conseguem. Temos, agora, o nosso Walter Avancini, ótimo diretor de televisão.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Poderá V. S^a trazê-lo na próxima semana?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Talvez o melhor diretor de novelas da televisão que está dirigindo a **TV Educativa**. Há problemas terríveis. Ele está, lá, sem saber o que fazer. Quer, realmente, fazer uma televisão séria, de qualidade, mas que tenha público. De nada adianta fazer-se algo

desse tipo e aborrecedor, do contrário, ninguém irá assistir.

O problema existe, mas deve haver uma solução. Talvez, o Avancini a encontre. Os conflitos são muito mais complexos e transcendem a própria televisão. Essa é a verdade. Geralmente, essas emissoras são "cabides de emprego". Desculpem-me V. Ex^{as}, os políticos colocam lá os seus apaniguados que não trabalham, não podem ser demitidos, nem podem receber aumentos porque funcionários públicos não podem ser aumentados.

O SR. PEDRO SIMON - A TV Cultura de São Paulo não tem nada disso.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Trata-se de uma Fundação. Se transformarmos todas essas emissoras estatais numa grande Fundação, com outro espírito, um espírito profissional.

O SR. PEDRO SIMON - Onde não haja a presença do Governo.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Exato. E nada de o diretor ser designado pelo Governo. Ele tem que ser um homem de televisão que faça, em primeiro lugar, televisão e, em segundo, vamos ver como adaptamos a linguagem deste veículo aos objetivos didáticos.

Primeiramente, é preciso que se tenha um projeto de televisão e não um projeto político de termos várias emissoras que irão fazer propagandas dos Governos Estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Concederei a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Artur da Távola e, a seguir, à Senadora Emilia Fernandes.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - A presença, aqui, do Sr. Dias Gomes enseja uma reflexão bastante interessante sobre a existência, ou não, de uma teledramaturgia, ponto extremamente positivo na hipótese da sua veracidade. A dramaturgia caracteriza-se, exatamente, por abordar em intensidade e profundidade dramas psicológicos e sociais de uma sociedade e refleti-la. Nesse sentido, ainda que não possua um caráter didático poderá ser extremamente educativa como é o teatro.

No Brasil, aconteceu um fenômeno que me parece - falo isso com muita prudência - infelizmente, momentâneo que, aproximadamente, durou dez anos. Esse período foi aquele em que se fez teledramaturgia no País. A ditadura havia impossibilitado a presença dos principais quadros de dramaturgos no teatro, como aqui foi citado por Dias Gomes. Grande

parte dos principais atores nacionais estavam desempregados e a televisão, em um determinado momento, nutriu-se da presença desse grupo.

Citarei os seguintes nomes, seguramente esquecendo alguns: Dias Gomes, Janete Clair, Jorge Andrade, Lauro César Muniz, Benedito Ruy Barbosa, Walter George Durst e Cassiano Gabus Mendes. Algumas dessas pessoas são oriundas do teatro, outras do começo da televisão em São Paulo. Esses dramaturgos vieram à televisão aproximadamente no começo do ano de 1970 e funcionaram diretamente como autores das obras, até mais ou menos 1985, num período de quinze anos. Alguns deles ainda conseguem, de vez em quando, fazer um pontal. Esse momento da televisão brasileira foi aquele em que a teledramaturgia existiu. Ao meu ver, é o responsável pela excelsa qualidade de obras que, hoje, são exportadas para mais de cem países, prática que não sei se continuará a partir do momento em que a teledramaturgia cede espaço pela própria evolução ou involução da televisão na direção do produto mercadológico em estado puro.

Verifiquem V. Ex^{as} a obra de Dias Gomes na televisão. Vinha de sucessos no teatro, como "O Pagador de Promessas", depois no cinema, com o filme nacional prêmio: "A Invasão"; "O Berço do Herói", peça proibida que não chegou a ir em cartaz e vem para a telenovela, depois de um início no rádio, com Janete Clair.

A primeira obra de Dias Gomes, na televisão, com o seu nome - porque andou se integrando, gradativamente, no meio, até para que ele mesmo fosse aceito no momento de muitas restrições e o meio foi prudente - chamou-se "Verão Vermelho", se não me engano. Esta novela - que passou despercebida no Brasil porque a Nação não prestava atenção na televisão - tratava do tema da terra. É uma luta por conquista de terra e com a presença direta do coronelado brasileiro, operando com maior grau de violência nos idos de 1970. Está mais ou menos dentro do prazo que aqui eu havia estabelecido. Passou despercebida não a mim, nem a muitas pessoas, nem ao público. Como a telenovela chegava aqui e não influía, na opinião pública, era consumida porque não influía, então isso passava despercebido.

Em seguida, Dias Gomes faz uma novela de caráter urbano, "Bandeira 2", uma teledramaturgia urbana da mais alta qualidade, que traz Paulo Gracindo, de novo, ao pódio ao fazer o papel de um bicheiro. O problema do Jogo do bicho no Brasil, depois, se agudizaria enormemente, quando se liga

com o tóxico e passa a ser um fenômeno de grande complexidade, saindo apenas da contravenção do bicho, que caracterizou essa atividade durante algum tempo, até simpaticamente, no Rio de Janeiro. Estava ali, a violência, a truculência. O Tucão era o personagem vivido pelo Paulo Gracindo. Se não me engano, foi a novela que trouxe Paulo Gracindo ao primeiro plano, novamente, já na casa dos 60 anos de idade.

Em seguida, Dias Gomes faz uma novela chamada "O Bem-Amado". Desnecessário dizer do sucesso que esta novela fez, a tal ponto que voltou, depois, como uma série, na linha daquilo que o Senador Pedro Simon falou. "O Bem-Amado" foi um sucesso muito grande.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES - E introduziu uma nova nomenclatura até na linguagem.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - E traz uma alegoria das falhas das estruturas. No momento em que tudo era proibido na televisão, os autores como ele usavam a linguagem alegórica exatamente para, na micrometrígia abordada, expressar o problema do macro. Isso era pouco percebido. Ela passava, enfim, conteúdos que eram contrários ao autoritarismo, ao centralismo, à concentração de poder, à corrupção.

Depois, então, vem "O Espigão", a primeira novela que, com enorme coragem, disposição e habilidade, num veículo do sistema, tocou no problema da especulação imobiliária nos grandes centros. "O Espigão" conta a história da construção de um prédio e de todo o desenvolvimento que se faz em torno desse tema que, poucos anos depois, estaria aí a agravar enormemente a qualidade de vida nas cidades.

Em seguida, veio uma novela que não fez talvez tanto sucesso, mas foi da mais alta importância do ponto de vista temático. "Sinal de Alerta" foi a primeira novela sobre poluição urbana no Brasil, situada na década de 70. O problema da poluição não tinha a gravidade de hoje. Não sei se os senhores se recordam, todos os personagens andavam de máscara, já naquele tempo. Era a história de um edifício, perto de uma fábrica. Contou com o desempenho muito grande da atriz Isabel Ribeiro, que teve papel importante nesta obra.

E, aí, vem "Saramandaia", uma exceção na obra dele e na história da televisão brasileira. É, a meu juízo, uma das obras mais importantes que foram ao ar até hoje. "Saramandaia" é uma tentativa de realismo mágico na televisão, tem um conteúdo social muito grande e coloca, pela primeira vez, uma experiência de realismo mágico. Havia um cidadão que colocava formigas pelo nariz, representando

exatamente o grande latifundiário, o grande autoritário; a Dona Redonda, que acaba tendo uma explosão formidável, se não me engano, no último capítulo, jogando tudo pelos ares; um cidadão que tinha asas e queria voar, o Juca de Oliveira, em quem nasciam asas. "Saramandaia" é uma novela um pouco diferente na obra de Dias Gomes.

Depois, vem "Roque Santeiro". Nesse ínterim, a emissora faz uns capítulos isolados chamados, à época, "Caso Especial". Eram telepeças únicas, experiências que, infelizmente, não prosseguiram. Dias Gomes apresenta também ali um trabalho, se não me engano, "O Santo Inquérito", uma peça de teatro ajustada a um capítulo de televisão, interpretada pela atriz Regina Duarte. Um trabalho muito bonito, que foi ao ar uma vez e que se perde na memória dos tempos.

Estou citando aqui Dias Gomes, mas poderia citar Janete Clair, com "Duas Vidas", "Irmãos Coragem"; "O Astro", toda a saga de sua obra; Jorge Andrade, com "Os Ossos do Barão", que foi uma novela excepcional, do ponto de vista do registro histórico; Lauro César Muniz, com "Escalada", uma novela de valor histórico, que conta a trajetória de uma família que veio para Brasília; "O Casarão", uma novela notável passada em três épocas, uma experiência de tempo, dramática, nova; o trabalho do Walter Jorge Durst, adaptando obras; Galeão Coutinho, adaptando "Gabriela Cravo e Canela", de Jorge Amado, que era um grande conhecedor. A meu ver, essa etapa termina com o trabalho, digamos assim, temporão, de Benedito Rui Barbosa, na novela "Pantanal".

Ao mesmo tempo em que, nesse período, havia a obra, o sentido autoral na telenovela, havia, também, o sentido autoral na direção. As telenovelas, com grande sacrifício, com muitas reclamações dos autores, eram feitas por um autor, no máximo uma ou duas pessoas o ajudavam e eram dirigidas por um diretor. Nesse período da televisão, isso permitiu produtos com determinados graus de originalidade, de estilística. Foi o momento em que existiu uma teledramaturgia plena no Brasil.

Pouco tempo depois, a telenovela foi ganhando um tal desenvolvimento, sob o aspecto mercadológico do produto, da necessidade de exportação, que deixaram de ser produtos autoriais, propriamente. Tanto que, hoje, qualquer pessoa pode ler nos letreiros que uma novela é de fulano de tal, escrita por sicrano, beltrano, etc. Também a direção, que naquela ocasião buscava uma linguagem nacional para a teledramaturgia, também se diluiu, passando a ser uma obra de conjunto, de vários diretores. Um

dirige uma cena, outro dirige outra, há uma coordenação geral, mas não há uma preocupação estilística. Assim, não se viu mais o nome, como diretores, de Avancini, Daniel Filho, Régis Cardoso, Herval Rossano, Lima Duarte, que é diretor do Beto Rockfeller, a novela que abriu um panorama novo lá pelo fim da década de 60, trazendo o Brasil à tela.

Quero saudar a importância do trabalho de Dias Gomes, a seriedade, a profundidade com que penetrou no Brasil e foi penetrado pelo Brasil, também, como ele mesmo diz. A televisão não cria propriamente; ela cria e recebe. É um processo de autofecundação. Ela recebe, retransmite, potencializa, volta a receber. Esse trabalho realizado foi uma verdadeira saga, a verdadeira criação de uma teledramaturgia brasileira, que, a meu ver, se interrompe por volta de 1985, quando a telenovela passa a ser um mero produto mercadológico. Esses autores, não sei por que razão, se afastam ou são afastados. Se afastam, ou não querem fazer mais, ou se cansaram, não sei bem.

Atualmente, no Brasil, a telenovela entra num período de pasteurização, em que a autoria e a direção estão diluídas. Estamos a viver um momento em que até a qualidade dos atores escolhidos caiu muito. Hoje em dia, há uma escolha desordenada de modelos, tanto femininos como masculinos, há padrões dentro dos quais os modelos masculinos têm que se comportar, ou seja, sempre aparecer em cenas sem camisa porque, agora, o sensual é o peito masculino. Há uma série de paradigmas mercadológicos que, ou os autores não querem aceitar, por razões próprias, ou porque, cessada a ditadura, percebem que a censura que era feita pelo Estado, agora, de certa maneira, é feita pelo sistema, o que é pior, porque está em cima.

Enfim, são fenômenos que foram surgindo. Desculpem-me por estar me alongando, mas eu gostaria que Dias Gomes abordasse esse assunto. Enquanto existiu uma teledramaturgia - se é que eu tenho razão na minha fala - a telenovela foi o produto altamente afirmativo e muito importante. Era a dramaturgia brasileira um produto de exportação muito significativo para mais de cem países, era um mercado de trabalho para grande parte dos atores, autores, técnicos, cenógrafos nacionais que estavam sem trabalho, pela perseguição no teatro - e é ainda - e ainda era tema de debate de natureza sociológica, acadêmica.

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível.) Por que mudou? Por que agora é diferente?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Estou procurando fazer uma análise rápida. Eu gostaria de falar muito mais sobre isso, mas não quero cansá-los. Tenho um bom conhecimento da obra de Dias Gomes. Além do conhecimento, tenho admiração, e sempre que se tem admiração, a visão fica mais clara. Eu parto do princípio oposto de que a empatia ajuda a lucidez. Muito mais do que a anti-empatia, ou seja, a antipatia. De forma que é possível ver-se melhor autores os quais apreciamos porque vemos com olhos mais amplos, com olhos mais abertos. E descobrimos, às vezes, até virtualidades que eles mesmos possivelmente considerem não existir em suas obras, por modéstia ou por alguma coisa que sempre escapa aos próprios autores.

Então, eu gostaria, uma vez feita essa abordagem e olhando o fato de que a televisão já teve, qualificadamente, uma teledramaturgia, de saber, de Dias Gomes, à medida em que lhe permita falar o assunto, se não há problemas de natureza ética com outros companheiros ou com a atualidade da telenovela, como ele vê a questão autoral na telenovela, como ele vê a questão da direção e como ele vê o papel da telenovela no contexto sócio-cultural do país. Porque, no momento em que a telenovela era atacada, violentamente, pelas elites, elas jogavam um papel importantíssimo nesse contexto. A partir do momento em que as elites pararam de atacar a telenovela, ela não joga, talvez, hoje em dia, a não ser numa ou noutra obra, papel algum no contexto sócio-cultural brasileiro, ela é uma mera repetição de produtos mercadológicos. Mas essa é uma opinião pessoal, que eu coloco em forma de pergunta, e gostaria de ouvir sua opinião a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Concedo a palavra ao expositor.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Em primeiro lugar, quero lamentar o crítico que a televisão perdeu, se não tivesse ganho um grande Senador, seria profundamente lamentável, pela agudeza de sua análise, que é perfeita. Isso mesmo aconteceu. Vou tentar apenas elucidar o porquê algumas coisas estão acontecendo.

Em primeiro lugar, o problema da diversidade de autores. Os autores que começaram, na década de 60, a provocar esta evolução da telenovela, que saía de um folhetim, de uma novela radiofônica, que teve seu ancestral no folhetim do século XIX, mas que era, até então, puro folhetim, como ainda é em alguns países. Os autores que começaram a provocar uma evolução estética, como os que V. Ex^a citou, esses autores, na década de 60, de modo geral,

autores de grande experiência, vindos do rádio, que foi uma grande escola. Os mais velhos sabem que o rádio não era assim como é hoje; o rádio tinha tudo, tinha novelas, programas de teatro, redação, o dia inteiro. Então, um redator de rádio, como eu fui, ia para a rádio às 10 horas da manhã e só saía às 10 horas da noite, escrevendo o dia inteiro, porque o dia inteiro havia programas para serem escritos. Então, esses autores oriundos do rádio traziam uma grande agilidade, uma capacidade de trabalho muito grande, que foi usada na telenovela. Na telenovela são trinta páginas-lauda para escrever, por dia. Grandes autores que conheço, grandes escritores não são capazes de escrever mais de uma página. A quantidade não é proporcional à qualidade; você pode ser um grande autor e não ter capacidade de escrever quase trinta páginas por dia. Isso depende de treino. Como tem o jornalista. Então, esses autores citados, alguns morreram, no fim da década. A Janete morreu, o Jorge Andrade morreu, o Cassiano morreu há pouco tempo. Por isso que eu digo que telenovela é um meio de morte. Outros fizeram pontes de saferia, vários tiveram enfartes, o Lauro César teve um enfarte, o Jorge de Andrade teve um enfarte, outro que você esqueceu, do "Beto Rockfeller", o Bráulio Pedroso, que, por sinal, está muito popular agora. O Bráulio Pedroso também teve um enfarte. Era, realmente, um trabalho para enfarte, porque passar o ano inteiro escrevendo trinta laudas por dia...

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Não, eu fiz agora, o meu enfarte veio tarde, quando eu já havia abandonado a telenovela. Pode ser que a origem estivesse lá, mas como eu deixei de fazer há bastante tempo, não posso culpar a telenovela pelo meu enfarte. Os problemas são outros.

Então, a primeira razão de começar a novela a ser escrita a três, quatro, seis, oito, dez mãos, como já há, foi que, em primeiro lugar, desses autores, uns morreram, outros se cansaram, e não queriam fazer como eu. Chegou a um ponto tal que eu disse: Não faço mais, porque não quero morrer disso, quero morrer de outra coisa. Como os novos, os que vinham, não tinham essa capacidade de trabalho, fez-se necessário encontrar dois autores, auxiliares. Por outro lado, a **Globo**, que era pobrezinha quando comecei a trabalhar lá, não tinha dinheiro para contratar mais que um autor para um horário; quando eu entrei para a **Globo**, eu fazia o horário das dez e a Janete fazia das oito. E ela fez cinco novelas segui-

das, sem descansar um só dia. Havia novela com até 300 capítulos, como "Irmãos Coragem". Porque não tinha autor para revezar, acabava-se um novela no sábado e começava outra na segunda-feira. Ela fez cinco novelas e eu somente três, assim mesmo não sei como, porque eu fiz três novelas, uma atrás da outra, até chegar outro autor para revezar comigo.

A **Globo**, então, contratou um outro autor para revezar comigo e outro para revezar com ela. Um fazia uma novela e o outro fazia outra. Mas nós fazíamos sozinhos, não tinha pesquisador, não tinha assessor. Hoje, tem-se todos os assessores que quiser, de todos os assuntos que quiser é só dizer que a **Globo** contrata. Tem quantos autores que necessitar para ajudar; tem técnicos, enfim, a equipe que escreve uma novela hoje é imensa, uma coisa industrial.

Naquele tempo não tinha disso. Se queria pesquisar alguma coisa, algum problema, eu tinha que pesquisar, porque não havia ninguém para fazer isso. Hoje tem pesquisadores, assessores. Por exemplo: se havia um problema médico, o personagem teve um enfarto, eu tinha que saber como era o enfarto, quais os procedimentos e como ocorria a cirurgia. Hoje eu tenho um assessor médico, tenho um advogado que é assessor jurídico. Se tiver algum problema de engenharia, haverá um engenheiro também. Então, naquela época era diferente.

O SR. PEDRO SIMON - Qual é o seu assessor na parte política, por exemplo, quando se trata de Congresso?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Eu sempre fui muito envolvido com política, nunca precisei de assessoria, felizmente. Tenho um passado que me compromete.

O SR. PEDRO SIMON - Isso parece coisa pessoal sua mesmo.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Então, esses autores ou foram morrendo ou foram se cansando, e os novos, para continuar escrevendo, tiveram que ser assessorados por outros. Foi-se criando essa máquina de escrever de quatro, cinco autores, e com vários assessores, etc. Essa é uma das razões.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Mas, a seu juízo isso tem importância?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Tem muita importância. Como você mesmo disse, acabou a autoria.

O SR. PEDRO SIMON - Não há possibilidade, por exemplo, o senhor que faz a novela, dar orientação a essa equipe, seguindo uma linha?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Mas há sempre um autor que dá orientação, mas quem escreve é outro. Um escreve uma cena, outro um capítulo, quer dizer, são vários estilos, várias cabeças. É muito difícil dar unidade num produto que é feito a toque de caixa. Se tivesse tempo poderia ver o que estivesse em desacordo, mudaria para uniformizar o estilo. O ideal seria aquele autor principal pegar todo aquele trabalho e reescrever. Mas não adianta nada. E é o que acontece às vezes, e o que aconteceu comigo por várias vezes: pegar e reescrever, porque estava inteiramente fora do espírito da novela. Então, esse foi um dos problemas que surgiram.

Um outro problema foi um que detectei já em 1984, quando propus a criação de um organismo chamado Casa de Criação, que coloquei o nome da minha mulher, Janete Clair. Por que eu propus e por que a emissora aceitou? Porque eu disse: vai acontecer - nesse momento fui profeta - , daqui a quatro, cinco anos, uma crise de criatividade muito grande, porque não somente chegou-se a uma linguagem da telenovela - uma coisa dada à evolução da telenovela - , como se chegou também a uma fórmula que está sendo muito repetida.

E a tendência dos autores está sendo repetir essa fórmula, porque também a emissora tem medo de arriscar. Como ela depende muito do IBOPE, qualquer problemática mais arrojada, como as que propúnhamos nos anos 70, que era fazer uma novela de realismo fantástico, que diziam que ninguém entenderia, qualquer coisa nesse sentido é barrado pela emissora, porque a emissora quer faturar, quer IBOPE.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - E aumentou a concorrência.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Sim, aumentou a concorrência. Eles querem coisas que não corram perigo. Assim sendo, os autores já são levados a repetirem uma fórmula. Eu disse que isso iria levar a uma crise de criatividade daqui a alguns anos. E a crise veio e está aí, porque as novelas todas se parecem. Não há nenhuma novela diferente, arrojada, numa temática nova, não sei busca uma experiência formal de vanguarda, nada de realismo fantástico. Isso que eu previa acontecer acabou ocorrendo, e está acontecendo agora com esse agravante de o produto ter-se tornado realmente industrial. Parece uma linha de montagem, mais do que um produto autoral, a autoria desapareceu.

Por isso que a minissérie, como o Senador Pedro Simon citou, tornou-se uma espécie de refúgio, é onde se pode fazer uma experiência, colocar talvez um tema polêmico. Por exemplo, esse problema que levantei dos evangélicos, se fosse uma novela, não sei o que aconteceria e a emissora não concordaria. Agora, já numa minissérie é possível você abordar um tema polêmico, uma pretensão maior de análise social de um período histórico. Numa minissérie isso é possível e é possível fazer isso também autoralmente. Eu, por exemplo, posso escrever sozinho porque são 12 episódios e não 180 ou 200. Esse é o problema.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - E quanto aos atores, não há quebra de qualidade na escolha ou é impressão minha?

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Não, os atores são os mesmos, porque todos os atores do Brasil trabalham na TV Globo, todos estão à disposição da emissora e só vão para outra quando a TV Globo não deseja mais mantê-lo. Então, atua qualquer um; qualquer ator que você convide, desde que a TV Globo queira, ele virá. Não é problema do ator. O que se criou, justamente devido à essa fórmula, foi uma espécie de assinar o ponto. Isso também não estimula muito o ator, porque os papéis quase sempre são parecidos, não há nenhum desafio. Talvez seja isso que você está notando, porque os atores são os mesmos, não mudaram, alguns são novos. Houve uma tendência de renovação meio errada em colocar caras novas, mas sem nenhum preparo, quando pegaram esses modelos. Isso está descartado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Eu estou satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Muito bem.

Passo a palavra, então, para a segunda inscrita, a Sra. Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre palestrante desta tarde, é uma satisfação muito grande conhecê-lo, pessoalmente, até porque, também, apesar de não ter o amplo conhecimento do nosso colega, Sr. Senador Arthur da Távola, sou uma admiradora do seu trabalho.

Nós, também, temos algumas preocupações que gostaríamos de colocar ao senhor, até para ouvir a sua Idéia e o seu pensamento, enfim, e se, realmente, há saída para essas nossas preocupações.

Eu venho de uma categoria profissional - 23 anos de magistério - sempre vendo a televisão como uma grande colaboradora da educação, da cultura,

do conhecimento, tanto das nossas crianças como dos nossos jovens.

Porém, ultimamente, tenho tido algumas preocupações, também no sentido semelhante ao que foi encaminhado pelo Sr. Senador Pedro Simon. Nós temos visto a televisão saindo de um estágio onde o enriquecimento, inclusive das próprias novelas - e, aqui, nós estamos nos detendo mais às novelas, mas, também, tem a parte de filmes e a parte do telejornalismo. Nós, então, observamos que, no meu ponto de vista - logicamente que respeito as ponderações divergentes - houve um decréscimo de qualidade, principalmente numa questão que consideramos de fundamental importância, que é no que se refere, inclusive, ao espaço, à imagem, à visão que a televisão, os meios de comunicação em si, dão à mulher.

Nós, particularmente, estamos vindo de uma Conferência Mundial ocorrida recentemente na China, onde nós tivemos o privilégio de participar, representando o Senado, junto com outras Parlamentares - Senadoras e Deputadas - e foi uma voz corrente do mundo inteiro, dos aproximadamente 189 países que estavam presentes, dizendo que os meios de comunicação têm dificultado, inclusive, o avanço igualitário da mulher. Porque, realmente, as três questões básicas que nós entendemos - e ficou, inclusive, comprovado lá na nossa Conferência - que se precisa trabalhar mais para que haja, realmente, uma democracia e um fortalecimento da cidadania em relação à discriminação, à violência e à pobreza. Nós, então, temos observado que as mulheres - e isso nos preocupa profundamente, da visão que tenho em relação a valores, isso está acontecendo, cada vez mais, de uma forma muito acentuada, uma inversão de valores. E, aqui, foi levantada a questão, até mesmo na sua explanação, que, às vezes, perguntam por que tanto sexo? E, aí, a resposta foi a de que houve uma liberação na sociedade e que, portanto, nada mais é a sociedade do que o retrato do povo.

Agora, eu teria, ainda, uma colocação. Entendo que houve e está havendo ainda uma confusão entre liberdade e liberalismo. No meu ponto de vista, os meios de comunicação poderiam e até deveriam buscar fazer esse esclarecimento. Liberdade é uma coisa e liberalismo é outra. Diz-se, por exemplo, que está-se dando educação sexual nas escolas. Ótimo! Nós defendemos e precisamos disso tanto como educadores quanto como mães. Entretanto, a educação sexual que está sendo proposta e que está sendo pedida para as escolas diferencia-se da visão

- eu não diria educação - sexual que está sendo passada pelos meios de comunicação. Particularmente, esta é uma das primeiras preocupações.

A mulher, cada vez mais, é julgada pelo aspecto da pornografia e há uma inversão de valores ao colocar-se a mulher sempre em papéis que não contribuem para o avanço em termos de igualdade que nós pregamos e desejamos. Novelas e minisséries - aqui eu não entraria em detalhes - e os próprios filmes são apresentados, muitas vezes, em horários impróprios. Então, precisamos dar uma maior explanação e uma maior educação para os nossos filhos em relação à capacidade de discernimento, de análise e de crítica. E nós temos atualmente um impedimento, que é a exigência de o homem e de a mulher estarem fora de casa, o que, realmente, dificulta. Então, entendo que, no mínimo, deveria haver uma maior observância dos horários em relação ao que é apresentado pela televisão.

No que se refere à visão sexual que é transmitida quanto à participação das mulheres, há uma outra questão. Embora saibamos que vivemos em um mundo consumista onde o lucro é importante, no meu entendimento, o interesse deveria estar diretamente ligado à qualidade. Em outras palavras, uma empresa não poderia colocar o lucro em primeiro lugar, como vem sendo feito. Eu acho que os critérios deveriam ser a qualidade e o interesse do público. A qualidade não poderia ser menosprezada. Deveríamos ter mais estímulos, mais programas culturais, mais programas políticos que dessem a visão real, do que é fazer política com seriedade e o que é fazer a má política. Parece que televisão mostra mais e dá uma ênfase maior aos maus políticos e não dá um espaço real à importância de se fazer a política séria. Nesse ponto, vai até um apelo no que se refere à participação igualitária de homens e mulheres nos cargos de decisão, nos cargos políticos, onde a mulher ainda está relegada a um percentual muito inferior.

São essas as minhas preocupações. Logicamente, V. Exª não está aqui para responder às minhas preocupações. Mas nós estamos aqui exatamente para compartilhar preocupações. Diante do conhecimento dos ilustres Senadores, eu manifesto essas preocupações.

Estamos vendo ainda que os programas de rádio e televisão poderiam - e isto nós estamos trazendo da conferência como um dos aspectos assinados por todos os países lá presentes - buscar, cada vez mais, utilizar os meios de comunicação no estímulo à igualdade de homens e mulheres, ao respeito aos

direitos da mulher como um ser que quer ser amado mas que quer ser, acima de tudo, respeitado e também no combate à violência e à diminuição da pobreza, problemas que atingem profundamente as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Com a palavra o expositor.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- De maneira genérica, eu estou inteiramente de acordo com a Ilustre Senadora.

O SR. PEDRO SIMON - Como machista é a primeira vez que está sendo colocado...

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Como machista? eu não sou machista. Eu acho que S. Exª tem toda razão. O que eu vou dizer? Eu não sou diretor de televisão, não sou eu quem faz a programação. E programação de televisão é uma coisa muito complexa. Há uma tendência a jogar tudo em cima das telenovelas, mas os problemas são muito maiores nos filmes. Todos esses problemas que a senhora levantou aqui incidem muito mais na programação de cinema da televisão, que exibe todo o lixo do cinema americano - lixo mesmo, a verdade é esta. Em mil filmes, há um bom e 999 ruins. Tudo isso é jogado o dia inteiro na televisão sem nenhum critério. Eu acho realmente que precisava haver um critério, mas isso depende dos programadores, depende dos interesses comerciais da emissora. Eu não sei se os senhores sabem, mas para comprar um bom filme de uma estúdio americano - da METRO, da FOX, seja o que for - a emissora é obrigada a engolir um pacote de 100 a 200 ruins. Não se pode comprar, por assim dizer, só um grande filme, de Bergman, por exemplo. Tem que comprar esse mas tem que levar todo um rebutalho. Tudo isto é jogado na televisão.

É uma preocupação que acho que os senhores devem ter. Todos esses problemas - violência, sexo - são mais dos filmes do que das novelas. Nas novelas, de modo geral, pode haver um abuso ou outro em questão de sexo, um aqui, outro ali, mas, de modo geral, não há. De modo geral, as novelas, comparando com alguns filmes que são exibidos - e alguns são exibidos à tarde - são coisas para criança. Em matéria de violência, então, nem se fala porque, felizmente, nós não temos a tecnologia da violência que o americano tem. Nós não sabemos explodir carros e matar trezentas pessoas por minuto, como acontece nos filmes americanos. E isso é jogado na televisão todas as noites e em todos os canais - roda de um para o outro. E não é só aqui não.

Nos Estados Unidos ocorre a mesma coisa. Todos esses filmes passam na televisão.

A senhora mencionou o problema das minorias. E eu não sei se a mulher é minoria. Pelo contrário, há mais mulheres do que homens. Minoria somos nós. Mas elas se colocam sempre como minoria. Os negros também têm queixas a respeito da televisão, porque os negros não aparecem em postos-chave, em postos de mando. Isso é um reflexo da sociedade, da sociedade preconceituosa que nós temos. Nós já tivemos algum negro Presidente da República? Parece que os Estados Unidos terão um agora.

O SR. PEDRO SIMON - Tivemos um governador.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Tivemos um governador no Rio Grande, mas é muito raro. Quantos governadores brancos houve antes? Isso é um reflexo da sociedade, que discrimina os negros, que não lhes dá acesso às universidades, o que impossibilita que um negro possa chegar a ministro, a senador ou a deputado. Os casos são raros.

A ficção, que é mais ou menos um reflexo da realidade, transmite isto. Os negros reclamam muito. Eu, muito pressionado pelo Movimento Negro, tenho feito uma coisa para a qual sempre chamo a atenção deles: estou distorcendo a verdade. Há um ator, por exemplo, que admiro muito e que considero um dos maiores atores brasileiros - é um ator negro que se chama Milton Gonçalves - que me pede sempre para não colocá-lo em papéis de subserviência. Ele já fez um psiquiatra, já fez um padre, agora um pastor. Eu sempre o coloco em papéis desse gênero, porque é uma maneira de atender uma reivindicação - como ele diz - dos negros. Entretanto, ao fazer isso, estou distorcendo a verdade. Eu prestaria um melhor serviço ao movimento negro mostrando que o negro é discriminado, mostrando que o negro é espezinhado. No entanto, se eu fizer isso, eles ficam achando que é contraproducente. Eles acham que temos que fazer como ocorre nos Estados Unidos, onde há a obrigação de incluir uma percentagem de negros nos filmes. Então, vê-se uma distorção da sociedade americana também: sempre o negro sendo o chefe do branco. Nos filmes policiais há um inspetor negro e um branco. Isso é muito raro lá. É uma distorção para atender a comunicado negra. Eu acho que não se presta serviço, mas distorce-se a realidade. Eu considero anti-revolucionário, dá a ilusão de que os problemas são resolvidos através da

ficação, de que a justiça é feita - um negro é médico, o outro é senador. Não é assim na realidade. É uma atitude reacionária. Há pessoas que entendem de maneira diferente.

Parece-me que o Senador quer falar.

O SR. PEDRO SIMON - Eu só ia mexer. O ator Milton Gonçalves aproveitou o prestígio que o senhor lhe deu para fazer campanha do presidencialismo. E eles ganharam.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Allás, ele foi candidato a governador pelo Estado do Rio de Janeiro.

A televisão, como todos os inventos do nosso tempo - é uma característica do nosso tempo - serve ao bem e ao mal, desde a dinamite, a energia atômica, tudo que se inventou neste século serve ao bem e ao mal. A televisão também às vezes é maléfica, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Segundo a lista de inscrições, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Sr. Presidente, Senador Hugo Napoleão, vim aqui, sobretudo, para ouvir e conhecer o grande escritor que é o Sr. Dias Gomes.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- O prazer é meu também.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Gostaria de cumprimentá-lo e dizer do respeito que todos temos pela sua obra.

Fiquei satisfeito ao ouvir o depoimento de conhecimento tão aprofundado do Senador Arthur da Távola, que já conhecia bastante por ser leitor de suas colunas, mas não sabia do seu conhecimento sobre televisão.

Nunca tinha estado, ao vivo, ouvindo um depoimento tão significativo sobre a sua história como dramaturgo. Aprendi bastante aqui.

Creio que seria importante se V. Ex^a pudesse nos falar um pouco sobre a sua preocupação no momento, tal como o trabalho que acabou de realizar e que teve grande impacto de opinião pública, que foi a minissérie "Decadência". Seria oportuno ouvirmos uma pessoa que tem uma bagagem tão significativa e que, através das suas histórias escritas antes pelo rádio e depois pela televisão, conseguiu influenciar a população brasileira no sentido de fazer revelações. O fato é que a televisão constitui, hoje, uma forma de tocar muito as pessoas, na medida em que isto é feito com qualidade excepcional, com a estética que

felizmente a televisão brasileira - e, nesse particular, a Rede Globo - conseguiu atingir, pela qualidade extraordinária dos artistas, pela qualidade do texto e pela atualidade das histórias, que refletem muito daquilo com que a sociedade está se preocupando, e depois, obviamente, ela acaba interagindo. Interagindo de tal maneira, a ponto de muitos dizerem que uma novela está sendo feita para influenciar as próximas eleições. Isso já ocorreu. Houve até certo sentimento, em determinado momento, de que tal novela levaria à eleição de um Fernando Collor; tal novela levaria a tal transformação...

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Não tenho esse peso na consciência.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Não tenho a especialização do Senador Artur da Távola, mas houve...

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Houve uma coincidência com um fato que estava acontecendo no momento.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Houve, entretanto, uma novela, "Salvador da Pátria", realizada um ano antes da eleição do Collor, que, dizia-se, preparava o caminho para alguém que viria salvar a Pátria.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES
- O título era uma ironia.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Era uma ironia. Entretanto, o próprio candidato à Presidência da República do Partido dos Trabalhadores preocupava-se em assistir à novela, pois, durante as campanhas de 1989 e de 1994, abordava os problemas brasileiros fazendo comentários sobre os personagens da mesma. De fato, esse tipo de programação altera os valores das pessoas, seja para o bem ou para o mal. Muitas vezes - e afi concordo com a observação de V. Ex^a -, nada melhor do que a verdade para transformar as pessoas, posto que a verdade bem mostrada toca emocionalmente. Isso ocorreu, por exemplo, com a minissérie baseada em uma história de Euclides da Cunha e do Dilemano, televisada há dois anos, que retratava um problema do passado mas que tocava muito as pessoas, porque eram problemas humanos do dia-a-dia.

Sobre a observação do Senador Pedro Simon, que indagou sobre quem me estaria assessorando, queria dizer que certamente, aqui no Senado, todos gostaríamos de colaborar para que pudesse ser mostrada a história do Congresso como ele é.

Neste momento, em que o senhor acabou de realizar um trabalho tão relevante quanto a minissérie "Decadência", que fato histórico importante lhe chamaría a atenção, no sentido de poder ajudar no-

vamente a transformar a realidade brasileira pela televisão?

Considero-o como se fosse um pintor, capaz de fazer uma obra que emociona as pessoas. É uma felicidade para nós, brasileiros, termos um dramaturgo que consegue fazer uma novela que toca profundamente as pessoas.

Congratulo-me com a sua existência.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Muito obrigado.

Entendo que a televisão não transforma nada, como disse o Senador, a minha opinião é adversa. Nem a televisão, nem o teatro, nem a literatura mudam coisa alguma. Acredito que através do teatro, que é um meio mais propício à reflexão, pode-se levar o expectador à necessidade de mudar os fatos, é como transmitir consciência. Todavia, essas mudanças ocorrem lá fora, por V. Ex's aqui, por movimentos mais radicais, nunca através da arte.

A televisão, como afirmei no início, é um extraordinário meio de impacto de denúncia. Ela não tem profundidade mas tem o impacto, e esse impacto pode gerar reflexão, uma mudança fora dos meios de expressão.

Nesse sentido a televisão pode ser útil, como já foi em muito casos. No entanto, nem sempre a televisão é útil, porque, num sistema capitalista como o nosso, a televisão visa o lucro - a nobre Senadora achou que não deveria ser assim, deveria visar primeiramente a qualidade. Vá convencer os capitalistas dissolvidos da base do capitalismo é o lucro, é a maioria. Se um produto não dá lucro, duvido que ele permaneça no ar numa televisão comercial.

Por isso acredito num mecanismo de censura da própria sociedade e acho desnecessário qualquer outro mecanismo de censura porque a televisão depende da aprovação de uma grande platéia, e ela fará sua programação condizente com a platéia. Se algo chocar o público, problemas de sexo ou outras coisas esporádicas, logo são tiradas do ar, porque não dá Ibope. A televisão é feita no sistema capitalista, ela é o microcosmo do capitalismo, ela visa, em primeiro lugar, o lucro e não tem muito compromisso com a cultura brasileira - deve ser feito esse registro. Lamentavelmente, a televisão não tem compromisso com a cultura brasileira.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acho que a televisão é até mesmo uma boa peça, de alguma maneira, ajudam a formar ou avivar a consciência das pessoas. Permita-me discordar nesse ponto. Acredito, por exemplo, que parte da nossa formação deu-se àqueles filmes a que assistímos e que nos

tocaram; assim também aconteceram com as peças e as minisséries que nos tocaram, tudo foi contribuindo para formar a nossa consciência.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- O que disse é que não se muda a realidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas nós somos mudados depois de assistirmos a alguma coisa que toque fundo, na paixão, na inteligência, seja pela sua qualidade, pelos fatos que mostraram, etc. Às vezes uma minissérie, uma novela pode mostrar com grande qualidade um impacto emocional, uma denúncia que antes não havia sido percebida.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Realmente, a teledramaturgia não muda a realidade; a teledramaturgia muda algumas pessoas, transforma a pessoa.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Acho que não fui muito claro. Pertenco a uma geração de dramaturgos que foi muito influenciada por dramaturgo alemão chamado Bertolt Brecht. Acreditávamos plamente que o teatro era capaz de transformar o espectador, isto é, o espectador podia entrar no teatro e sair transformado, mudado. Isso foi uma ilusão, não penso mais assim, acredito que pouca gente concorda com esse breschtianismo.

Acho que o teatro tem o poder de transmitir ao espectador a necessidade da mudança através da conscientização, quer dizer, a mudança vai ser feita lá fora. É o tal impacto que eu disse que a televisão tem. Você coloca um problema de bastante impacto no ar, lá fora os meios são outros.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por volta dos meus 19, 20 anos assisti ao Galileu Galilei, de Brecht, no Teatro Oficina. Para mim aquele espetáculo teve um impacto estético, mas também colaborou na formação da minha consciência política.

A televisão pode ajudar muito no processo de tomar muito mais transparentes as coisas. Basta citar o que se passou aqui no Congresso com a transmissão ao vivo das CPIs. Foi um fato importante. Anunciou-se na manhã de hoje a decisão da absolvição do atleta Simpson. Há um ano, sobretudo nos Estados Unidos, a opinião pública tem acompanhado esse julgamento nos seus detalhes.

O SR. PEDRO SIMON - Todos os jurados eram negros.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Oito eram negros.

A transparência desse julgamento é um fenômeno da televisão. Não posso avaliar, não tenho os elementos aqui para saber se ele deveria ser absolvido ou não.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Foi um julgamento político, o problema racial estava embaixo de tudo. Se ele fosse condenado, haveria um levante nos Estados Unidos.

O SR. PEDRO SIMON - Absolveram os policiais que bateram no negrō, o que provocou uma rebeião.

O SR. EDUARDO SUPILCY - Poderia ter ocorrido isso. Mas a televisão foi ao limite de mostrar que, se tivesse sido ele realmente o assassino, seria muito difícil ele não ser condenado. Como não se obteve a arma do crime, ficou difícil não absolvê-lo. Estou só citando um exemplo de como a televisão de repente torna transparente um fato tão importante. Nada melhor do que sempre revelar a verdade inteira.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Há que se fazer uma diferença entre a televisão como veículo e a televisão como meio de expressão. Estávamos falando aqui de ficção, que é outra coisa. A televisão é apenas um veículo que transmite a realidade. A televisão transmitindo a guerra do Vietnã ao vivo teve grande importância para o término da guerra porque mostrou o quanto cruel era a guerra, as pessoas viam seus filhos, seus irmãos morrendo e isso teve um grande impacto sobre a opinião pública americana. Quer dizer, esse é o poder da televisão.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Queria perguntar ao expositor se gostaria de acrescentar mais alguma coisa.

O SR. ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES

- Só quero agradecer aos senhores. Foi uma tarde magnífica para mim, aprendi muita coisa. Isso vai passar para a minha biografia, vou contar para os meus netos, que não vão acreditar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Quero dizer que quem agradece é esta Presidência pelo frutífero e muito profundo debate que Dias Gomes nos proporcionou na tarde de hoje. Agradeço, também, a presença dos Srs. Senadores e a de todos convidados e gostaria de dizer que todos nós lucraram, todos nós aproveitamos imensamente essa verdadeira aula a que assistimos.

Antes de encerrar esta reunião, quero dizer que a próxima reunião da Comissão será no dia 18 de outubro, quarta-feira, às 10 horas, quando o convidado para exposição é o Sr. Walter Avancini, Diretor Executivo da TVE.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h 34min.)

9ª Reunião realizada em 18 de outubro de 1995.

Às dez horas e vinte e nove minutos dos dezolito dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Artur da Távola (Vice-Presidente no exercício da Presidência), Pedro Simon (Relator), Emilia Fernandes e João França, reúne-se a Comissão Especial "destinada a analisar a programação de Rádio e TV, no País". Havendo número regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Artur da Távola, que declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência convida o Senhor Walter Avancini, Diretor-Executivo da TVE-RJ, para sentar-se à mesa. Após fazer uma breve apresentação do expositor, a Presidência concede, então, a palavra ao Senhor Walter Avancini a fim de iniciar sua exposição. A seguir, o Senhor Senador Artur da Távola faz uma síntese da exposição no sentido de orientar o debate. Usa da palavra a Senhora Senadora Emilia Fernandes, que parabeniza o palestrante. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Relator, Senhor Senador Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, agradecendo a presença do Senhor Walter Avancini, encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 470, DE 1995-SF, "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS", REALIZADA EM 18/10/95, COM OBJETIVO DE OUVIR O SENHOR WALTER AVANCINI, DIRETOR-EXECUTIVO DA TVE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Hugo Napoleão

Vice-presidente: Senador Artur Da Távola

Relator: Senador Pedro Simon

Integra de acompanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Declaro aberta a reunião da Comissão Especial destinada a analisar a programação de rádio e TV no País.

Informo aos presentes que o Senador Hugo Napoleão, por razões de saúde, não poderá comparecer.

Há, também, neste momento, um encontro de Senadores com o Senhor Presidente da República, razão pela qual ainda estamos com um quorum baixo.

Nada obstante, tendo em vista o sentido de permanência dos depoimentos feitos aqui, através das gravações, e, posteriormente, de um elenco de publicações que a Comissão pretende fazer, os cadernos da Comissão, matéria já aprovada pela Comissão, vamos dar início aos trabalhos, tendo oportunidade de ouvir Walter Avancini, um profissional já presente na história da televisão brasileira.

Walter Avancini, não sei se sabem todos os presentes, foi menino prodígio e é um dos raros casos que, na época de ser prodígio, não viram meninos. Habitualmente, os meninos prodígio, no momento de serem prodígio transformam-se em meninos.

Ele foi precoce no início da televisão brasileira, como ator, e a partir daí constrói uma carreira de grande qualidade - sobretudo de grande qualidade. A sua marca predominante é a preocupação com a qualidade. Ele pertence a uma geração que buscou, na televisão brasileira, um certo sentido autoral, que foi sempre uma luta de alguns realizadores contra o caráter industrial do processo e contra o caráter esmagador, digamos assim, do sistema. O sistema e os autores sempre se procuraram e se hostilizaram, em parte porque o sistema tem regras que precisam derruir a idéia autoral - a idéia autoral é um ruído dentro do sistema -, em parte porque o sistema também não poderia viver sem um mínimo de presença autoral nas suas obras.

Praticamente Avancini fez tudo na televisão brasileira, em todos os campos. Tem uma formação eclética que, como para a maior parte dos realizadores do seu porte, deu-se dentro da televisão. A televisão brasileira não importou realizadores nem os buscou nas escolas, até porque elas não existiam; ela formou naturalmente. É uma geração que, portanto, acompanha os passos desse desenvolvimento nos últimos 40 anos, fazendo praticamente tudo.

Mas a marca principal, digamos, de Avancini, a meu ver, é a autoral. Ela não consegue ser removida apesar do tempo e apesar até de serem abandonadas algumas experiências, como as que marcaram a sua, permitam-me um trocadilho, a palavra tem que ser usada no seu sentido verdadeiro, autoridade, que é justamente a força do autor. Essa é a etimologia da palavra, não é um trocadilho. Mas eu a uso no sentido de autoridade mesmo, ou seja, de alguém que foi autor.

Alguns dos principais produtos da televisão brasileira têm a marca de Avancini. Não apenas as telenovelas, mas sobretudo a realização de séries brasileiras, que, na época, não tinham este nome, se não me engano, entre as quais uma realização que reputo notável, talvez a mais notável da televisão brasileira de todos os tempos, que é a transposição de Guimarães Rosa. Infelizmente, para a voragem da televisão, esgotando-se em cerca de 20 dias de exibição, e praticamente desaparecendo. O que é uma das tragédias dos autores em televisão: a rapidez, a fluidez com que o produto vive, incendeia e desaparece.

Depois, Walter tem uma passagem pela televisão internacional, brilhante igualmente, e agora está convocado para uma tarefa hercúlea: dirigir a televisão do Estado, a televisão educativa do Rio de Janeiro. Lá, vem-se desenvolvendo um esforço.

É, portanto, com muito prazer que faço esta abertura, talvez um pouco longa, mas levando em conta o trabalho de Walter Avancini, a seriedade e a busca sempre de temáticas ligadas aos problemas brasileiros, a autores brasileiros. Ele pertenceu a uma geração que buscou uma linguagem brasileira de televisão. Ele conseguiu a mesma linguagem brasileira de televisão que é responsável por ela ter-se transformado num produto de exportação tão rico, tarefa que acredito que, com a pasteurização da linguagem televisiva, não sei se durará por tanto tempo, até porque outros sistemas, com muita facilidade, copiarão o produto pasteurizado. Mas jamais poderão copiar o produto efetivamente brasileiro na temática, no conteúdo, que tem sido e foi a grande tarefa da geração de Walter Avancini e dele, em particular, como realizador.

Concedo a palavra ao Sr. Walter Avancini. Saiba S. Exª que é uma honra para esta Comissão tê-lo como depoente neste dia e nesta hora.

O SR. WALTER AVANCINI - Muito obrigado. Sinto-me muito feliz por estar aqui compartilhando das preocupações de uma Comissão Especial, num momento que considero dos mais oportunos para todos nós. Vejo tudo isso mais como um trabalho de reflexão sobre o que possa ser a televisão e o rádio brasileiros. Essa reflexão é feita muito na base realmente da parcela, do descobrimento de elementos e referenciais que possam misturar um pouco dessa perplexidade que estamos todos vivendo com relação a esse veículo fantástico, que, na verdade, não pode ser analisado antes de pensarmos sobre o universo que nos cerca nos dias de hoje. Que mundo é esse? Que comportamento humano é esse, de certa

forma contraditório? Que capacidade humana é essa, no sentido da invenção, do desenvolvimento, através da eletrônica, de processos fantásticos, para que esse processo eletrônico, na verdade, transmita e apresente um comportamento pré-histórico dessa própria humanidade? Isso é muito curioso.

O homem é capaz de criar os satélites. É capaz de criar um veículo de integração global e, nele, projeta-se a sua incapacidade no desenvolvimento da sua relação, nos sentidos espiritual, humano e ético. Assistimos, atualmente, através da televisão e dos veículos de informação, essa busca, essa perplexidade que, neste momento também, está presente em todos nós. Que mundo é este que a televisão nos mostra? Que incapacidade é esta do ser humano de encaminhar o seu caminho para grandes? De repente, as conquistas viram meras conquistas epidérmicas, quando se trata de uma relação com um sentido maior da grandeza humana e do espírito humano. Quando vejo as diversas modalidades hoje de televisão, fico na busca de algum ruído que possa criar em mim, ou em quem assiste, um referencial que seja um caminho para a humanidade, para a espécie, um caminho mais dignificante, menos assustador do que este que temos hoje. Na verdade, sabemos que vivemos num tipo de sociedade que acaba sendo determinada pelos chamados meios de produção. Quando pensávamos na revolução das coisas, lembro-me do Alvin Toffler, em seu trabalho Choque do Futuro e A Terceira Onda. Será que é por aí? Será que nós todos estamos sendo conduzidos para um tipo de vida e de existência sempre imposta por determinadas formas e meios de produção que acabam determinando o modus vivendi e, por isso mesmo, todo um comportamento por meio dos veículos de comunicação, que estarão a serviço, sem dúvida, desse novo processo de produção, de distribuição dessa produção. Infelizmente, esse novo processo não atingiu os sonhos da segunda onda, que seria a indústria em função da democratização do consumo. Isso sabemos que não aconteceu.

Entramos, agora, em uma outra fase, em que o aspecto família é algo tão discutível. Se a indústria trouxe uma transformação nessa compreensão do que seja a família, como uma fase do núcleo agrário, uma família extensa, alongada, necessariamente maior em função de um processo de produção daquela época, que se transformou, posteriormente, por meio do processo de produção da fase industrial, em uma família menor, mais adequada àquele novo processo que surgia; hoje propõe-se exata-

mente a não-família, em função de um processo de posição, que, inevitavelmente, levará à descentralização, à interação com solidão.

De repente, essa visão da família vai ficando cada vez mais distante. Parece-me que, hoje, a produção e os meios de produção estão nos propondo esse caminho da solidão e da individualidade. Estou aqui fazendo divagações, evidentemente. São as minhas próprias dúvidas, meus questionamentos. Não há nenhuma afirmação categórica em nada disso, há preocupação e há perguntas em tudo isso que estou colocando, mais do que afirmativas.

O que televisão, como ela se processa hoje, os computadores e a multimídia significam de fato para a espécie humana? Da mesma maneira que hoje se pergunta até que ponto a energia nuclear é benéfica - e o é em alguns aspectos -, ou terrivelmente prejudicial à espécie humana, eu perguntaria até que ponto esse processo colocado é um processo de evolução do espírito humano, uma imposição ou se os fatos estão-se desenvolvendo não pelo grande espírito humano e sim pelo grande poder econômico universal.

Quando vejo essa maravilha das conquistas todas que fazem parte de um processo criativo, sim, mas que são desenvolvidas a partir de intenções de conquista e de domínio de mercado, fico preocupado se a espécie humana vai levar vantagem nesse processo todo ou se será um grande equívoco a coisa colocada dessa maneira. Por quê? Porque, na minha busca permanente, quando me aproximo desses veículos todos, bem como dos anteriores, como teatro, cinema, jornais, e, mais ainda, quando me aproximo do meu ser semelhante, pergunto-me: o que nos orienta? O que somos nós? Estamos apenas dançando ao som de uma música, bailando ao som de um novo ritmo, que apenas nos leva a um estado de euforia, digamos assim, mas que, em nenhum momento, nos abre caminho para o êxtase do espírito humano.

A ausência de referenciais em tudo o que acontece nas grandes maravilhas da Invenção moderna é a ausência de um referencial, que não sei que nome daria, porque a palavra ética me incomoda um pouco - mas eu sei que me daria um referencial -, um ruído, uma partícula aceleradora que acontecesse na alquimia do ser humano, fazendo com que ele se colocasse nesse processo de transmutação para algo maior do que a simples satisfação de coisas imediatas, que é o que a sociedade moderna evidentemente impõe a todos nós, e acabamos sendo cúmplices desse processo todo. É

muito complicado deixar de ser cúmplice, porque a pessoa se aliena e se marginaliza.

Quando pensamos nas diversas sociedades que aí estão e o que a eletrônica está hoje nos trazendo, devemos nos lembrar que, no passado, no mundo antigo, as invasões de outras culturas bárbaras ou não aconteciam através de dezenas de anos e, às vezes, até mais. Atualmente, assistimos, através do fenômeno da televisão e dos meios de comunicação de maneira geral, à intromissão, digamos assim, de outras culturas num tempo ultra-rápido. Ontem ou anteontem, vimos uma manifestação em Washington de um milhão de negros estimulados por uma posição islâmica. Há alguns anos passados - vinte ou trinta anos -, o islamismo era uma cultura, com todo o respeito que devemos ter à cultura islâmica, que se circunscrevia à determinada área geográfica e com muita dificuldade de extração dessa área.

Hoje, os meios de comunicação fazem com que ela salte e, no Ocidente, consiga reunir um milhão de pessoas num lugar como Washington e consiga mobilizar muito mais do que isso, provavelmente, no resto do mundo. Vejam o momento em que vivemos: os fatos chegam muito rapidamente e interferem em nosso cotidiano. E esse caldeirão de caminhos e de contradições está presente para pensarmos na televisão.

No Brasil, temos uma televisão em que, acredito, a maioria seja vítima dos oportunistas, mas não oportunistas no sentido imediato da palavra, oportunistas dentro da circunstância que cria essa oportunidade.

Lembrem o caso da religião, fenômeno criado há pouco tempo por uma determinada Igreja Universal e até que ponto isso repercutiu. Mas isso é um fato a mais que me assusta - e imaginem o absurdo que seria criar-se uma guerra santa neste País - e que me leva a crer que o oportunismo na televisão está se aproveitando dessa diversidade que temos de categorias econômicas neste País.

Quando se fala, no Brasil, de televisão, não estamos nos referindo a uma televisão que abrange um único universo, mas universos muito diferenciados de comportamento. Não se pode fazer a análise do que resulta esse comportamento da televisão em função de mera classe média. O que temos que dividir em termos de comportamento da televisão nessas classes econômicas tão diversificadas? Que influências ela exerce, por exemplo, numa grande maioria que hoje é marginalizada do processo de consumo e de educação neste País?

Quando discutimos esse comportamento dela, indago: até onde ela chega quando se trata desse

cidadão brasileiro que chamaremos até de marginais num sentido mais abrangente? Eu, que tenho a vivência do Rio de Janeiro, e que trabalhei nas favelas de lá realizando um filme inspirado no *Boca de Ouro*, do Nélson Rodrigues, percebi que o tempo daquelas crianças que lá estavam não era como o das crianças da classe média média, vamos dizer assim, ou média em geral, um tempo ligado à televisão; era um tempo dedicado ao exercício de um tipo de vida inevitável para eles, que era o da marginalidade. Não estavam vendo televisão e aprendendo com a televisão a violência; estavam exercitando, já nos primeiros anos, ao quatro ou cinco anos de idade, como vi, um brinquedo dos mais tristes, um brinquedo sem mocinhos. Era um brinquedo de bandidos e bandidões, em que eles, com armas ainda de brinquedo, exercitavam-se por aquelas vielas imitando os adultos e adolescentes que exercitavam isso, naquele mesmo momento, com armas verdadeiras - com metralhadoras, com armas de alta potência. Era a isso que eles assistiam o dia todo.

Portanto, o referencial que eles tinham era essa coisa estranha que nós, em nossa geração, não tínhamos, porque estávamos habituados com a cultura da história em quadrinhos e do cinema faroeste americano, que nos dava essa visão do bandido e mocinho.

E quanto a nós - espero não me perder muito nessa divagação - , ainda me lembro do exercício da justiça, do bem e do mal, que há tantos séculos é exercitado das mais diferentes maneiras. Lembrou-me que li um exercício do Alan Barthes, sobre a luta livre, que acontecia já na História Antiga. As pessoas sabiam que era o que chamamos de "marmelada", aquela violência não era verdadeira, não era autêntica, mas era uma forma de estimular naquele público - e é curioso, porque ainda hoje, de certa forma, isso acontece em certa camada social -, o chamado espírito da justiça.

O espetáculo começa com alguém agressivo, violento, feio e mau - é toda uma visão maniqueísta do bem e do mal - massacrandoo alguém que é gentil, delicado e bonito, que apanha durante cinco rounds ininterruptamente e apanha da maneira mais cruel possível, com nenhuma ética na agressão, se é que existe alguma ética na agressão, mas que, de repente, ressurge desse massacre e pune o agressor. Essa era a vibração dessa grande massa, mesmo sabendo que o espetáculo era de mentira, de "marmelada". Era a necessidade de renovar o chamado espírito de justiça, ou seja, a chamada luta do bem e do mal.

O que nos surpreende é que não estamos mais nessa época, porque hoje assisto a um exercício em que nessas áreas não existe mais esse maniqueísmo; eu não diria nem que existe só o mal; existe uma realidade que não permite nenhum tipo de opção. Esse tipo de sociedade, esse tipo de criança, ou esse tipo de cidadão é algo absolutamente novo na minha avaliação do comportamento. Para eles, só existe um caminho dentro da sociedade brasileira: é aquele que nós, "homens de bem", chamamos de o caminho dos marginais, dos "homens maus".

Esse nível de população chega também a área rural, para avaliarmos até que ponto a televisão forma a mentalidade daquelas meninas de oito, nove anos que se prostituem nas estradas do Nordeste.

Eu também conheço essa parte do Brasil com o meu trabalho em "Morte e Vida Severina" de João Cabral de Melo Neto, "Grande Sertão Veredas" e outros espetáculos me levaram a percorrer o Brasil por dentro, não pelo glamouroso litoral brasileiro. Percorri essa área, Norte e Nordeste, conhecendo as pequenas populações e os pequenos miseráveis de estradas da área rural, onde as meninas de sete, oito anos já se postavam nas estradas levantando as saias para os carros que passavam. Essas meninas não tinham televisão nessa área, ainda hoje elas não têm televisão, elas não assistem televisão para terem sido influenciadas pelo excesso de sexo que a televisão projeta para o grande público.

Na verdade, sabemos todos a origem desse comportamento. Não é a televisão a culpada pela má distribuição de renda deste país, do cinismo religioso e socialista deste país, daqueles que pretendiamamente postulam esse posicionamento. Na verdade, penso que o país se divide entre os necessitados de acreditar e os cínicos que fazem que acreditam em alguma coisa, de certa forma, para manter o *status quo*.

Evidentemente há exceções, felizmente existem as exceções, sem o que eu estaria falando ao vento simplesmente. Sei que falo para pessoas que têm o mesmo tipo de preocupação, mas sabemos que somos uma minoria procurando criar um ruído e aumentar o ruído dessa preocupação, em que a autocrítica da sociedade brasileira tem que ser levada a fundo em todas as suas áreas. Para se pensar em fazer alguma crítica à televisão tem que se fazer a crítica da sociedade brasileira, não se pode isolar um fenômeno do outro.

Vamos para as influências que a televisão poderia trazer para a chamada classe média baixa, aquela faixa de trabalhador em que pai e mãe vão

em busca do trabalho e seus filhos ficam, na verdade, na maioria dos casos, absolutamente sem nenhum tipo de proteção. Aos pais não cabe escolha: ou vão em busca do alimento ou vão à caça para alimentar os seus filhos e não podem permanecer com eles, evidentemente, acompanhando-os nesse sentido. Eles jogam na roleta da sociedade brasileira o que acontecerá com esses filhos. É melhor que eles tenham o que comer quando seus pais voltam do trabalho.

Nesse caso, a televisão passa a ter uma presença maior no chamado mundo infantil, porque passa a ser o elemento de agregação dessas crianças dentro de casa, é a chamada babá eletrônica. Aí, a televisão passa, realmente, a ser preocupante, mas somente nesse nível da chamada classe média baixa brasileira.

Também não é a televisão que poderá resolver esse problema, porque a televisão, tal como está hoje, como ela foi instituída tem poucas opções de preocupações conceituais. Ela foi constituída como mais um shopping center dentro deste país, como um grande supermercado, apenas com a intenção de comercialização. Foram dados canais a empresários e não se cobrou nenhum tipo de contrapartida. Como cobrar-se a contrapartida? Parece-me inviável cobrar qualquer contrapartida, a partir do momento em que a sobrevivência daquele tipo de negócio depende fundamentalmente de um grau de audiência imediata, a qual não será conquistada conceitualmente através de alguns anos e que, de alguma forma, está apoiada em preocupação em relação à sociedade brasileira. O negócio só sobrevive se existir audiência, havendo, com isso, o faturamento; não havendo o faturamento, evidentemente, não há possibilidade de sobrevivência do veículo televisão, da chamada televisão de broadcasting.

Portanto, como cobrar do empresário esse tipo de comportamento? Mais tarde, acho que podemos discutir esse problema; discutiremos como podemos chegar lá.

Voltando ao caso da criança da classe média, é evidente que a solução não se dará a curto prazo, embora existam algumas atitudes que poderiam ser tomadas a curto prazo. Por exemplo, poder-se-ia instituir o turno integral escolar. Com isso, estariamos protegendo as crianças e dando condições de tranquilidade aos pais.

De certa forma, essa experiência foi iniciada no Rio de Janeiro, pelo Senador Darcy Ribeiro; não sei se isso se deu exatamente nesses mesmos moldes, mas me parece que sim, se é que eles tinham esse tipo comportamento. Acredito que o Senador Darcy

Ribeiro estava muito correto em pensar dessa maneira, porque, na classe média baixa, o grande problema são os filhos. Onde os trabalhadores deixam seus filhos? Se não houver a escola em tempo integral, há apenas duas opções: ou a televisão, ou a rua. Talvez, essa atitude pudesse ser discutida, para ser colocada em prática a curto prazo.

Na classe média, quantas televisões há hoje? Na classe média propriamente dita, o fenômeno da televisão a cabo, a princípio, já está sendo incorporado lentamente e, pelo menos por enquanto, surge, na verdade, como uma mais valia. Mais uma vez, as coisas não são regulamentadas, embora esses canais não sobrevivam da chamada televisão imediata, mas sim da "pesca" de assinaturas. Utilizei a expressão "pesca", porque não se está oferecendo praticamente nada. Na verdade, está-se criando o modismo da televisão a cabo na chamada classe média; parece-me que há um acanhamento em se dizer que ainda não se assina a NET ou a TVA. Antes, procurava-se uma programação interessante em cinco ou seis canais, e, hoje, percebemos que, na verdade, quem tem televisão a cabo dispõe de trinta canais, mas, se tiver bom senso, acaba desligando a televisão.

Ainda há tempo para se pensar no comportamento da chamada televisão a cabo, que, por enquanto, é nada mais nada menos do que uma redundância da televisão de broadcasting. Penso que há uma diferença: de uns anos para cá, a televisão de broadcasting criou algo que nos surpreendeu muito; trata-se de algo mais ou menos comum na Europa. Mas, se, algum dia, isso nos serviu de modelo para alguma coisa, não nos serve mais absolutamente em termos de televisão e comunicação, porque se trata de uma televisão amarrada "no nível tudo por baixo".

Elegendo também a televisão a cabo como a televisão de privilégios. Em que se transformou essa broadcasting em países - vi de perto, pois fiquei três anos fora e retorno há pouco - como Espanha, Portugal, Itália principalmente.

Retornando após três anos, o Brasil me surpreendeu, pois se transformou em uma grande loteria. Quer dizer, estamos aqui discutindo a televisão nesse sentido mais amplo e, de repente, permitiu-se que tudo se transformasse numa mais valia em cima dos que menos têm, como sempre. Ou seja, acenase com a possibilidade de ficar milionário pela televisão, o que todos sabemos ser um absurdo total. O que temos hoje de liberalidade nessa área... Isso não é censura, é bom senso e atuação, realmente,

do Governo de proteção à coletividade: a proibição de gincanas e concursos através da televisão.

Não sei por que até agora não se falou nisso; fala-se em sexo e em violência. Violência? Essa é uma violência tão grande ou maior que as demais, porque é violência da Igreja Universal, que tira do mais pobre, que vai apela ao mais necessitado, ao desesperançado, que cria a falsa esperança do homem que vai ser premiado, da família que vai ter a solução dos seus problemas através do jogo, através das centenas de telesenhadas.

E mais do que isso ainda: as rifas. A televisão brasileira está especializada em rifas - ligue para tal TV dizendo quem ganha o jogo e você estará correndo a um automóvel. Só que ao invés de se pagar pela ligação o que normalmente se paga, R\$0,20, paga-se R\$3,00 pela ligação. É, na verdade, uma forma abusiva de se relacionar com o público telespectador.

Isso pode ser visto imediatamente. Isso tem de ser visto imediatamente, o que não significa censurar a televisão, tirar-lhe liberdade, nada disso.

Mas voltando à televisão a cabo, esse é um processo que poderia ser muito discutido em todas as áreas. Acho que nas áreas preocupadas com o comportamento deviam ser criadas regras - soube que já houve uma reunião aqui, parece-me que na semana passada, com representantes dessa área que se comprometeram a criar um código de ética, de-auto avaliação do seu comportamento. Tudo bem, mas acho que neste caso está-se perdendo tempo não fazendo uma reorganização, sem esperar qualquer tipo de auto-avaliação de comportamento, porque eles estão em busca de assinaturas, não estão em busca de nenhum tipo de compromisso, ganhando esses canais com a mesma facilidade com que se ganhava no passado canais em qualquer lugar neste País pelas razões que todos conhecemos de interesses desse ou daquele grupo.

Quer dizer, mais uma vez não se deu a esses canais da chamada televisão a cabo - sendo que algumas ainda operam só via satélite e não a cabo mesmo - um tipo de responsabilidade regulamentada a priori e não a posteriori. Vamos cometer o mesmo erro que cometemos quando da abertura das emissoras de broadcasting. Vamos repetir esse erro?

Não é o caso, porque estas, em princípio, não dependem de comercialização imediata para sobrevivência, dependem da sua capacidade de colher assinaturas. Evidentemente, que elas vão buscar um tipo de programação, a médio prazo, de conquista

de audiência por assinatura; haverá uma seleção natural, mas uma seleção natural talvez não em termos de qualidade efetiva e de responsabilidade de programação. Busca-se a popularização sem nenhum tipo de preocupação com a coletividade. Quanto a esta creio que ainda há algo que pode ser feito, não sei... Não conheço a lei que determina o seu funcionamento, mas ainda está em tempo. E é diferente do comportamento da televisão de **broadcasting**. Para esta teriam de ser estudados outros caminhos, para que sásse simplesmente dessa posição de venda de produtos, através de uma programação diversificada.

Temos ainda outro tipo de televisão hoje, que atinge minorias, como a classe média alta e a burguesia nacional: a chamada multimídia. É outro modelo de comportamento em que o audiovisual tem a sua presença. Todas as formas de comunicação, como indica a própria definição, estão nela inseridas, sem nenhum tipo de controle, porque passa a ser objeto de absoluta manipulação do possuidor - digamos assim - do computador.

Trata-se de outra realidade sobre a qual temos de refletir, não no sentido, evidentemente, de algum tipo de limitação, porque é uma beleza quando se pode caminhar com livre-arbítrio. Considero fora do comum poder sempre caminhar dessa maneira.

Mas, voltando ao meu primeiro raciocínio, não há dúvida de que, infelizmente, nem tudo acontece só por inspiração do espírito humano, mas também por ganância.

A multimídia certamente é um instrumento muito perigoso. Pode-se, com ela, interferir, direta ou indiretamente e até subliminarmente, num tipo de comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - V. S^a está referindo-se ao CD-ROOM?

O SR. WALTER AVANCINI - Estou-me referindo não só ao CD-ROOM, como a qualquer tipo de troca de informações através do computador. Buscam-se informações que fazem parte deste universo onde sempre algo está à venda.

Espero que estoure desse tipo de realidade algo que não esteja à venda no processo da multimídia; que essa mesma necessidade que temos aqui de refletir sobre as condições de vida da nossa espécie se irrompa através dessa relação intercontinental. Quem sabe isso possa acontecer.

Agora, falando diretamente da televisão de **broadcasting** e voltando à sua dependência da comercialização, acredito que, mais do que a progra-

mação chamada artística das emissoras, o intervalo comercial é o grande risco, porque é dirigido de uma forma sedutora e evidentemente a sua intenção é uma só: seduzir o seu possível comprador. Não atinge todas as idades, mas sabemos o quanto existe em função de alcançar a própria juventude, que hoje talvez seja a massa consumidora maior neste País.

Além desse aspecto de sedução, não encontramos, via de regra, algo que estabeleça a qualidade do produto anunciado, ou seja, o produto que está sendo anunciado, com aquela menina linda, semidespida ou aquele guapo surfista aparecendo na televisão. Esse produto tem um nível de qualidade e atestado, que, de alguma maneira, deve ser exibido na televisão porque, senão, está-se apenas usando uma série de artifícios lúdicos para induzir o comprador. O grande problema da comercialização é a não definição de qualidade dos produtos. Num outro nível, é um elemento evidentemente de perturbação das classes econômicas que não têm acesso àquele tipo de produto anunciado.

Em regra geral, o mundo do comercial é algo maravilhoso. O mundo da ficção na televisão ainda tem os seus toques mais próximos da realidade e busca alguma relação com ela. Mas, o mundo da comercialização, quase na sua totalidade, não busca esta relação, apresenta um mundo maravilhoso, ou seja, sem nenhum tipo de problema, o que leva, evidentemente, à frustração num País onde a divisão de renda está nesse nível que bem conhecemos. Isso acaba criando uma frustração imensa na maior camada sócio-econômica do público brasileiro. Na verdade, é um elemento que induz a grande maioria à infelicidade, porque demonstra a impossibilidade de se ter aquele mundo maravilhoso, aquele éden anunciado que, de fato, não existe para ninguém, é apenas uma simulação da comercialização na televisão, mas que é acreditada como o real.

Terfamos que pensar muito nesse aspecto da comercialização. Claro que aqui entra muito o meu lado romântico, porque estou tocando em pontos que dificilmente poderão ser transformados ou removíveis. Esse, de fato, é o maior problema; é o combustível que toca a televisão do **broadcasting**. Portanto, estou divagando romanticamente, também, sobre uma série de questões.

Como poderíamos pensar em mudar tudo isso? A longo prazo, todo brasileiro de bom senso sabe como: chama-se distribuição de renda e educação. Só. Mas sabemos da dificuldade que se encontra em todos os níveis para discutirmos esse problema que, sem dúvida alguma, acaba determinan-

do o tipo de televisão que o povo deseja. Estou falando da renda e, no caso brasileiro, a renda e a educação têm que estar juntas.

O povo brasileiro recebe uma televisão imposta através dos signos mais comuns do seu dia-a-dia e não acrescenta nenhum tipo de referência ao novo. Seria um processo de evolução. De certa forma, não é uma obrigação da televisão acrescentar esses referenciais que adicionem alguma coisa àquela realidade vigente da maioria. Essa obrigação é de toda a sociedade, fazer com que haja uma evolução no sentido da formação. Quando tivermos um coletivo sensibilizado através de boa alimentação e de boa educação desde a primeira infância iremos ter, no futuro, pessoas com sensibilidade artística e com preocupações de conteúdo que hoje é impossível imaginar que se possa ter. Esse coletivo sensibilizado desde a infância, por intermédio da convivência com tudo o que é sensível, a natureza, as artes, enfim, vai criar uma coletividade de médicos que tocaram nas artes; portanto, serão bons médicos e serão exigentes na apreciação das artes que estarão sendo realizadas por aqueles que por aí se desenvolveram.

Um país só pode ter, na verdade, grandes criadores e grandes artistas quando tem um público também com a capacidade e a sensibilidade de prender um nível melhor no comportamento artístico. Isso só a formação dá.

Evidentemente, eles rejeitariam essa televisão. Ela está a regra geral, mas há sempre momentos de exceção na televisão, é verdade, mas, regra geral, ela está nivelada por baixo, sem intenção alguma de acrescentar nada. E não temos também um tipo de educação que leve o povo brasileiro a reivindicar um outro comportamento, simplesmente desligando a televisão.

Nós teríamos ainda um outro caminho - creio que a curto e médio prazo -, que seria a criação de referenciais através das TVs Educativas. O que me deixa um pouco espantado - embora já não tenha idade para nenhum tipo de espanto - é a má avaliação que o Governo faz das TVs Educativas, que são seus instrumentos no sentido de criar referenciais que levariam a TV comercial a procurar provavelmente melhorar seus caminhos.

Temos um processo de TVs Educativas regionais, mas sabemos que, da mesma forma que as comerciais não tiveram nenhum tipo de compromisso com coisa alguma, as chamadas TVs Educativas regionais não têm compromisso com nada: nem com o estímulo da sua própria cultura nem com a integração cultural com outras TVs Educativas, que são estatais, com exceção da TVE, Fundação Roquete Pinto,

no Rio de Janeiro - onde me encontro -, que é federal. E como tal, com uma vocação para cabeça de rede que foi se perdendo numa TVE que, quem a conheceu no passado como eu a conheci, foi a pioneira no sentido de buscar uma programação mais qualitativa.

A primeira novela educativa, com João da Silva, e uma série de programas de aulas, feitas pela televisão, foram realizadas pela Fundação Roquete Pinto em seus primeiros anos de vida. O que se tem hoje é uma TV Cultura, que, sem dúvida, seguiu o pioneirismo da TV-E do Rio de Janeiro e evoluiu numa posição favorável, no sentido ilustrativo, por se tratar de uma fundação mista, não exatamente condicionada a obrigações com o Governo de São Paulo diretamente. Então houve uma certa liberdade e hoje o talento de um Muylaert, que lá esteve, e que soube desenvolver o que chamamos de referencial.

O que está acontecendo então? A TV Cultura hoje, em sua faixa infantil - não em toda ela, pois até faltaram condições ao próprio Muylaert de evoluir mais nesse sentido -, em algumas faixas de horário infantil, mudou a programação das comerciais pelo índice de audiência alcançado. De repente, um programa infantil que atinge 10, 12 pontos de audiência levou as outras emissoras a buscarem uma outra alternativa em sua programação. Esse é um caminho que deveria ser seguido num sentido geral das chamadas TVs educativas.

Seria necessário, realmente, que as pessoas que estão envolvidas - e são muitas pessoas envolvidas nesse processo de televisão educativa. Eu vejo pelo caso da Fundação, que tem o excelente embaixador Sérgio Amaral à frente. Mas além dele, existem tantos outros meandros, digamos assim, para serem discutidos, em termos de comportamento, porque são administrações engessadas, bloqueadas por regulamentos que não são de televisão. Seriam úteis para outro tipo de instituição, mas que de forma alguma podem ajudar a televisão educativa a evoluir num tempo razoável, pelo menos em termos de programação e de investimento.

Eu trabalho para isso, assim como o Presidente Jorge Scostegi, da Fundação Roquete Pinto, um jornalista muito experiente, vindo da TV Cultura de São Paulo, e os elementos que lá estão, como Mauro Garcia, nosso diretor da televisão. Estamos trabalhando neste sentido de mostrar ao Governo: olha, esse é o seu filho. Cuide bem dele. Alimente-o, e ele pode ser o referencial para estas televisões que estamos discutindo e que não têm nenhum tipo de ameaça no seu comportamento. Que as TVs esta-

duais sejam reavaliadas no seu comportamento e nas suas obrigações.

Nós falamos em respeito à regionalidade, da qual sou absolutamente a favor. Seria necessário que se exercitasse a regionalidade por meio dessas emissoras e que não se ficasse apenas atrelado a uma chamada programação nacional, com primazia para a **Rede Globo**, e, em segundo lugar, outras redes. Seria fundamental que, por meio das TVs educativas estaduais, fossem criadas condições e impostas obrigações aos governos de Estado, para que elas se estimulassem nesse sentido, para que elas não fossem simplesmente retransmissoras, ou de programas didáticos da **TV Cultura** e da **TV E**, ou apenas emissoras de reprise de filmes já mais do que vistos nessa área de entretenimento; que ela, mais do que isso, se desenvolvesse nesse sentido da otimização do processo da cultura da sua região.

Esse é um caminho a curto e médio prazo e só de vontade política. Com isso, sem dúvida, criaremos uma TV de opção, a chamada opção pela qualidade ou pelo conceito, uma televisão conceitual, responsável, se feita realmente com o empenho e com o investimento devido. Porque não há mágica, há que se investir quando se quer alguma coisa maior, há que se investir em alguma coisa que vale a pena, há que se criar normas que regulamentem esse comportamento das TVs educativas de todo o País; que elas sejam o carro-chefe, a ponta de lança na chamada televisão que nós todos discutimos o tempo todo. Poderíamos cobrar? Nós, não, mas o público vai cobrar um comportamento diferente.

Um outro caminho, mais imediato e que de certa forma já está sendo feito, mas que acho pode ser otimizado pela Comissão, é chamar a atenção dos autores e diretores de televisão. Somos nós os fazedores da televisão. Evidentemente, os da televisão comercial sofrem pressões desse imediatismo, da necessidade do índice imediato. Porém, pode-se tentar um caminho que não é absolutamente rejeitado pelo empresário: a audiência com qualidade. Até lhe satisfaz o ego um pouquinho mais, quando consegue isso. Só qualidade é um terror, mas qualidade com audiência pode-se exercitar, e nós tivemos fenômenos de boa audiência na televisão com trabalhos de boa qualidade.

É preciso que se converse muito e que se tragam para a reunião diversos autores e diretores, para que eles tenham uma certa preocupação no tratamento dado aos seus conteúdos, jamais colocando em discussão o conteúdo. Acho que isso seria volta ao passado. Mas a estética é uma questão

que pode ser discutida; pode-se contar uma situação de diversas maneiras. A volta ao passado seria a censura. Discussão de conteúdo se torna censura; mas, no caso da estética, não, porque há várias maneiras de exercitá-la sem perder o seu conteúdo. Seria o caso de conversar com nossos autores e diretores a fim de que tomassem consciência de não partirem para o caminho mais fácil, de serem mais criativos, pois realizarão o mesmo conteúdo proposto, só que com mais bom gosto, ou seja, mais artisticamente. Darão ao público a possibilidade de uma leitura mais artística. A outra situação em que, a médio e curto prazo, se poderia pensar, seria a campanha pela própria TV. Uma campanha, afim, do Governo, chamando a atenção do telespectador para se manifestar em relação ao programa que está assistindo naquela emissora. Escrevam, manifestem-se, dêem sua opinião. Ele seria exatamente uma espécie de ouvidor. Deveríamos ter, dentro dos próprios canais, essa chamada de atenção ao telespectador. Não acredito na chamada pela faixa etária, quanto a ser impróprio ou não; isso não leva a nada. A criança que está em casa acaba mesmo por assistir; o pai acaba cedendo a sua vontade. O caminho sabemos - é levar o público espectador, que, na verdade, somos todos nós, a coletividade brasileira, a ser estimulado a se manifestar sobre aquilo que assiste, porque isso já balança o comportamento das televisões do broadcasting. Um produto que esteja sendo avaliado como ruim pelos telespectadores perturba o patrocinador, que deseja a simpatia do seu possível comprador. Se estimularmos, através da própria televisão, a participação direta do telespectador, comunicando-se com a própria televisão, com outros órgãos, através de associações, não há dúvida de que poderá haver uma mudança nesse comportamento. Afim não será censura, mas a manifestação do mais interessado: o usuário.

Enfim, creio que divaguei por vários caminhos e, mais do que tudo, para dar minha contribuição, procurei desenvolver o meu lado sensível, a minha vontade autêntica de ajudar a melhorar as coisas, sabendo de todas as dificuldades. Espero que possamos, juntos, continuar nesse tipo de busca e de tentativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - A Mesa agradece ao profissional Walter Avancini a magnífica exposição feita.

Antes de abrir os debates, enquanto se espera o retorno do Senador Pedro Simon, que é o Relator, a quem habitualmente se dá a palavra inicialmente - S. Ex^a está participando de uma votação numa outra

Comissão -, a Mesa se permite tentar fazer uma pequena síntese da fala de Walter Avâncini, no sentido de orientar os debates.

Talvez este tenha sido, de todos os depoimentos até agora na Comissão, o primeiro que tratou do conteúdo ideológico da televisão brasileira, tanto do ponto de vista da natureza da concessão, como da natureza da exploração do uso dos canais. Basicamente, S. S^a fez um corte inicial para mostrar que não se pode centrar na televisão a causa de todos os males, mas há que examiná-los na sociedade de início; que, esses males estando nas imperfeições da sociedade, pela má distribuição de renda e pela falta de um processo educacional permanente, basicamente não será na televisão a causa principal dos males. Nada obstante a essa posição, em momento algum da exposição ele livrou a televisão de uma responsabilidade permanente sobre o conteúdo dessa matéria.

Após dizer que a ausência de mais tempo na escola leva a infância e a juventude a duas atitudes - à rua ou a TV, na classe média baixa -, ele analisa o tipo de consumo que começa a se fazer para as crianças de classe média-média e média-alta, estabelecido no que chamou de modismos de TV a cabo que tanto pode ser por cabo quanto por via satélite.

Segundo ele, essa TV a cabo seria uma oportunidade nova de outros conteúdos. Porém, o que se observa nada mais é do que a repetição dos padrões da televisão de **broadcasting**, de espetáculo, de entretenimento, de circuito aberto, da televisão comercial, como se queira chamar. Portanto, ele acha que, também, a televisão a cabo que irá formar padrões de comportamento na classe média-média da infância e da juventude é uma televisão que está a nível por baixo na linha do entretenimento, e em relação à qual não existe um regulamento ou preocupação de natureza legal. Inclusive, sugere - ao que parece entre parênteses ou de passagem - que o Congresso Nacional se preocupe com a matéria, sugestão que me parece extremamente oportuna. Desculpem-me fazer essa intromissão pessoal na síntese que venho pretendendo fazer.

Considera, portanto, que a TV a cabo ainda pode e deve ser regulamentada. Cita depois um fenômeno novo, a multimídia, que começa a chegar de maneira crescente através dos computadores. Analisa a força implícita e intrínseca dos CD-ROMs como um fator poderosíssimo de formação, sem trocadilho. E como não há controle sobre as grandes empresas que hoje possuem know how e recursos de investimentos para produzir o CD-ROM suspeita,

digamos assim, o depoente que isso pode vir a ser algo igualmente sem controle e tomado por interesses exclusivamente ligados à materialidade, ao capital, ao lucro, ao benefício etc. Isso tudo depois de haver feito uma grande análise da força do capital em todas as transmissões de televisão e do caráter empresarial da atividade a se sobrepor sobre outras finalidades da mesma atividade que, necessariamente, não seriam empresariais como as culturais, as educativas, as de regionalização da cultura, etc.

Diz ele, esperar que surja algo - desabafo ao final dessa passagem - que não esteja subordinado às leis do mercado; que surja algo no panorama televisivo ou televisual em todas essas várias frentes a de **broadcasting**, a cabo e a multimídia que não esteja subordinado exclusivamente às leis do mercado. Faz, então, uma volta à televisão em circuito aberto, a qual chama, permanentemente, de **broadcasting** e uma análise, também de conteúdo, sobre a natureza do comercial de televisão. É um tema interessante para o debate.

Diz ele: "A sedução do comercial de TV não corresponde, necessariamente, à qualidade do produto anunciado". Ele denomina de artifícios lúdicos utilizados que seduzem para o consumo segmentos sócio-econômicos sem recursos para penetrar naquele mundo eufórico, deslumbrante e mágico - ele usou a expressão mundo maravilhoso - o que gera, segundo ele, um nível de frustração muito alto que induz à infelicidade. Permite-me acrescentar que induz também à cobiça, causa de tanta violência em função desse resultado.

O final da palestra, após a análise, aponta caminhos com um final construtivo. Sintetizo: 1º) Não acredita que haverá mudanças substanciais sem mudanças estruturais de educação e de distribuição de rendas. Ele afirma: "Sem público qualificado não há produto qualificado. E produto qualificado apenas virá quando houver um nível de educação compatível para torná-lo receptivo.

Segundo, pede o incentivo à criação de referenciais culturais através das TVs Educativas. Segundo ele, os Governos sempre fizeram más avaliações do papel das TVs Educativas, do papel das suas TVs. As próprias TVs Educativas estaduais não parecem mostrar compromissos nem mesmo com as realidades estaduais, tão pouco compromissos de integração em redes capazes tanto de abranger a produção regional, que ele defende, como de ter um mínimo de produção nacional capaz de chegar ao País com níveis de qualidade e de eficiência.

Fez um breve parênteses para dizer da luta da atual gestão da Fundação Roquete Pinto e, como terceiro ponto, acredita importante chamar, provocar autores e diretores de TV para, ainda dentro de um sistema de certa forma pasteurizador ou opressor, buscarem senão a mudança de conteúdo, a qual ele não acredita possível - não que não considere desejável - já que não é possível mudar o conteúdo que pelo menos se busque tentativas de padrões estéticos capazes de, indiretamente, colaborarem para a formação de padrões estéticos da própria sociedade, e não o grau de repetitividade ou de repetição encontrado na atual linguagem televisual corrente.

Finalmente, sugere também, de um modo, aliás, bastante original¹, uma campanha do próprio Governo, que é o concessionário, para estimular junto à população manifestações sobre a televisão que essa população está recebendo. A idéia é de levar o público telespectador a manifestar-se sobre o que vê e não entregar apenas aos departamentos de marketing, que analisam as pesquisas ou os comportamentos, etc., a decisão última sobre o produto. Acredita o Sr. Walter Avancini que esse dinamismo da sociedade, levado ao produtor de televisão, possa provocar-lhe reflexões e até ajudar-lhe a tomar algumas decisões importantes nessa matéria.

Feita a síntese, retornando o nosso Relator, a quem se dá habitualmente a palavra, agradeço enormemente a contribuição conteudística trazida por Walter Avancini e, com muito prazer, concedo a palavra ao Relator Senador Pedro Simon.

A SR^a EMÍLIA FERNANDES - Eu até pediria a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur da Távola) - Concedo a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SR^a EMÍLIA FERNANDES - Sr. Presidente, com a licença do nosso conterrâneo, Senador Pedro Simon - sou do Rio Grande do Sul - inicialmente cumprimento nosso palestrante de hoje.

Tivemos, no meu entendimento, um dos mais profundos pronunciamentos e colocações feitas em relação ao tema abordado. Sentimos - e cumprimentando e manifestando a satisfação de conhecê-lo pessoalmente, até por admirar e conhecer o seu trabalho -, o seu profundo compromisso cívico e social e carregado de um sentido e um sentimento ideológico muito interessantes, muito importantes.

Lógico que, depois dessa belíssima exposição e da síntese feita pelo eminentíssimo Senador que dirige os trabalhos nesse momento, estamos enriquecidos profundamente sobre o assunto, mas apenas, até por questões de compromissos também, preciso me

retirar, uso da palavra para lhe cumprimentar e dizer que essas reflexões, tenho certeza, foram profundamente enriquecedoras.

As mudanças estruturais apresentadas pelo senhor como saída, vamos dizer, para se buscar realmente adequar a própria televisão ao que entendemos, e já temos nos manifestado em outras oportunidades, a necessidade de fazer com que a televisão atinja o interesse do telespectador, mas, acima de tudo, apresente qualidade. Porque discordamos do ponto de vista que temos que priorizar o lucro, como às vezes é colocado, que nada se pode fazer sem o lucro. Então, logicamente não podemos esquecer que as empresas também precisam ter em vista o lucro. Mas é fundamental a posição de V. Ex^a, quando se refere à qualidade e ao interesse, apresentando inclusive à nossa Comissão alternativas de solução que os próprios Governos, as próprias autoridades responsáveis e os próprios envolvidos diretamente - diretores, autores, etc. - poderiam encontrar juntos, para que pudéssemos resgatar um pouco mais o papel, a função e o valor da televisão na vida de cada um.

Particularmente, como professora e na condição de mãe, enfim, tenho uma profunda preocupação nesse sentido, uma vez que sabemos hoje da família profundamente distante.

Fiquei extremamente tocada também quando o senhor abordou a questão da interação com solidão na individualidade. Essa é uma reflexão que todos temos que fazer, uma vez que convivemos em família e por, muitas vezes, nos sentirmos atingidos também nesse sentido.

Não tenho, então, perguntas a fazer, apenas reforço os cumprimentos iniciais, dizendo da satisfação e do enriquecimento adquiridos nesta manhã.

Peço escusas aos colegas Senadores e ao próprio palestrante, pois tenho um compromisso agora, a partir das 12h.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Manifesto inicialmente a admiração de longa data que tenho por V. Ex^a. O senhor é uma referência no mundo artístico - rádio, cinema, televisão. Não vou dizer desde criança, porque sou mais velho que V. Ex^a, mas, concomitantemente, aprendi a admirá-lo e confesso que fiquei emocionado com o seu pronunciamento. Temos tido belos pronunciamentos aqui, mas o de V. Ex^a foi diferente.

Não vou ler, mas peço que seja transcrita. A biografia, os trabalhos de V. Ex^a são impressionantes. Tem todos os prêmios, tem o que se pode imaginar em uma biografia de primeiríssima grandeza.

Mas V.Ex^a veio aqui, falou como cidadão, como homem e analisou o problema sob todos os ângulos. O normal é vir e trazer a sua contribuição: "Olha, fiz isso, fiz aquilo". V. Ex^a não procedeu dessa maneira, fez a análise geral no seu conjunto.

Esta Comissão produzirá um belo trabalho, pois é composta por colegas como o Senador Artur da Távola, que é do metier - e o identifico muito com V. Ex^a. S. Ex^a, por ser um profundo entendedor da matéria, como V. Ex^a também o é, fez uma brilhante síntese que nos esclareceu, pois não temos esse conhecimento - e isso S. Ex^a faz permanentemente.

V. Ex^a traz hoje um assunto com o qual fico irritado comigo mesmo por não haver me dado conta desse detalhe, mas é um aspecto novo. V. Ex^a não está querendo tirar a responsabilidade da Televisão. Pelo contrário, V. Ex^a coloca a responsabilidade. Sou daqueles - e digo isso do fundo do coração - que entendia, até ouvir V. Ex^a, que o problema da Televisão deve ser resolvido. É o bang-bang, é o sexo, é isso, é aquilo, enfim, temos que analisar.

V. Ex^a me diz o seguinte: e os guris de rua, que com 6 anos não assistem à televisão e não têm referência? Todos fomos crianças e brincamos de bandido e mocinho. Havia briga de bandido com mocinho, de bandido com bandido, que é o que estão acostumados a ver. Na favela, cá entre nós, com todo o respeito, a Polícia é bandida e o toxicômano, seja lá o que for, também é bandido. Então, como estão acostumados a ver, lá eles não dizem, e V. Ex^a fez um relatório que realmente todos brincamos: "Eu sou o mocinho"!.

Quando era criança, brincava com os meninos maiores e dizia-lhes: "Quando irá chegar a minha vez de ser o mocinho?" Eu era sempre o bandido porque o mais velho era o mocinho. Para nós, que vivíamos os filmes de faroeste americanos, o mocinho era o personagem que impunha a lei. Observávamos na nossa vida do dia-a-dia que mocinho era o homem da lei e o bandido, o malfeitor.

Na favela, como diz V. Ex^a, com conteúdo, eles não assistem a televisão. Com cinco anos de idade brigam de bandido. Qual bandido? Do jogo do bicho, da droga ou qual? O da Polícia que, na verdade, é a mesma coisa? A verdade para eles é só trocar uns tiros. V. Ex^a diz que essa gente não vê televisão. Não dá para afirmarmos que foram vendo as nove-

las da Rede Globo que meninas com sete anos estão se prostituindo.

Essa questão é de uma dramaticidade que, juro a V. Ex^a, com a maior humildade, não me havia dado conta. Não sei se foi de uma Senadora, mas ouvi no Rio de Janeiro algo que muito me marcou. Disse-me "No meu tempo, quando era mais jovem, o rico estava na Zona Sul; o pobre, na Zona Norte e; o miserável, na favela."

Hoje, o muito rico está na Zona Sul, a classe média está na favela e o miserável foi para baixo da ponte. São questões que estão acontecendo e levam a essa referência que faz V. Ex^a. Independente da questão da televisão há um grupo social que aí está. E o que fazer com ele?

Faz justiça V.Ex^a quando diz que na classe média-baixa a presença da televisão é importante, porque quando os pais se ausentam de suas casas, para ganhar a vida - a mãe é empregada doméstica ou funcionária, o pai, igualmente trabalhador - as crianças permanecem em casa. Não são considerados meninos de rua, porque possuem um lar mas, na verdade, é esse o público que assiste a televisão. Para essa mocidade a televisão existe e influencia. V. Ex^a, de início, em seu programa começa questionando a família. Hoje, na sociedade brasileira o que significa a família? Tenho feito três inquirições: o que é a família? O que é a escola? E o que é a religião? Eram as três referências da nossa mocidade. Na nossa época, era a família, a escola que educava e a religião. Hoje, a religião é dos "macedos" da vida; a escola se prepara para o vestibular, o que é algo muito importante; e a família, na classe média, é um ponto de encontro porque a outra, lá de baixo, não existe nada como referência.

Na classe média, os pais são pessoas sérias que estão trabalhando, e o máximo da sua atividade é a família, para essas pessoas a família é um ponto de encontro, porque os pais têm que sair pelo mundo para trazer a sobrevivência dos filhos. E a maneira de trazer essa sobrevivência é deixar os filhos sozinhos.

Dentro desse contexto, diz V. Ex^a que para criticar a TV é preciso censurar a sociedade brasileira. Concordo plenamente. Faz V. Ex^a uma afirmativa segundo a qual a longo prazo não se muda o Brasil sem se mudar a distribuição de renda e a educação. É óbvio, perdoe-me a sinceridade. Como mudar a educação e a distribuição de renda? Pergunto: temos outra forma de mudarmos a distribuição de renda e a educação no Brasil, sem a televisão? Usando as universidades, as escolas, as igrejas? Usando-se o quê? Qual a outra maneira num País do tamanho

do Brasil, com cento e cinqüenta milhões de brasileiros. Qual é a outra forma que existe para tentarmos mudar a mentalidade da classe média baixa? E eu acrescentaria: da classe média alta? E, através disso, tentar chegar, como V. Ex^a diz, ao pessoal da favela, que não vê televisão e somente tem um destino: esperar para atingir uma idade para morrer, para ser morto ou ir para a cadeia. De que maneira vamos chegar lá?

Confesso a V. Ex^a que isso é muito complicado, é muito difícil, mas que a escola integral é uma maravilha é. Ninguém pode tirar pedra no projeto do Leonel Brizola e do Darcy Ribeiro: criança na escola das sete da manhã às sete da noite, com quatro refeições, médico, professor, dentista, psicólogo, praticando esporte. Uma maravilha. Se alguém diz que essa não é a solução, está maluco.

Nunca me esqueço quando Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, me convidou para jantar. Não me lembro se, àquela época, o Saturnino, amigo íntimo dele, era prefeito do Rio de Janeiro ou se era Senador. No Palácio das Laranjeiras, eu, minha mulher, Brizola e D. Neusa, Saturnino e esposa. Brizola então falou do plano dessas escolas. Ainda não havia nada no papel.

Ele ia falando com emoção, e eu me surpreendia. Pensei: "mas isso é o ovo de Colombo". Saí daí, fui para São Paulo, encontrei o Paulo Renato de Souza, que hoje é Ministro da Educação e à época era Secretário de Educação do Governo Franco Montoro. Pedi uma reunião com Montoro e Paulo Renato e defendi com paixão o projeto do Leonel Brizola. Em São Paulo, fizeram uma série de reuniões, uma série de debates, e eu ia brigando. Depois chegaram à seguinte conclusão de que não dava para fazer. Se se construíssem os CIEPs, quantos fossem necessários, se se montassem o CIEPs, se, por um passe de mágica, se preparassem professores, médicos, intelectuais, psicólogos, se estivesse tudo preparado e começasse a funcionar, todo o orçamento de São Paulo não seria suficiente para a manutenção dos CIEPs. Essa foi a argumentação que Franco Montoro, José Serra e Paulo Renato de Souza me deram, quando estavam no governo do Estado de São Paulo. Esse é um assunto polêmico, e concordo com V. Ex^a. Mas é uma das teses.

Se entendi bem, V. Ex^a fez uma proposta de que deveria haver uma reunião de produtores de televisão para discutir uma forma... Essa reunião poderia ser feita por esta Comissão, no futuro? V. Ex^a expôs duas sugestões ou propostas. A primeira trata de uma espécie de ouvidor interno. Assim como as

televisões se dão ao luxo de fazer a pergunta e querer a resposta do que o povo acha sobre Fernando Henrique Cardoso, sobre determinado jogador de futebol, haveria também uma análise do que acha do programa X ou Y, algo como a Folha tem internamente.

A segunda proposta é de reunirmos V. Ex^a, TV Cultura e essas pessoas para debater uma forma... Ouvi com muita emoção o aparte de V. Ex^a em relação à TVE. Eu assino embaixo do que disse. Uma das saídas são as TVs Cultura. Perdoe-me, mas não consigo aceitar, em primeiro lugar, o que V. Ex^a disse, ou seja, a indiferença dos governos com relação as suas TVs Cultura; em segundo lugar, as vaidades próprias, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, que não admitem não serem cabeça de rede. Um programa de primeira grandeza como Roda Viva não passa no Rio de Janeiro. E programa de primeira grandeza do Rio de Janeiro também não passa em São Paulo.

Sr. Presidente, talvez seja essa uma das questões sobre a qual podemos começar a pensar. Tentar fazer uma rede nacional das TVs Cultura, em que essas TVs pudessem ter uma atividade - e V. Ex^a chama a atenção corretamente -, respeitando as partes locais. Isso quer dizer que no Rio Grande do Sul, por exemplo, teríamos o nosso horário, para falar "oh tchê, para tomar chimarrão" e a parte nacional. Haveria um horário regional e outro nacional, para conhecermos o espaço nacional, o Nordeste, o Rio de Janeiro, São Paulo, enfim, o Brasil.

Sr. Presidente, se é isso que entendi da proposta de V. Ex^a, que já começássemos a pensar em algo nesse sentido, e somente numa reunião como esta, em que trazermos o Ministro da Educação, o Governador Mário Covas, o Governador do Rio Grande do Sul, para fazer, quase que eu diria, um grande pacto entre nós e saímos daqui com uma rede nacional de TV cultural. Que não vai ter concorrência com ninguém.

V. Ex^a tem razão quando diz que a programação infantil da TV Cultura de São Paulo mudou. Eu não sei o que mudou nas outras. No momento em que a televisão tivesse esse estilo de programação, com a cadeia nacional cultural, isso nos ofereceria uma opção.

A segunda idéia que tenho seria a seguinte: a de estabelecermos, primeiramente, o tal do conselho. Esse conselho tem que sair, mas não da forma como quiseram criar. Seria um conselho comunitário, em que as televisões estejam representadas, mas a sociedade também esteja. Um homem como

V. Ex^a tem que estar num conselho desses, porque representa a sociedade brasileira. V. Ex^a representa os que fizeram, os que lutaram, representa a história do que tem de melhor na televisão. V. Ex^a tem a alma interpretativa da sociedade.

A programação cultural deveria passar num mesmo horário em todos os canais, para que o cidadão não tivesse a possibilidade de optar pela novela que estivesse passando num outro canal. Não podíamos, para começar, pensar num horário? Por exemplo, das 21 horas 22h 30min, todas as televisões teriam um programa cultural que passasse por esse conselho. Elas têm a liberdade de criar, mas teriam um programa dedicado ao desenvolvimento cultural da sociedade, que pode ser música, literatura, poesia, mas todas têm de ser colocadas no mesmo horário nobre.

As informações que temos de que a televisão só coloca programação "vagabunda" porque o povo gosta, não são verdadeiras. Mesmo no Rio, quando levaram a orquestra para o meio da mata, um público impressionante assistiu ao evento.

Vamos reunir-nos e decidir qual é o melhor horário, mas, às 10h ou às 11h, todas as televisões terão liberdade. Assim como transmitem o horário político, que é uma desgraça, transmitirão, em horário próprio de cada uma, um programa voltado para a cultura. Façamos o desafio de quem faz o melhor programa.

Também divaguei, mas estou profundamente emocionado com o seu pronunciamento. Quero felicitá-lo, porque, com toda a sinceridade, com a biografia que tem e pelo que nos relatou, o senhor me sensibilizou.

O SR. WALTER AVANCINI - Fico feliz pelas palavras de V. Ex^a.

O que nós, brasileiros, ainda não sabemos exercitar, por fatores históricos, é como tornar concretos os sonhos, como buscar a trajetória necessária para que esses sonhos, que discutimos aqui, possam ser alcançados um dia, não importa quando. O importante é que se inicie um processo, como já está acontecendo, e se defina a maneira de buscar propostas e soluções que viabilizem esse caminhar.

No caso da educação, tínhamos de nos habituar, em primeiro lugar, a realmente ter comissões que discutissem, full time e eternamente, sem tempo determinado, esses problemas.

Na verdade, criamos uma série de fragmentos, coincidentes às vezes, mas não em sua maioria, que acabam diluindo-se no espaço e no tempo, de forma que nada acontece.

Não há dúvida de que há pessoas no Governo hoje muito interessadas em buscar soluções para o problema da educação dentro dessa realidade, mas, no programa **Roda Viva**, o próprio Ministro Paulo Renato dizia da perplexidade em como organizar tudo, até na ausência de definição de um currículo para a educação. Ou seja, estamos ainda na estaca zero, tentando criar um terreno fértil para que algo comece a acontecer. Isso se deve à falta de maior discussão em torno do problema. Há outras experiências interessantes no mundo em termos de educação. Pode-se buscá-las no mundo socialista, como em Cuba, por exemplo. Se algo em Cuba não nos serve de referência, há sempre o que pode ser aproveitado. Tomamos a vacina cubana, por que não podemos também inspirar-nos em algumas práticas na área da educação?

E isso não se restringe somente aos países socialistas. Não conheço exatamente como ocorre em outros ou naqueles que apresentam uma complexidade como a nossa e essa condição de subdesenvolvimento em diversas áreas.

Penso ser essa a discussão que pode levar-nos ao caminho. Estamos iniciando esse processo chamado educação à distância, através de um canal emitido pela **TVE**, no Rio de Janeiro, embora seja um trabalho feito pelo MEC. Somos exibidores, arramamos a infra-estrutura e produzimos um ou outro programa.

Evidentemente, deve ser trilhado o caminho da televisão e do videocassete, embora de forma complementar. Ele jamais deve ser visto como uma solução. É preciso que se trabalhe, antes de tudo, com o professor, na sua formação.

Quando eu era criança, o professor era mitificado, e justamente. Essa desmitificação do professor é um desserviço à educação. Refiro-me à mitificação no bom sentido: o professor é aquele que sabe e pode orientar.

É claro que hoje se estão discutindo as formas modernas de educação, quais sejam, aquelas em que o professor é democrático, não autoritário e deixa o aluno se desenvolver mais ou menos ou totalmente à vontade; deve ter uma leitura da sua cidadania, e o seu conhecimento não é simplesmente o alfabeto ou o bê-a-bá, como no nosso tempo - isso está superado em termos de educação -, mas o mundo que o cerca, no sentido geral.

Todavia, em tudo é preciso um orientador, alguém que dê algumas referências, e o professor é esse elemento. Mesmo nessa visão mais moderna da educação, o professor tem de estar preparado

para dar esses toques referenciais, senão a leitura será sempre a mesma por aqueles que não têm referenciais; não haverá uma evolução. Não adianta mostrar-lhes um mundo maior, porque a leitura que farão será a mesma que fazem do quintal de sua casa.

Parece-me que a timidez que há atualmente é a da não concentração em um plano de emergência, que crie grupos de trabalho que cheguem a todas as regiões e dêem formação aos professores locais. Pode-se usar a televisão também, mas não considero que esta tenha importância no momento, honestamente falando. Ela pode levar a uma leitura equivocada ou a nenhuma leitura, porque, se não há canais referenciais novos para a interpretação daquilo que se está vendo, permanece-se no mesmo lugar; apenas se copiam e se criam cacoetes do que se está vendo; não se adquire o conhecimento através de uma leitura pessoal, porque não há referenciais para isso.

O professor, portanto, é o elemento fundamental neste sentido de levar o aluno a pensar e de ensinar a técnica do raciocínio em todas as regiões.

Por que, com todo esse dinheiro que tem a Educação - o próprio Ministro Paulo Renato afirmou em entrevista que há muito dinheiro; apenas é mal administrado - não se pensa em um plano concentrado e emergencial? Num primeiro passo, grupos poderiam ser enviados a todas as regiões do País para trabalhar intensamente com os professores locais. Isso agilizaria o processo.

O SR. PEDRO SIMON - O senhor está falando desse canal que colocaremos no ar, direcionado para a educação?

O SR. WALTER AVANCINI - Esse canal já está no ar, mas não basta, porque vai ser lento esse processo.

É preciso que o professor, nas áreas mais distantes, tenha um orientador, um grupo de trabalho que o exerçite permanentemente, para que seja capaz, ao passar um vídeo que gravou da TV Escola, de ensinar o aluno a raciocinar sobre aquilo, a ter uma leitura própria, particular. É necessário que esse professor esteja habilitado para isso.

Sabemos que um dos grandes problemas é o da falta de habilitação. É terrível pagar mal ao professor e exigir-lhe algo, não é verdade?

O SR. PEDRO SIMON - O senhor me permite uma intromissão?

Considero esse plano do Ministro altamente positivo.

O SR. WALTER AVANCINI - Sem dúvida.

O SR. PEDRO SIMON - Há questões novas acontecendo, por exemplo, na sua TV RBS. Lançaram no ar duas televisões; uma inverte completamente o processo. Já lançaram na grande Porto Alegre, na grande Caxias, e o farão em Joinville, assim como em vários lugares. Trata-se da TV localizada, TV-COM, TV da Comunidade da Grande Porto Alegre. Então, por exemplo, quando chamam algum político para falar que, na **Réde Globo**, meio minuto, ali tem o tempo que quiser. Pode-se assistir aos músicos locais, às questões locais, ao jogo de futebol, entre outros. A mim isso parece algo positivo.

Eles vão colocar no ar, agora em janeiro, um canal nacional só para agricultura. Não sei quantas horas por dia, mas é só para agricultura. A **RBS** foi quem começou o programa agrícola, que a **Globo** também tem, e que vai se dedicar exclusivamente à questão da agricultura. O senhor vai dizer que são canais elitistas. Podem até ser, mas são canais que têm um interesse específico para um público específico.

Eu sonho que num país como o Brasil, que um dia val ter que chegar a Estados Unidos, com professores que não ganham R\$15 por mês e que não têm nem o curso primário, mas que têm formação e que têm condições de realmente educar. Mas creio que a melhor maneira de chegar lá é um canal intermediário. Qual seria? É fazer, via esse canal que o Paulo Renato está fazendo, chegar em vários setores, que não pode ser o mesmo para São Paulo, nem para o Rio Grande do Sul, nem para o Nordeste, mas fazer uma espécie de canal que chega na televisão, e o aluno vai ser orientado, vai receber aula dos melhores professores, as mais variadas, e poderá até ficar de manhã e de tarde ali.

Claro que eu não sou bobo no sentido de dizer - é ridículo imaginar - que a criança vai ficar recebendo, via televisão, a orientação. Não, val ter o professor, só que aí o trabalho do professor será diferente. Ele não precisará entender nem de matemática nem de história, mas vai atuar no sentido de orientar a comunidade. Ele não precisa nem ser professor; pode ser uma boa dona-de-casa, uma pessoa que tenha a sensibilidade necessária para conduzir aquela gurizada, porque da aula eles vão receber o que tem de melhor.

Com toda sinceridade, a mim me parece que essa pode ser uma saída emergencial, antes de chegarmos ao preferencial. Claro que os professores têm que ter salário, têm que ter tudo o mais, mas não sei quando é que vamos chegar lá. Penso que

uma das maneiras de podermos usar seria fazer três estilos de programas de ensino e montar uma aula por televisão - para o Nordeste, Centro-Sul e Centro-Oeste; e preparar os cursos de monitores, onde teria junto com a aula, antes, um curso endereçado aos monitores.

Vamos reunir a comunidade, a Igreja, o prefeito, a sociedade, os partidos políticos, e deixar participar desse tipo de trabalho quem quiser.

Defendo uma tese meio maluca. Sou a favor de serviço militar obrigatório para o homem e para a mulher. E se dependesse de mim seria de dois anos. Só que esse serviço militar obrigatório seria como era o Projeto Rondon, que estão terminando. Durante um espaço de tempo, esses jovens fariam esse tipo de trabalho. Essa mocidade das classes média e alta teriam esse trabalho de prestar o serviço lá, na (?). E os da miséria prestariam o serviço militar onde seriam alfabetizados, onde teriam uma espécie de cultura e uma espécie de educação. Com um projeto mais ou menos assim, estaríamos encaminhando essa questão.

O SR. WALTER AVANCINI - Concordo plenamente. De certa forma era o que estava tentando dizer. Penso que, numa situação emergencial, não podemos ficar contando com o longo prazo, porque a realidade determina que seja a longo prazo, e enquanto isso continuamos com a maioria do povo brasileiro vivendo desta maneira.

Quando a situação é emergencial, temos que buscar soluções também emergenciais. Isso que o Senador colocou é exatamente o que penso. Além da TV-Escola via satélite, seria necessário, por um largo tempo, esse empenho da sociedade brasileira, não sei se através de um serviço militar ou não, mas de alguma forma que houvesse grupos de trabalhos empenhados imediatamente nisso.

O SR. PEDRO SIMON - Entendo que pode ser a mesma TV Educação, ou igual, ou parecida. Mas, se fizéssemos uma TV comunitária para debater, discutir problemas, para organizar a comunidade, poderia haver uma reação. Acho que está certo aquilo que o PT está fazendo e que nós estamos cobrando, porque ele está se organizando. Ele está fazendo o seu papel. Nós podíamos fazer isso via televisão para todo o Brasil: organizar o cidadão, organizar o líder comunitário, mostrar o que ele tem que fazer. Podíamos pegar um canal para isso, porque não seria fazer para o Governo nem contra ele, mas para ensinar o cidadão a participar.

Por exemplo, é um péssimo Secretário da Agricultura, mas o programa mais fantástico e mais boni-

to que eu conheço da televisão é o do banco, Gente que faz; pois aqueles três minutos são uma demonstração de quanta coisa a televisão pode fazer, porque no Jornal Nacional tem trinta colas de gente que faz matar, e quanta gente que faz de positivo e que podíamos também receber. Então, eu acho que de repente com um canal de televisão, junto com a educação - ou poderia ser até concomitante -, com o objetivo de formar líderes comunitários, de debater, de discutir, de conhecer o Brasil, a recepção seria muito maior do que podemos imaginar.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Muito bem. Estou de pleno acordo.

Creio que tivemos uma reunião muito rica. As sugestões do Senador Pedro Simon são muito interessantes e em várias direções. É pena que muitas vezes não possamos prosseguir, dando seqüência a todas elas. Foi uma manhã de pensamento, de reflexão.

Eu informo ao Sr. Walter Avancini que também acompanham os trabalhos desta comissão membros da Universidade de Brasília, do setor de Comunicação Social que designou um acompanhamento permanente, razão pela qual o que aqui se debate também é levado em nível da universidade, o que é um outro aproveitamento, digamos, desse trabalho.

Lamento pelos senadores que aqui não estiveram, porque perderam a oportunidade de um grande momento de seriedade e de pensamento sobre um dos temas fundamentais da atualidade brasileira.

Informo, mais uma vez, que a reunião é gravada e que há um projeto de publicações, por parte da comissão, chamado Cadernos da Comissão, que aliás devemos implementar o mais rápido possível, e que, seguramente, a sua palestra estará entre as que farão parte desse acervo do patrimônio.

Também a propósito da comissão, embora tenha o prazo do dia 15 de dezembro para o término, prorrogaram o seu trabalho para o ano que vem, de vez que este é mais um trabalho que o Senado faz em nível cultural do que propriamente aquelas comissões que são tão charmosas do ponto de vista do noticiário, que são as comissões de inquérito. Esta é uma comissão construtiva, e como ela opera na área da cultura e da educação, estas não têm sido áreas habitualmente povoadas, digamos assim, pela mídia e pela preocupação. Ainda assim esta comissão tem tido alguma cobertura, bastante razoável, nos meios de comunicação.

Agradeço enormemente a sua presença. Parabenizo-o pela exposição e dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h20min.)

ANEXO II**SÍNTESE CURRICULAR DE WALTER AVANCINI**

- 1948 – Ator no filme "Quase do Céu" de Odvaldo Vianna
- 1951/57 – Ator de rádio e TV: sonoplasta em mais de 40 filmes
- 1957 – ator em "O Diário de Anne Frank", Diretor do Grupo Brasiliense em tourneé através do Brasil
- 1958 – Produção e Direção Televisiva
- 1959 – Direção de musicais e teletreatos na TV Excelsior
- 1960 – Ator do Filme "Conceição"
- 1965 – Direção de novelas na TV Excelsior
- 1967 – Direção do Departamento de Novelas da TV Excelsior
- 1968 – Criador do Departamento de Novelas e Teletreto da TV Record
- 1969 – Direção de novelas na TV Bandeirantes
- 1970 – Ingresso na TV Globo
- Direção do Núcleo das 20h e do "caso Verda-de"
- Direção de "Selva de Pedra" de Janete Clair
- 1973 – Direção de "O Semideus"
- Direção de "Fogo sobre a Terra"
- 1974 – Direção de "O Rebu"
- 1975 – Direção de "O Grito"
- Direção de "Gabriela" baseada no romance de Jorge Amado
- 1976 – Direção de "Saramandala"
- Direção de "Niña"
- 1978 – Direção de "Quincas Berro D'Água"
- 1979 – Assume a Superintendência da Programação e Produção da Rede Tupi
- 1980 – Transferência para a TV Bandeirantes
- 1981 – Regresso à TV Globo
- Direção da Série "Obrigado Doutor"
- Direção de "Morte e Vida Severina"
- 1982 – Direção de "Avenida Paulista"
- 1983 – Direção de "Moinhos de Vento"
- 1984 – Direção de "Anarquista Graças a Deus", adaptado do livro de Zélia Gattai
- Direção de "Rabo de Sala", baseado no livro de José Conde
- 1985 – Direção de "Grande Sertão Veredas" adaptado do romance de Guimarães Rosa
- 1986 – Direção de "Memórias de um Gigolô" baseado na obra de Marcos Rey
- 1987 – Regresso à TV Bandeirantes – Diretor do Núcleo de Mini-Séries

Direção de "Chapadão de Bugre", baseado no romance de Mário Palmério

Regresso à TV Globo – organização do processo de co-produção de mini-séries com produtoras independentes

- 1990 – Direção do filme "Boca de Ouro"
- 1991 – Direção de "Abolição e República" (TV Globo)

– 1995 – Diretor Executivo da Fundação Rquette-Pinto (TV Educativa)

Portugal

– 1992 – Direção artística da produtora "A Máquina dos Santos" realização de "A Viúva do Enforcado", baseado no romance de Camilo Castelo Branco.

– 1993 – Realização de "Banqueira do Povo".

Prêmios (entre outros)

– 1980 – Prêmio Ondas, da Sociedade Espanhola de Radiodifusão pelo filme "Quincas Berro D'Água".

– 1982 – Prêmio Emmy, da Academia Nacional e Ciência dos EUA pelo filme "Morte e Vida Severina".

– 1982 – Prêmio Ondas, da Sociedade Espanhola de Radiodifusão, pelo filme "Morte é Vida Severina".

– 1983 – Prêmio Melhor Diretor de Cinema – Associação Paulista de Críticos de Arte pelo filme "Boca de Ouro".

Portugal

– 1993 – Prêmio SIC para a Melhor Obra de Ficção com "A Viúva do Enforcado".

– 1993 – Seleção para o Prêmio Europa de Televisão com "A Viúva do Enforcado".

– 1994 – Prêmio Melhor Produção Televisiva – Associação Portuguesa de Telespectadores.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 849, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor JÚLIO CÉSAR SILVA PERES, matrícula 4693, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 20 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 850, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor JÚLIO CÉSAR SILVA PERES, matrícula 4693, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-1, do Serviço de Transportes, da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 20 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 851, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor JOSÉ FLORES ALVES JÚNIOR, matrícula 3695, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, com efeitos financeiros a partir de 20 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 852, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor JOSÉ FLORES ALVES JÚNIOR, matrícula 3695, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador José Eduardo Dutra, com efeitos financeiros a partir de 20 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 853, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar a servidora MÔNICA DE MEDEIROS PARENTE COSTA, matrícula 2523, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Luiz Alberto, com efeitos financeiros a partir de 3 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 854, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora MÔNICA DE MEDEIROS PARENTE COSTA, matrícula 2523, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Roberto Arruda, com efeitos financeiros a partir de 3 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 855, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar a servidora MÔNICA MEYER DE MORAES SILVA, matrícula 3593, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Jefferson Peres, com efeitos financeiros a partir de 25 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 856, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º,

do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora MÔNICA MEYER DE MORAES SILVA, matrícula 3593, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 25 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 857, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA FILHO, matrícula 3967, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade: Segurança, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, FC-6, do Gabinete do Diretor-Geral, com efeitos financeiros a partir de 10 de novembro de 1995.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 858, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, de acordo com o disposto no Ato do Primeiro Secretário nº 3, de 1995, e considerando os Processos nºs 022.905/95-2 e 023.517/95-6, resolve:

Art. 1º Designar o Chefe da Seção de Telefonia do Serviço de Telecomunicações como Gestor Substituto do Contrato nº 56, de 1995, celebrado entre o Senado Federal e a Empresa Terminal de Telecomunicações Ltda.

Art. 2º Designar o servidor Francisco das Chagas Bezerra (matrícula nº 2930) Gestor Substituto do Contrato nº 60, de 1995, celebrado entre o Senado Federal e a Fundação Getúlio Vargas.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Ernandes Amorim – – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PSB – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB</p> <p>CORREGEDOR (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – – SP</p> <p>CORREGEDORES SUBSTITUTOS (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p>	<p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabór Júnior Gersoh Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p>	<p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p>
---	---	---

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Epitácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB

1. Lucídio Portella

PTB

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Lauro Campos

PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
 Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
 Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60

PP

JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.
 *2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
PEDRO SIMON	RS-3230/32
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
VAGO	
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
PSB / PL / PPS	
VAGO	1-VAGO

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
 FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	G0-2031/37
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
RAMEZ TEbet	MS-2221/27
NEY SUASSUNA	PB-4345/46
1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
5-FREITAS NETO	PI-2131/37
6-ROMERO JUÁ	RR-2111/17
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
JEFFERSON PERES	AM-2081/67
1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
2-BENI VERAS	CE-3242/43
3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPB	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP	
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB	
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60
1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07
1- EDUARDO SUPLICY *1	SP-3215/16
PL	
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57
1-VAGO	
PPS	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
1-VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
 FAX: 311-4315

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4208/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT
 *2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
 *3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
PP	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02
PTB	
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB / PL / PPS	

vago

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSE IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
------------------	--------------	----------------------	--------------

PP

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS +1	PR-2121/2127
---------------------	--------------	-----------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
---------------	--------------	--------------------	--------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PL

ROMEU TUMA +2	SP-2051/2052	1-VAGO	
---------------	--------------	--------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47

PSDB

GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
--------------------	------------	----------------------	------------

PT

BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
-------------------	------------	----------------	------------

PP

BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
-----------------	------------	----------------------------	------------

PTB

EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
------------------	------------	-----------------	------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
-----------------	------------	-----------------	------------

PSB / PL / PPS

ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07
---------------	------------	------------------	------------

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3546

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/ 4777

FAX 311.3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
José Fogaça Casildo Maldaner	Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
Vilson Kleintübing Rómero Jucá	Joel de Hollanda Júlio Campos
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
Esperidião Amin	
Emilia Fernandes	PTB

PMDB

PFL

PSDB

PPB

PTB

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Titulares	Suplentes	Bloco Parlamentar
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen	Antônio Ueno José Carlos Vieira	PMDB
Paulo Ritzel Valdir Colatto	Elias Abrahão Rivaldo Macari	PSDB
Franco Montoro	Yeda Crusius	PPB
Rogério Silva	João Pizzolatti	PP
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas	PT
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi	

PMDB

PSDB

PPB

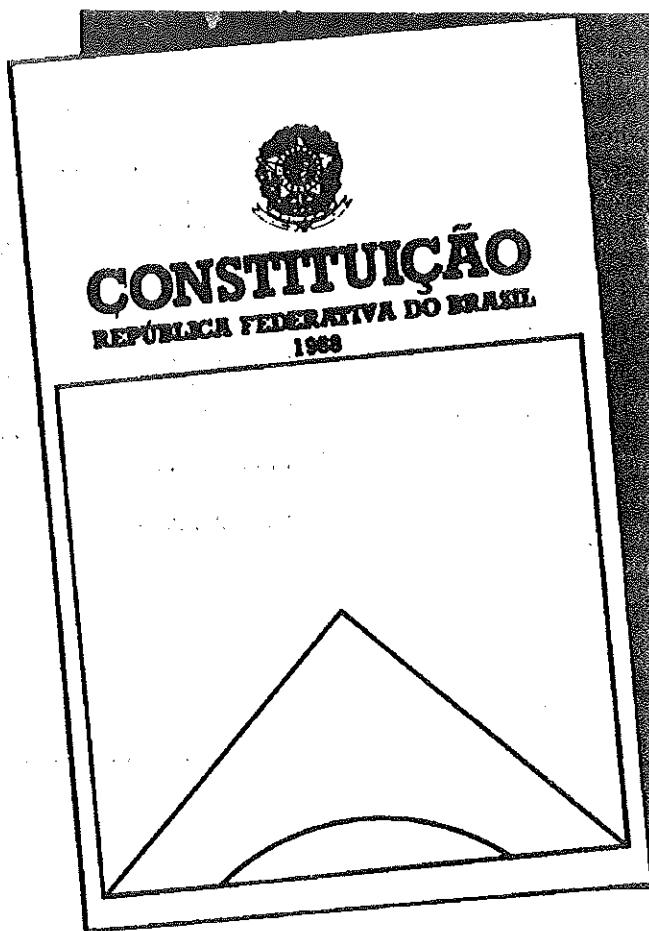
PP

PT

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESTE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUIDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.^º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ÁDOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA NºS 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos**ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)**

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; 2º Volume: A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; 3º Volume: O regime comum de origem no Mercosul; 4º Volume: ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; 5º Volume: Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; 6º Volume: Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; 7º Volume: O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; 8º Volume: Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD-ROM**

- Normas Jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodases.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMANAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 60,00</u>
Assinatura c/porte	R\$ 91,00 (cada)
Valor do número avulso.....	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE 104 PÁGINAS